

Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres

Desafios para as Políticas Públicas



Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres
Desafios para as Políticas Públicas
é o Caderno nº 3 da Coordenadoria Especial da Mulher

Prefeitura do Município de São Paulo

Prefeita Marta Suplicy

Secretaria de Governo Municipal

Rui Falcão

Coordenadoria Especial da Mulher

Tatau Godinho

www.prefeitura.sp.gov.br/coordenadoriadamulher/
coordenadoriadamulher@prefeitura.sp.gov.br

Apoio

Fundação Friedrich Ebert (Ildes)
Programa Urb-Al de Cooperação entre União Européia e América Latina
Rede Economia e Feminismo
Escola Sindical São Paulo da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Organização

Marilane Teixeira, Marli Emílio, Miriam Nobre e Tatau Godinho

Preparação de textos

Morissawa Casa de Edição

Coordenação editorial

Fernanda Estima

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Capa

Caco Bisol, a partir de foto do arquivo SOF
de estandarte criado por Biba Rigo.

Fotolitos

Input

Impressão

GraphBox-Caran

Tiragem

5.000 exemplares

São Paulo, dezembro de 2003

E46t SÃO PAULO. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher
Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas /
Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho
(org.). - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

152 p. (Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, 3).

1. Trabalho 2. Gênero 3. Feminismo 4. Políticas sociais 5. Economia solidária
6. Divisão sexual do trabalho 7. Mulheres I.Título

CDU – 331:396.1

Sumário

A igualdade pelo trabalho	5
MARTA SUPPLY	
Apresentação	7
TATAU GODINHO	
Introdução	9
MARILANE TEIXEIRA, MARLI EMÍLIO E MIRIAM NOBRE	
Por quem os sinos dobram?	
Globalização e divisão sexual do trabalho	15
HELENA HIRATA	
Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social	31
LILIANA R. P. SEGNINI	
Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo	55
DANIÈLE KERGOAT	
O conceito de trabalho	65
HELENA HIRATA E PHILIPPE ZARIFIAN	
Sociologia econômica e relações de gênero	71
ISABELLE GUÉRIN	
A construção da cidadania fragilizada da mulher	89
VERA SOARES	
Emprego e cidadania ativa para as mulheres	
A experiência do projeto na cidade de São Paulo	101
TATAU GODINHO E MARILANE TEIXEIRA	
O município como articulador de interesses e oportunidades para as mulheres	109
MARIELLA MAZZOTTI	
Economia solidária – de estratégia de resistência a estratégia de desenvolvimento	117
ÂNGELA M. SCHWENGBER	
As mulheres nos programas de inclusão social	123
MIRIAM NOBRE	
Lajeado: gênero e juventude	
Um relato de experiência	133
ROSA SILVIA LOPES CHAVES	

A igualdade pelo trabalho

A inserção das mulheres no mundo do trabalho é um elemento chave no processo de construção de sua autonomia. Formular e implementar políticas públicas com esta perspectiva é um desafio permanente para o gestor público comprometido em ampliar a igualdade entre mulheres e homens. Assim, é com muita satisfação que apresento essa publicação que organiza os debates centrais promovidos pela Coordenadoria Especial da Mulher neste tema. Durante estes três anos de trabalho, destacou-se a coordenação do Projeto "*Emprego e Cidadania Ativa das Mulheres*", vinculado ao Programa Urb-Al de Cooperação entre União Européia e América Latina.

Pesquisadoras e pesquisadores, especialistas em trabalho, renda e economia solidária e ativistas de entidades de mulheres foram interpelados a responder e problematizar a vivência concreta dos grupos de mulheres em suas trajetórias de organização de alternativas de trabalho e geração de renda, sinalizando para a necessidade de desenhar as políticas públicas municipais nessa área levando em conta seus limites, riscos e potenciais.

Nada melhor que mapear o terreno das políticas públicas para as mulheres com a participação das próprias protagonistas que enfrentam as desigualdades sociais e de gênero expressas em um cotidiano muito mais duro para elas em nossas cidades.

Agradecemos a todos que colaboraram neste processo e, em particular, estão de parabéns todas as participantes das diversas cidades que participaram do Projeto Urb-Al. São Paulo se sente gratificada por coordenar um processo tão rico para nossas coletividades. Estou certa que as reflexões aqui publicadas servirão de incentivo a um enriquecimento das políticas públicas locais com uma perspectiva de transformação das relações de gênero.

Marta Suplicy

Prefeita

Apresentação

Coordenadoria Especial da Mulher

A construção de uma ação governamental que priorize a alteração das relações de desigualdade entre homens e mulheres exige uma análise, e uma ação, detida sobre o mundo do trabalho. Afinal, embora um governo municipal tenha incidência limitada sobre as políticas de emprego, vinculadas fundamentalmente às políticas macroeconômicas, é no cotidiano da cidade que as relações de trabalho se desenvolvem, que o impacto da conjuntura de desemprego, precariedade do trabalho e pobreza cobra, cada vez mais, da ação governamental. E perceber a forma como tal conjuntura incide de forma diferenciada sobre homens e mulheres é central para a elaboração de políticas públicas, principalmente se trabalhamos com o objetivo não apenas de garantir e ampliar os direitos das mulheres, mas com a ótica de alterar as desigualdades de gênero dominantes em nossa sociedade. Desde o primeiro momento de nossa ação frente à Coordenadoria Especial da Mulher esta tem sido nossa perspectiva.

Ousamos, também, buscar caminhos para colaborar na construção de tal perspectiva como parte de uma ação municipal para além de nossas fronteiras. A coordenação do projeto *Emprego e Cidadania Ativa das Mulheres*, do programa Urb-Al, reunindo municípios da América Latina e Europa durante os anos de 2002 e 2003, se apresentou como uma oportunidade ímpar. O processo de construção da pesquisa entre as várias cidades participantes, através dos seus organismos de mulheres, trilhou um caminho de compartilhamento de experiências entre grupos organizados por mulheres em busca de autonomia no campo do trabalho e da geração de renda. O trabalho desenvolvido conjugou pesquisa e acompanhamento de uma diversidade de experiências das mulheres visando desvendar suas dificuldades no enfrentamento das desigualdades de gênero.

A isto se somou a parceria com outras instituições e pesquisadoras movidas, muitas vezes, pela mesma inquietação: compreender antigas e novas práticas que

marcam a relação das mulheres com o trabalho, no seu âmbito público e privado; insistir sobre o peso da divisão sexual do trabalho e do trabalho doméstico e familiar no cotidiano das mulheres; vislumbrar possíveis alternativas de organização e práticas sociais; refletir sobre a responsabilidade da ação governamental no mundo do trabalho.

Assim, as questões levantadas para a crítica e formulação de políticas públicas para as mulheres em uma perspectiva de construção de sua autonomia enunciadas nesta publicação são resultado de um amplo debate entre diferentes sujeitos. Foram exposições, debates, acompanhamento de grupos, seminários. Agradecemos a todos os que participaram deste processo nas suas variadas maneiras, para além dos textos aqui publicados, e contribuíram para este enorme desafio. Afinal, alterar o quadro das desigualdades entre homens e mulheres passa por reformular relações, atitudes e expectativas que tradicionalmente destinam às mulheres um lugar secundário na vida social, incompatível com a enorme contribuição que o trabalho das mulheres aporta em nossas cidades.

Tatau Godinho

Coordenadoria Especial da Mulher

Introdução

Este Caderno é resultado de três anos de debates e ações da Coordenadoria Especial da Mulher no tema trabalho, emprego e renda, questão que consideramos essencial para que a ação do poder público incida de forma efetiva sobre a desigualdade entre homens e mulheres. Cada vez mais são desenvolvidas políticas em âmbito municipal de combate ao desemprego e inclusão social. A Coordenadoria Especial da Mulher tem buscado estabelecer o diálogo com estas políticas e com as experiências dos movimentos sociais e da sociedade civil para constituir novas práticas e ampliar a reflexão sobre os caminhos das políticas públicas frente a desigualdade de gênero.

Dentre os vários momentos de discussão impulsionados pela Coordenadoria Especial da Mulher nestes três anos, destacamos dois grandes momentos públicos de debate sobre o tema trabalho em São Paulo, ambos realizados com o apoio da Fundação Friedrich Ebert/Ilde, a quem agradecemos também o apoio a esta publicação. Em abril de 2002 foi realizado, na sede da Parlamento Latino-americano, o encontro "*Mulher, Trabalho e Políticas Públicas Locais*", que resultou em publicação de mesmo nome. As experiências de gestoras públicas de sete países latino-americanos e dois europeus foram debatidas por participantes de todo o Brasil.

Em agosto de 2003, aconteceu, no Centro de Convenções Rebouças, o seminário "*Trabalho e renda: perspectivas para as mulheres*". Este seminário foi um importante intercâmbio entre gestores das políticas de emprego e renda dos municípios da Grande São Paulo e do governo federal, gestoras de políticas públicas para as mulheres de todo o país, pesquisadoras do trabalho das mulheres e mulheres integrantes de grupos de geração de renda e economia solidária.

Um eixo estruturador das atividades da Coordenadoria em torno do tema trabalho, ao longo de 2002 e 2003, foi a coordenação do Projeto "*Emprego e Cidadania Ativa para as Mulheres*" do programa Urb-Al de Cooperação entre União Européia e

América Latina. Este Projeto foi desenvolvido nos municípios de São Paulo, Brasil; Rosário, Argentina; Montevideú, Uruguai; Vigo, Espanha; e na região da Toscana, Itália. Seu propósito foi acompanhar experiências de grupos, com protagonismo ou formados por mulheres, que tenham tido sucesso na promoção da autonomia econômica, social e política das mulheres que neles participam, e extrair destes aprendizados indicações de políticas públicas.

No município de São Paulo este Projeto foi desenvolvido pela equipe da Coordenadoria Especial da Mulher com o acompanhamento de duas instituições especializadas em gênero e desenvolvimento econômico solidário: a SOF - Sempre Viva Organização Feminista e a Escola Sindical São Paulo da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Além do mapeamento dos grupos de mulheres, ou protagonizados por elas, que realizam de forma sistemática atividades de geração de renda, o Projeto coordenou reuniões de especialistas e seminários que aprofundaram debates conceituais e conjunturais sobre a condição de trabalho das mulheres e a contribuição das políticas públicas para sua melhoria. Algumas destas reuniões aconteceram em diálogo com a Rede Economia e Feminismo, que reúne ativistas de vários Estados e tem como eixos de reflexão e atuação economia solidária, mulher e trabalho.

É este processo de aprendizagem que gostaríamos de partilhar com as leitoras e leitores deste Caderno. Por esta razão, trazemos nele textos que debatemos e exposições inspiradoras, além de descrever as lições extraídas da execução do Projeto.

O Caderno está organizado em três blocos. O primeiro traz uma análise da conjuntura do trabalho das mulheres. O artigo de Helena Hirata enfoca o trabalho e o emprego feminino na economia globalizada passando por todas as regiões do mundo. O artigo de Liliana Segnini utiliza as mesmas referências para focar na vivência do desemprego por mulheres na Grande São Paulo.

O segundo bloco traz referências conceituais que têm sido fundamentais em nossa reflexão: a divisão sexual do trabalho, no artigo de Danièle Kergoat, a noção ampliada de trabalho, no artigo de Helena Hirata e Philippe Zarifian. E continua com perspectivas de gênero no debate sobre economia solidária, no artigo de Isabelle Guérin, e sobre Estado do Bem-estar Social, no artigo de Vera Soares.

O terceiro bloco se inicia com os aprendizados no acompanhamento dos grupos do Projeto Urb-al realizado em São Paulo no resgate de Marilane Teixeira e Tatau Godinho, e em Montevideú, no relato de Mariella Mazzoti. Em seguida, os três últimos textos discutem aspectos das políticas de inclusão social. O artigo de Ângela Schwenberg apresenta o paradigma da economia solidária como um dos eixos orientadores das políticas realizadas pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo. Miriam Nobre enfoca o desafio de uma perspectiva de gênero em tais políticas e comenta o acesso das mulheres aos programas formulados com uma perspectiva universal. E terminamos com as

vivências das jovens do Lajeado, do Projeto Conexão Girassol, que foi coordenado e aqui é relatado por Rosa Chaves.

É para que mais mulheres possam viver com autonomia e igualdade que realizamos processos de investigação e de construção de novas práticas, como o que se destacou no Projeto Urb-al. É com estas mulheres nosso compromisso. Esperamos que a leitura deste Caderno fortaleça este compromisso, engajando pessoas e instituições na busca de uma cidade sem desigualdade e opressão.

São Paulo, dezembro de 2003

Marilane Teixeira, Marli Emílio e Miriam Nobre

Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres



Desafios para as Políticas Públicas

Por quem os sinos dobram?

Globalização e divisão sexual do trabalho¹

HELENA HIRATA²

O processo de globalização em curso caminha no sentido de um fortalecimento ou de um enfraquecimento dos antagonismos sociais de classe, de gênero, de raça/etnia? O tipo de olhar que se pode lançar sobre as perspectivas futuras de nossas sociedades salariais depende da resposta freqüentemente dada a essa questão por aquelas e aqueles interessados nas dimensões sociais da globalização financeira e econômica.

Por quem os sinos dobram?

Com os movimentos complexos de reorganização da produção e de transformação do trabalho, as respostas à questão – “fortalecimento ou enfraquecimento?” – são múltiplas, e não unívocas. Um dos paradoxos da globalização é que a atomização dos trabalhadores, devida aos novos modelos de organização do trabalho, não impede e pode até suscitar a emergência de novas protagonistas e de novos atores coletivos nos movimentos *anti* ou *alter*-globalização ou, em outras palavras, na luta por uma outra globalização. Não há determinismo social nem econômico ou tecnológico: as relações de forças opostas serão essenciais para os resultados – favoráveis ou desfavoráveis – relativos ao emprego e ao trabalho das mulheres.

A partir de uma abordagem homens-mulheres e de uma abordagem Norte-Sul, pretendemos questionar o conceito de globalização, que freqüentemente aparece como um conceito “arca”, em que cabem as mais contraditórias interpretações de seu significado e de seus efeitos. Na verdade, a reflexão sobre a globalização é inseparável de uma desconstrução dessa noção, que queremos considerar enquanto categoria analítica e, ao mesmo tempo, criticar seu uso como modelo normativo. Apesar de suas

¹ Este texto foi originalmente publicado no livro *Regards des femmes sur la globalisation. Approches critiques*, organizado por Jeanne Bisilliat e publicado por Karthala, Paris, 2003. Traduzido por Wanda Caldeira Brant.

² Helena Hirata é pesquisadora em sociologia no GERS (Gênero e Relações Sociais) do CNRS (França), ex GEDISST. Ela desenvolve pesquisas comparativas internacionais no Brasil, França e Japão sobre trabalho e relações sociais de sexo/gênero.

forças homogeneizantes, a interdependência cada vez maior dos mercados nacionais rumo à constituição de um mercado mundial unificado não acaba com a diversidade, mas aguça sobretudo a heterogeneidade das condições de trabalho, de emprego e de atividade das mulheres e dos homens, do Sul e do Norte.

O objetivo deste artigo é analisar as diferentes conseqüências que o processo de globalização tem sobre o emprego e o trabalho, de acordo com os sexos, dentro de uma perspectiva Norte-Sul. Se considerarmos os resultados de pesquisas feitas por economistas e sociólogos do trabalho nos anos 90, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional teve como conseqüência um aumento no âmbito mundial – com raras exceções, como a da África Subsaariana – do emprego assalariado e do trabalho remunerado das mulheres. No entanto, e esse é um dos paradoxos da globalização, esse aumento foi acompanhado de uma maior precarização e vulnerabilidade desses empregos. As desigualdades dos salários, das condições de trabalho e da saúde não foram significativamente reduzidas com o crescimento do emprego assalariado das mulheres, e a divisão do trabalho doméstico não mudou de fato, apesar das responsabilidades crescentes assumidas, pelo menos por algumas dessas mulheres, no campo do trabalho profissional. A relação entre trabalho doméstico e afetividade parece estar no próprio cerne dessa permanência. Na verdade, as mudanças na divisão do trabalho doméstico são muito lentas. O desenvolvimento das tecnologias para uso doméstico tende a tornar as tarefas menos penosas, mas a divisão sexual desse tipo de trabalho e a atribuição do mesmo às mulheres continuou intata³.

O modelo de trabalho precário, vulnerável e flexível tomou, nos países do Norte, a forma de trabalho em tempo parcial e, nos países do Sul, a forma de trabalho informal, sem estatuto e sem a menor proteção social. A oposição entre essa forma do trabalho assalariado feminino e a importância alcançada, nos últimos anos, pela feminização da categoria gerencial e das profissões intelectuais superiores também deve ser levada em conta, uma vez que essa “bipolarização”, em parte resultante dos processos que se desenvolvem na esfera educativa, é um ponto central de convergência entre os países do Norte e do Sul.

Um dos resultados desses processos é a exacerbação das desigualdades sociais entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres, mas a atomização dos(as) trabalhadores(ras), que, em parte, resulta de trabalharem em modalidades de empregos precários (contratos por tempo determinado, temporários, contratos “subsidiados”⁴ etc) ou isolados (trabalho em domicílio, teletrabalho etc), não impede e pode até ser, paradoxalmente, um espaço propício para a emergência de novas protagonistas e de novos atores coletivos.

3 A questão dos mecanismos psico-afetivos da dominação, central para pensar essa permanência, foi pouco explorada pelos sociólogos. As noções de “servidão voluntária”, de “consentimento” à dominação e de “sentimento amoroso”, que estão na base das relações entre homens e mulheres no universo familiar e conjugal, são heurísticas para refletirmos sobre os afetos que se encontram na raiz da reprodução da servidão doméstica. Cf. Hirata, H., 2002.

4 Contratos subsidiados pelo governo, seja por meio da isenção de uma série de contribuições do empregador, normalmente obrigatórias, seja pelo pagamento de parte da remuneração do empregado. Os diversos tipos de contratos subsidiados variam de acordo com o tipo de empregador admitido, a duração da jornada de trabalho e a do contrato, o salário, o subsídio propriamente dito e as exigências feitas aos candidatos a uma vaga. (N.T.)

Nosso objetivo neste artigo é, em primeiro lugar, tentar delimitar os contornos e limites da noção de mundialização, com base em um certo número de definições de economistas críticos; em segundo, fazer referência ao quadro atual do emprego feminino na esfera internacional; em terceiro, apresentar em que pé se encontram os trabalhos que analisam as conseqüências da globalização sobre o emprego e o trabalho das mulheres; finalmente, com base nos resultados de nossas próprias pesquisas, descrever as transformações atuais do trabalho assalariado das mulheres no âmbito das relações Norte-Sul, fundamentalmente por meio de seu trabalho nas empresas globalizadas.

Contornos e limites da noção

A definição capitalista de mundialização/globalização⁵, de acordo com um diretor de um dos maiores grupos europeus, citada por Chesnais (1977: 22), reproduz a noção de um movimento sem freios do capital em escala mundial. Segundo esse empresário, a globalização é

"a liberdade que tem seu grupo de se instalar onde quiser, durante o tempo que quiser, para produzir o que quiser, estocando e vendendo onde quiser, com o compromisso de se submeter ao mínimo possível de obrigações em matéria de direito do trabalho e de convenções sociais".

A definição dos economistas críticos tem algo em comum com essa idéia, ou seja, a noção da ruptura dos limites e fronteiras:

"A globalização significa a interdependência crescente de todos os mercados nacionais, para a constituição de um mercado mundial unificado" (Lipietz, 1996: 43).

Trata-se, como Lipietz afirma, de tendências históricas da internacionalização do capital, mas o que é novo nesse processo é

"a intensidade dos fluxos, a variedade de produtos, o número de agentes econômicos envolvidos nesse movimento" (Petit, 2000).

Na verdade, pelo menos três dimensões dão a esse processo um caráter novo. *Em primeiro lugar*, ele é estimulado por políticas governamentais neoliberais, que têm como conseqüências a liberalização das trocas comerciais, a desregulamentação, a abertura dos mercados e novas lógicas de desenvolvimento das empresas multinacionais. Essas tendências têm, como corolário, as privatizações, o desenvolvimento da terceirização e da externalização da produção. Elas tiveram conseqüências negativas sobre as condições de trabalho e de emprego das mulheres, que passaram a trabalhar maciçamente nessa série de atividades terceirizadas.

Em segundo lugar, o desenvolvimento acelerado das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC) e a expansão das redes torna possível a

⁵ Utilizamos, aqui, esses dois termos como sinônimos. Para o debate sobre as diferenças entre globalização e mundialização, ver Boyer, R., 1996.

circulação imediata de informações e de dados de toda ordem, e ainda a financeirização das economias, com conseqüências relativas à flexibilidade do trabalho e à precarização do emprego (Salama, 1998). O aumento do número de assalariadas nos anos 90, no Sul, deve-se, em parte, à expansão das NTIC.

Em terceiro lugar, o novo papel desempenhado pelos organismos internacionais, paralelamente e nem sempre em harmonia com a regulação exercida pelos Estados-nações e pelas empresas multinacionais. A ação desses organismos internacionais (ONU, Banco Mundial) e das novas instituições européias, relativa, particularmente, à igualdade entre as mulheres e os homens, tem repercussões sobre a situação das mulheres, uma vez que esses órgãos e instituições têm cada vez mais políticas explícitas no que diz respeito à igualdade entre os sexos (Bisilliat, 1998; Treillet, 2002; Ferreira, 2002).

Esse novo quadro econômico e financeiro tem, portanto, conseqüências diferenciadas de acordo com as regiões do globo e conforme o assunto em questão diga respeito a homens ou a mulheres. No entanto, embora a literatura sobre a mundialização financeira e econômica seja, hoje, abundante, raros são os trabalhos que levam em consideração as diferenças homens-mulheres para refletir sobre a globalização.

Talahite (2000) é uma das raras economistas a propor uma reflexão sobre a categoria mundialização a partir de uma perspectiva de gênero. Ela distingue o aspecto "categoria analítica" e o aspecto "modelo normativo" (consagração da ordem estabelecida, fatalismo, em uma abordagem liberal):

"Portanto, a mundialização é uma categoria analítica, que designa um fenômeno econômico e, ao mesmo tempo, normativa, servindo para prescrever comportamentos, definir e justificar o conteúdo de normas e instituições" (Talahite, 2000: 121).

Ela descreve, particularmente, a situação paradoxal criada pelo fato de as convenções internacionais visarem proteger as mulheres, mas, ao recorrerem a uma norma globalizada, deixarem "sem voz" as mulheres das culturas dominadas e deprecia-rem os modos de expressão da diferença entre os sexos próprios de cada cultura.

O trabalho e o emprego feminino na economia globalizada

Na década de 1990, o processo de globalização teve conseqüências complexas e contraditórias, que afetaram de maneira desigual o emprego feminino e o masculino. O emprego masculino passou por uma regressão ou, na melhor das hipóteses, por uma estagnação. No entanto, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional teve como conseqüência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres no âmbito mundial, com raríssimas exceções (a África Subsaariana, por exemplo). Em certas regiões em desenvolvimento, a taxa de atividade feminina foi até comparável à dos países da OCDE (Organização de

Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). Houve um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto no setor formal quanto nas atividades informais, e uma nova elevação do número de empregos por elas ocupados no setor de serviços. No entanto, essa participação traduz-se sobretudo pela criação de empregos precários e vulneráveis, tanto na Ásia quanto na Europa e na América Latina. Essas tendências estão nitidamente presentes nos resultados de pesquisas de economistas feministas publicadas no início dos anos 2000 (Beneria et alii, 2000; Grown et alii, 2000). O aumento do número de empregos remunerados, acompanhado de sua precarização e vulnerabilidade crescentes, é um dos paradoxos centrais da globalização do ponto de vista do gênero. Por outro lado, é possível dizer que as desigualdades dos salários, das condições de trabalho e da saúde não foram atenuadas, e que a divisão do trabalho doméstico não foi modificada de maneira significativa, apesar de um maior envolvimento das mulheres em suas responsabilidades profissionais. Pearson (1995), por exemplo, mostra que a globalização representa novas oportunidades, mas também novos riscos para as trabalhadoras. Suas pesquisas indicam que as desigualdades sociais nas relações de trabalho e em relação à saúde parecem ter se agravado sob o impacto das políticas de flexibilização.

Ainda na década de 1990, o crescimento do emprego em tempo parcial – em toda parte majoritariamente feminino – como instrumento de flexibilidade foi impressionante em um grande número de países, entre eles Canadá, Japão e quase todos os países europeus. Em todos os lugares, o Estado desempenhou um papel muito significativo nesse crescimento, por meio de subsídios diversos, com a intenção de ajudar as empresas a realizarem, pelo menos, três objetivos: atingir a flexibilidade, reduzir os custos, diminuir o desemprego.

Esse desenvolvimento do *trabalho em tempo parcial* nos países do Norte pode ser comparado ao aumento do *trabalho informal* nos países do Sul, em que também as mulheres se tornaram mais presentes. Nos dois casos, principalmente no que diz respeito aos empregos que não são do setor público e, particularmente, encontram-se no comércio e nos serviços, são trabalhos muito freqüentemente instáveis, mal-remunerados, não-valorizados socialmente, com uma possibilidade quase nula de promoção e de plano de carreira, além de direitos sociais muitas vezes limitados ou inexistentes. As empresas recorrem, cada vez mais, a uma combinação e a uma integração de todas as diferentes formas de atividade produtiva simultaneamente.

Enfim, devem ser mencionadas duas tendências atuais que afetam o emprego feminino tanto nos países do Norte quanto nos do Sul. A primeira diz respeito à bipolarização do trabalho feminino, entre uma grande maioria de trabalhadoras denominadas “não-qualificadas”, que ocupam empregos precários, não-valorizados socialmente, mal-remunerados, e uma pequena minoria de mulheres (na França, cerca de 10% das mulheres ativas ocupadas em 1998, de acordo com a pesquisa de emprego do INSEE⁶), pertencentes à categoria estatística “gerências e profissões intelectuais superiores”. A

⁶ Institut national de la statistique et des études économiques (Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos).

atividade feminina continua concentrada em setores tais como os serviços pessoais, saúde e educação. No entanto, a tendência a uma diversificação das funções revela, hoje, um cenário em que, em um dos pólos estão presentes profissionais altamente qualificadas, com salários relativamente elevados em comparação com o conjunto da mão-de-obra feminina: engenheiras, arquitetas, médicas, professoras, gerentes, advogadas, desembargadoras, juízas etc. O segundo pólo é formado por empregos precários, sem perspectivas de plano de carreira e mal-remunerados e cresceu muito devido ao aumento do trabalho em tempo parcial, temporário, contrato por tempo determinado (CDD), diversos contratos subsidiados (entre outros, CES – contrato de emprego solidariedade e CEC – contrato de emprego consolidado⁷) etc. À relação homens-mulheres pode-se sobrepor uma segunda relação contraditória: a relação mulheres-mulheres. Kergoat (1998: 322-323) teoriza o antagonismo possível entre esses dois grupos.

A segunda tendência diz respeito ao crescimento atual dos empregos de serviços, principalmente dos empregos "domésticos", ligados à crise econômica e à recessão, que levam mulheres inativas e sem qualificação profissional reconhecida a se integrarem no mercado de trabalho. Em países como a França e o Brasil, a supressão de empregos no setor industrial é compensada pela criação de empregos nos serviços, em que a bipolarização também é significativa: por um lado, há um aumento do número de mulheres que são gerentes financeiras nos bancos e nas companhias de seguros; por outro, no mundo inteiro, há um aumento dos "empregos em serviços" e do "serviço pessoal" (trabalho doméstico remunerado, trabalho para cuidar de crianças e de pessoas idosas etc). Os efeitos perversos do crescimento do número de empregos em serviço pessoal são conhecidos: diminuem o *status*, já precário e subvalorizado, desse tipo de emprego, em geral associado à força de trabalho feminina.

Essas duas tendências reforçam, assim, o paradoxo de um forte crescimento do emprego feminino simultaneamente à degradação e precarização do *status* desse emprego.

Globalização, trabalho e gênero: alguns estudos

O processo de globalização econômica e financeira em curso é, freqüentemente, associado a um conjunto de fenômenos estreitamente ligados: interdependência e integração crescentes dos mercados nacionais; aumento do comércio internacional, das trocas internacionais de bens e serviços; desregulamentação e abertura dos mercados e da economia devido às políticas governamentais neoliberais; de-

7 O CES e o CEC têm semelhanças quanto ao tipo de empregador (órgãos públicos, setor privado sem fins lucrativos, são alguns exemplos) e às exigências ao público-alvo. Os desempregados devem preencher, pelo menos, uma destas exigências: estar desempregado há mais de 3 anos ou ter mais de 50 anos; ter entre 18 e 26 anos e dificuldade de acesso a um emprego qualquer; ser deficiente. O CES permite a contratação apenas por tempo parcial e tem duração de 3 meses a 1 ano, podendo ser prorrogado por no máximo 2 anos. Já o consolidado tem duração indeterminada ou determinada de no mínimo 1 ano e no máximo 5 anos. O salário nos dois tipos de contrato deve ser pelo menos a metade do mínimo, mas os subsídios relacionados não são os mesmos: no caso do solidariedade, 65% são pagos pelo governo e 35% pelo empregador; no do consolidado, a contribuição do governo tem uma série de variações, que não tem por que detalhar aqui. (N.T.).

envolvimento acelerado da tecnologia de informação, expansão das redes e, de uma maneira mais ampla, o crescimento das novas tecnologias baseadas na microeletrônica; criação de mercados regionais (União Européia, Nafta, Mercosul): a regionalização parece ser a outra face da globalização; emergência de vários pólos econômicos, que são também centros produtivos (Estados Unidos, Japão, Europa), recebem investimentos diretos e, ao mesmo tempo, são investidores; e, enfim, uma nova lógica de expansão das multinacionais, fortalecidas por esses processos de integração dos mercados.

Assistimos simultaneamente ao avanço desse processo de globalização e ao desenvolvimento de outros processos, em diferentes graus de acordo com cada país, como as privatizações e o desenvolvimento da terceirização (relações entre clientes e fornecedores).

As diferentes conseqüências da globalização de acordo com o gênero⁸ ainda têm muito a ser analisado. A quase totalidade dos inúmeros trabalhos publicados, que examinam os fenômenos a que nos referimos acima muito rapidamente⁹, não levam em conta se a população atingida por essas mudanças macroeconômicas e sociais é masculina ou feminina. São trabalhos *gender-blinded*.

Algumas pesquisas constituem exceções, uma vez que consideram a globalização a partir do ponto de vista do gênero¹⁰ e demonstram as conseqüências desse processo sobre o emprego e o trabalho das mulheres.

Assim, as pesquisas coordenadas por Mitter e Rowbothan (1995) já haviam demonstrado que as mudanças tecnológicas e a intensificação do comércio internacional aumentaram as oportunidades de emprego para as mulheres: na Malásia, a proporção de mulheres nos empregos qualificados em informática, por exemplo, passou de 16%, em 1975, para 40%, em 1990. No Chile, Abramo (1997:12 e 24) demonstrou que a introdução de novas tecnologias abriu também novas oportunidades e teve efeitos positivos sobre o trabalho feminino. Mears (1995) salientou essa mesma tendência a partir de um balanço da literatura dedicado à globalização e ao emprego das mulheres nas Américas (do Norte, Central e Latina).

O estudo dos processos de deslocamento de produções para outros países demonstrou também as conseqüências do deslocamento das atividades de digitação e de programação, ou seja: ao mesmo tempo que ele cria novas oportunidades de emprego para as mulheres, essas oportunidades podem ser acompanhadas por uma dualidade de salários em relação aos das trabalhadoras do país das empresas clientes. Assim, uma digitadora nas Caraíbas podia receber uma remuneração seis vezes menor que sua homóloga norte-americana (Mitter e Rowbothan, 1995).

O processo de terceirização e de externalização da produção, que não é novo, mas foi intensificado de maneira extraordinária na década de 1990, pode também ter

8 Para nós, as diferenças entre Norte e Sul, assim como as relativas aos homens e às mulheres são, com as relações entre capital e trabalho, fundamentais para a análise e serão levadas em consideração, aqui, de maneira central.

9 Para citar apenas os autores franceses, ver, entre outros, Boyer, R., 1996; Cardebat, J.-M., 2002; Chesnais, F., 1997; Petit, P., 2002.

10 Cf. a Bibliografia Geral, no final deste artigo.

conseqüências negativas no que se refere ao emprego das mulheres. Assim, a tese de Roldan (2000), com base em pesquisas na indústria argentina no ano 2000, é de que esses processos levarão as mulheres a se situarem cada vez mais em atividades e empresas periféricas. Essa tese foi confirmada por uma pesquisa recente de Leite (2002), na indústria de confecção no Brasil, em 2002.

Três estudos aprofundaram a análise da situação paradoxal das mulheres no espaço globalizado da economia mundial, a partir da análise das ligações existentes entre relações sociais de sexo/gênero, trabalho e desenvolvimento. Eles demonstram as dificuldades da individualização das mulheres no âmbito da relação Norte-Sul.

Folbre (1995) afirma que

"as mulheres estão diante de um paradoxo: os aspectos do processo de desenvolvimento que aumentam sua independência econômica enquanto indivíduos (desenvolvimento da educação e do emprego assalariado) tendem, ao mesmo tempo, a aumentar sua vulnerabilidade econômica enquanto mães".

Por outro lado, enfatiza as conseqüências assimétricas dos processos atuais de privatização e de redução da seguridade social para as relações entre homens e mulheres. A relativa eficácia da substituição das atividades ligadas, principalmente, a cuidar das crianças e de sua educação por atividades mercantis é analisada do ponto de vista das conseqüências negativas que o abandono da idéia de um serviço público, nesse setor, tem para o crescimento econômico.

Joeques (1987) ressalta a vulnerabilidade engendrada pela interdependência: o processo de interdependência, resultante da globalização do comércio, coloca os países do Sul em situação de fragilidade, ao mesmo tempo em que aparecem como mercados e atores econômicos potencialmente emergentes. As conseqüências desse contexto para a posição econômica dos homens e das mulheres varia de acordo com o setor econômico e a região. As mulheres, nos países do Sul, beneficiam-se diretamente, enquanto assalariadas, ou indiretamente, dentro de sua família, da expansão econômica (caso da Ásia) ou arcam com os ônus, proporcionalmente mais do que os homens, dos processos de recessão (África, América Latina). Elas beneficiam-se do crescimento do emprego industrial suscitado pelo aumento da produção manufatureira para exportação. No entanto, na agricultura, o balanço é negativo: "o progresso técnico na agricultura não beneficiou as mulheres nos países em via de desenvolvimento" (Joeques, 1987: 123). Menos estrita é a avaliação do setor de serviços, em que coexistem destruição e criação de empregos e, segundo a autora, essa criação parece mais limitada nos países do Sul do que nos do Norte. Enfim, sua conclusão geral pode ser enunciada sob a forma de um paradoxo:

"as condições de trabalho das mulheres deterioraram-se em relação às dos homens dentro [grifo da autora] de cada setor, como resultado de pressões econômicas internacionais, mas ao mesmo tempo uma mudança fundamentalmente positiva para as mulheres pode [grifo da autora] ser atribuída amplamente às evoluções do mercado internacional" (Joeques, 1987: 136).

De um ponto de vista do Sul, Yanez e Todaro (1997) demonstram que a abertura e os tratados comerciais têm conseqüências negativas sobre a estabilidade do trabalho e a qualidade do emprego. Elas constatam que, no Chile, o aumento do emprego feminino foi mais importante do que o do emprego masculino no último período, mas que houve uma desaceleração no início da década de 1990, e que a tendência atual à precarização do emprego poderia atingir mais as mulheres. As autoras propõem políticas públicas relativas à mão-de-obra feminina, reorientações na política das empresas no que diz respeito às mulheres e uma reorientação da ação sindical concernente ao poder de negociação das assalariadas (Yanez e Todaro, 1997: 53).

Mais recentemente, no ano 2000, dois números especiais das revistas *Feminist Economics*¹¹ e *World Development*¹², consagradas, respectivamente, aos temas "Globalização e gênero" e "Desigualdades de gênero, macroeconomia, finanças e comércio global", demonstraram, com precisão, a evolução do emprego feminino no âmbito internacional durante os anos 90. Analisaram um grande número de pesquisas empíricas, realizadas ao longo dos últimos anos, e mostraram que seus resultados avançam na mesma direção. Atualmente, é possível dizer que a globalização foi benéfica para o emprego feminino, que se desenvolveu consideravelmente durante a última década. No entanto, as modalidades de emprego criadas diferem-se da norma do emprego estável em vigor durante os "Trinta Gloriosos"¹³, e a natureza instável e precária desses novos empregos femininos têm conseqüências negativas sobre as condições de trabalho, a saúde, os salários e o modo de vida.

Para mencionar apenas um desses aspectos – os salários –, a evolução do mercado de trabalho na última década multiplicou o número de *working poors*, trabalhadores pobres que, na verdade, são "trabalhadoras pobres". Em 1998, na França, 16% do total de trabalhadores eram pobres, ou seja, recebiam dois terços do salário mediano, mas 28,5% das trabalhadoras achavam-se nessa situação (Concialdi e Ponthieu, 1999: 35). O desenvolvimento do que se chama a "feminização da pobreza" encontra uma parte da explicação no aumento extraordinário do trabalho em tempo parcial – e com salário parcial – que passa de 17,2% das trabalhadoras, em 1980, para 31,7%, em 1999. Em 1997, 77% dos empregos com baixos salários eram empregos em tempo parcial.

Também fazem parte dos *working poors*, na Europa, as chefes de família (das denominadas "famílias monoparentais", que atualmente constituem 14% dos domicílios (sete milhões de famílias) na União Européia (Lefaucher, 2000: 6). Essa categoria de mulheres forma contingentes importantes de trabalhadoras em tempo parcial nos países europeus e emerge como um dos pólos de inserção profissional feminina particularmente vulnerável.

No número da *Feminist Economics* citado acima, Beneria et alii (2000) associam essa situação de crescimento da pobreza, em âmbito mundial, às políticas de ajuste

11 Vol. 6, nº 3, nov. 2000, coordenada por Lourdes Beneria, María Floro, Caren Grown e Martha MacDonald.

12 Vol. 28, nº 7, 2000, coordenada por Caren Grown, Diane Elson e Nilufer Cagatay.

13 Período de 1945 a 1975, caracterizado por um forte crescimento econômico. (N.T.).

estrutural e aos novos papéis dos organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. No entanto, no debate sobre a relação entre igualdade dos sexos e crescimento econômico, resultados de uma pesquisa, apresentados naquele mesmo número da revista, indicam que esse crescimento pode ser consequência da desigualdade ou, em outras palavras, que a desigualdade entre os sexos pode ser condição de uma aceleração do crescimento econômico. Assim, Beneria et alii, na introdução à revista citada, referem-se a pesquisas sobre a Ásia, que revelam: 1) o acesso crescente das mulheres ao emprego; 2) supressão das diferenças relativas à escolaridade e à educação; 3) redução das variações salariais. Mas alguns resultados dessas pesquisas indicam também que "a desigualdade de gênero pode estimular o crescimento e que o crescimento pode exacerbar a desigualdade de gênero" (Beneria et alii, 2000: xi).

Os estudos apresentados naquela revista, assim como os apresentados no número da *World Development* supracitado, demonstram também que o emprego assalariado pode significar independência econômica, mas não necessariamente melhora as condições de vida e de trabalho das mulheres, uma vez que os postos de trabalho que exigem uma qualificação maior são propostos aos homens, tendo as mulheres acesso a empregos de tipo repetitivo, monótono, penoso. Essa constatação foi feita também na França, onde as pesquisas sobre as condições de trabalho, complementares às pesquisas sobre emprego do INSEE, revelam que 24% das operárias declararam que trabalhavam na cadeia de produção, em 1998, em comparação a 7% dos operários. Entre 1978 e 1998, a proporção dessas operárias aumentou, mesmo que essa modalidade de organização do trabalho, atualmente, diga respeito a apenas 10% da categoria operária na França (Gollac e Volkoff, 2000).

Todos os questionamentos em torno da problemática relativa à igualdade entre os sexos e o crescimento econômico, realizados nos dois números citados das revistas em foco, demonstram o caráter heurístico de uma abordagem "por gênero" dos processos contemporâneos de globalização. Permitem também ampliar a reflexão, como o faz Carrasco (2001), sobre a questão da "globalização dos trabalhos de cuidar de pessoas". Trata-se de pensar as consequências, sobre o emprego feminino, da expansão mercantil – havendo inclusive uma migração internacional – do trabalho doméstico, por meio do emprego de mulheres pobres por famílias de níveis socioeconômicos mais elevados. Trata-se, diz ela, retomando uma expressão de Hoshschild, das "cadeias mundiais de afeto e de assistência".

Transformações do emprego feminino nas empresas globalizadas

As pesquisas que realizamos em multinacionais no Brasil, na França e no Japão revelaram, fundamentalmente, que a globalização significa interdependência dos mercados, mas não significa homogeneização do trabalho; que, embora os fluxos financeiros não conheçam fronteiras e se movam em tempo real, a desigualdade de situações

sociais e de emprego conforme o país, o gênero, as raças, as gerações, persiste e pode até mesmo aumentar; que a polarização em três zonas do globo, Estados Unidos, Europa, Japão, às quais podem ser acrescentados alguns países da América Latina e da Ásia e das quais tendencialmente são excluídas outras zonas, traduz-se pelo estabelecimento de hierarquias e de correlações de forças no âmbito internacional.

A diversificação das oportunidades de emprego qualificado, constatada pelas pesquisas apresentadas, na seção anterior deste artigo, foi constatada também no Brasil com base em pesquisas de campo. Assim, estudamos a entrada das mulheres nos postos de manutenção elétrica/instrumentação, a partir do início dos anos 90, como uma consequência da descentralização da manutenção em uma empresa do ramo químico pertencente a uma multinacional francesa. Requeria-se competência técnica para a realização da atividade profissional, e a formação universitária, com a inscrição em um curso universitário de Engenharia, fazia parte da trajetória das técnicas entrevistadas. No entanto, essa nova realidade é contraditória e impõe novos sofrimentos às trabalhadoras que exercem uma profissão masculina, pois a elas, jovens e com uma formação técnica, são delegados "os piores serviços de manutenção" (entrevista efetuada em 1996) que, segundo essa assalariada, aceitam por medo da concorrência por parte dos homens. A negação da identidade sexual é continuamente exigida pelo trabalho: "é preciso ter uma aparência bem profissional, como se fosse um homem no trabalho" (idem). Elas são vítimas de ridicularizações, devem usar roupas que não marquem as linhas do corpo e, em um texto redigido para um encontro do grupo industrial, queixam-se de não haver um banheiro exclusivo para as mulheres no local de trabalho, onde são minoritárias (Souza Gonçalves et al., s.d., 1994 ou 1995).

Uma outra pesquisa, que realizamos em duas filiais (brasileira e japonesa) de uma multinacional francesa no ramo da indústria agroalimentícia, demonstrou que os operários e as operárias brasileiras consideram ter um nível de salários e de benefícios sociais muito satisfatório no contexto do mercado de trabalho local; no entanto, se compararmos esses salários aos que prevalecem na França, são nitidamente muito mais baixos (sendo o salário mínimo, no Brasil, dez vezes menor do que na França). No que diz respeito às trabalhadoras da filial japonesa, situavam-se abaixo da hierarquia de funções e de salários em relação a seus colegas homens, mesmo quando a atribuição de responsabilidades e a exigência de competências técnicas eram importantes. Quanto às condições de trabalho, eram visivelmente diferentes. Uma operária entrevistada na filial no Japão declarou: "Temos horários para ir ao banheiro: dez minutos às 10 horas e dez minutos às 15 horas". Não é difícil imaginar que os homens "podem ir ao banheiro livremente". Cabe observar que, em um país de nível de desenvolvimento econômico e tecnológico muito mais avançado que o do Brasil, esse tipo de controle do tempo é exercido exclusivamente sobre as assalariadas.

Uma pesquisa de campo realizada em multinacionais francesas no Brasil, em 1998-1999, enfocou os processos acelerados de fusões, aquisições e privatizações, que tiveram consequências sobre todos os trabalhadores, homens e mulheres, no

que se refere não só à supressão de postos de trabalho, mas também às condições de trabalho e aos salários. As cinco multinacionais francesas estudadas apresentaram um perfil forte de instabilidade (ora crescimento, ora crise) e de incerteza e de risco em relação ao futuro do emprego, sobretudo dos assalariados mais velhos, menos qualificados e com escolaridade menor; estavam em curso processos de flexibilização do trabalho, inclusive recorrendo-se ao trabalho feminino em tempo parcial, com um salário parcial, até hoje raro na indústria brasileira. Para se protegerem e enfrentarem os riscos de perder o emprego, os trabalhadores dos dois sexos fizeram um esforço maior de formação escolar e profissional, com sacrifícios pessoais importantes, relacionados tanto ao tempo de lazer e com a família quanto aos gastos para se inscreverem em cursos particulares, na ausência de políticas públicas de formação profissional sistemática e apropriada.

As trabalhadoras das empresas multinacionais, entrevistadas durante essa pesquisa, em primeiro lugar, referiram-se às maiores exigências de formação escolar para obterem promoções e terem êxito na profissão. Em uma multinacional do ramo farmacêutico foi exigido, das operárias, diploma universitário para um posto de supervisora de sete ou oito operárias de produção (operadoras de máquinas). Esse fato não é extraordinário: as cadeias de supermercados no Brasil também exigem diploma universitário para ser gerente de poucas caixas. O contexto de crise do emprego permite que as empresas utilizem esse método de seleção do pessoal com alto nível de escolaridade que, ao mesmo tempo, corresponde às exigências de organização da produção flexível. Em segundo lugar, referiram-se às dificuldades para realizarem essa formação, tendo de escolher entre seu próprio aperfeiçoamento ou o de seus filhos. As mensalidades nas universidades particulares eram equivalentes a seu salário mensal. No Brasil, é descartada a possibilidade de que as operárias tenham acesso às poucas vagas disponíveis nas universidades públicas, uma vez que o vestibular é extremamente seletivo e acaba recrutando os estudantes provenientes das camadas superiores.

Enfim, as mulheres tinham acesso a postos de técnicas ou mesmo de engenheiras com responsabilidades de gerência (caso de uma empresa de distribuição de energia e de uma empresa agroalimentícia), mas as relações de trabalho entre homens subordinados à gerência feminina eram fonte de conflitos e podiam levar à demissão voluntária das promovidas. Finalmente, os postos de direção não eram acessíveis às mulheres, dada a concorrência masculina para um número muito reduzido desses postos.

Conclusão

Vimos que “a liberdade de ir e vir do capital com o mínimo de constrangimento possível” não tem as mesmas conseqüências sobre o emprego, o trabalho, a atividade profissional ou doméstica, as condições de trabalho dos homens e das mulheres. Por um lado, a interdependência crescente dos mercados nacionais e, por outro, as mudanças tecnológicas e organizacionais na década de 1990, que desenvolveram a

flexibilidade do trabalho, tiveram como conseqüência um desenvolvimento do emprego e do trabalho feminino, mas – e esse é apenas um de seus paradoxos – esses empregos criados são marcados pelo timbre da precariedade e ao mesmo tempo da vulnerabilidade. O desenvolvimento da terceirização, do trabalho em domicílio, do teletrabalho, de modalidades diferenciadas do trabalho informal, o aumento do desemprego e do subemprego levaram à atomização do espaço e do tempo da atividade. No entanto, “nem por isso a contestação deixa de estar presente no globo”, como diz, com toda razão, Catherine Quiminal (2000), designando assim outro paradoxo da globalização: lugar de criação e fortalecimento das desigualdades de sexo, mas também cenário para a estruturação de novos coletivos. Movimentos *anti-* ou *alter-*globalização assumem proporções significativas e se impõem no cenário político internacional. Assim, a Marcha Mundial das Mulheres contra a Violência e a Pobreza, reunindo diferentes associações, grupos, movimentos de mulheres, propôs alternativas e ações organizadas em escala mundial contra a crise, a precariedade e a flexibilidade cada vez maiores do trabalho das mulheres.

Essa ação se opõe, desde já, a uma das prefigurações do assalariado feminino, que se tornou um modelo de trabalho para homens e mulheres, ou seja, a assalariada vulnerável e flexível, sujeita à corvéia e pobre, na verdade, pode prefigurar todo o assalariado de amanhã.

Por quem os sinos dobram? Entre o desenvolvimento das dimensões da profissionalização feminina e a figura da assalariada flexível em tempo parcial, entre o mundo do trabalho e da revolta organizados e a liberdade de ir e vir do capital existem choques e encontros.

Embora seja difícil prever as saídas, as mobilizações atuais contra a globalização liberal e por uma outra globalização mostram que existe uma relação de forças em que as mulheres, desde já, estão muito presentes – e essa é também uma das diferenças marcantes relativas a outros momentos da internacionalização do capital – enquanto mulheres, e não só como representantes do pólo trabalho.

Bibliografia

ABRAMO, Laís. Oportunidades y nuevas experiencias de trabajo para la mujer en el contexto de la reestructuración productiva y de la integración regional. Segundo Seminário Mulher e Mercosul. São Paulo, Unifem, 29-30 de abril, 1997.

BENERIA, Lourdes; FLORO, Maria; GROWN, Caren; MACDONALD, Martha (coords.). Gender, A Special Issue on Globalization, *Feminist Economics*, vol. 6, n. 3, novembro, 2000, p. vii-xviii.

BESSIS, Sophie. *La culture de la suprématie. L'Occident et les autres*. Paris, La Découverte, 2001.

BISILLIAT, Jeanne. Les logiques d'un refus. Les femmes rurales africaines et les politiques d'ajustement structurel, *Cahiers du Gedisst*, n. 21, 1998, p. 95-109.

— . . L'intégration du genre dans la politique française de coopération. Relatório para o primeiro-ministro, 2001.

BOYER, Robert. La globalisation: mythes et réalités. *Actes du Gerpisa*, n. 18, 1996.

CABANES, Robert. *Travail, famille, mondialisation. Récits de la vie ouvrière*, São Paulo, Brésil. Paris, IRD-Karthala, 2002.

CAGATAY, Nilufer and SULE, Ozier. Feminization of the labor force: the effects of long-term development and structural adjustment. *World Development*, 23 (11), 1995, p. 1883-1894.

CARDEBAT, Jean-Marie. *La mondialisation et l'emploi*. Paris, La Découverte, 2002. (Col. Repères).

CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: un asunto de mujeres? *Mientras Tanto*, n. 82, outono-inverno, 2001.

CHARLIER, Sophie; RYCKMAN, Hélène; CORAL, Namur (orgs.). *Rapports de genre et mondialisation des marchés*. Paris, L'Harmattan, 1999.

CHESNAIS, François. *La mondialisation du capital*. Nova edição ampliada. Paris, Syros, 1997.

CONCIALDI, Pierre et PONTHEUX, Sophie. L'emploi à bas salaire: les femmes d'abord, *Travail, genre et sociétés*. La revue du MAGE, 1/99, 1999, p. 23-41.

FALQUET, Jules (coord.). *Ecologie: quand les femmes comptent*. Paris, L'Harmattan, 2002. (Col. Femmes et changement).

FERREIRA, Virginia. La mondialisation des politiques d'égalité: du réformisme social au réformisme d'État. *Cahiers du Genre*, n. 33, 2002, no prelo.

FOLBRE, Nancy. Engendering Economics: New Perspectives on Women, Work and Demographic Change. Artigo para o 7th Annual World Bank Conference on Development Economics, 1-2 de maio, Washington D.C., 1995.

GOLLAC, Michel et VOLKOFF, Serge. *Les conditions de travail*. Paris, La Découverte, 2000. (Col. Repères).

GROWN, Caren, ELSON, Diane, CAGATAY, Nilufer (eds.). Gender inequalities, macroeconomics and global trade and finance. *World Development*, vol. 28, n. 7, 2000.

GUZMAN, Virginia. Globalisation, institutionnalité et changements dans les rapports sociaux entre les sexes. Comunicação apresentada no III Colóquio Internacional da Pesquisa feminista francófona, Toulouse, 17-22 de setembro de 2002.

HIRATA, Helena. Travail et affects. Les ressorts de la servitude domestique. Note de recherche. *Travailler*, n. 8, 2002, p. 13-26.

— et LE DOARE, Hélène (coords.). Les paradoxes de la mondialisation. *Cahiers du Gedisst*, n. 21, 1998. p. 5-34. [Ver, neste mesmo número, principalmente os artigos de Bisilliat, Jeanne; Lara, Sara; Pearson, Ruth; Quiminal, Catherine; Talahite, Fatiha.]

JOEKES, Susan. *Women in the World Economy*. An INSTRAW Study. New York/Oxford, Oxford University Press, 1987.

KABEER, Naila. *The power to choose: Bangladeshi women and labour market decisions in London and Dhaka*. London/NY, Verso, 2000.

KELLY, Rita Mae et alii. *Gender, Globalization and Democratization*. Lanham/Boulder/New York/Oxford, Rowman & Littlefield, 2001.

KERGOAT, Danièle. La division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, J. et alii. (coord.). *Le monde du travail*. Paris, La Découverte, 1998. p. 319-327.

LABRECQUE, Marie-France. Résistance et mondialisation: femmes d'Amérique Latine, travail et crise. In: SOARES, Angelo (org.). *Stratégies de résistance et travail des femmes*, Paris/Québec, L'Harmattan, 1997.

LEFAUCHEUR, Nadine. Les ménages monoparentaux. *Lettre CAF*, n. 100-101, janeiro, 2000, p. 6-7.

LEITE, Márcia de P. O trabalho feminino na indústria de confecção. [Texto apresentado no seminário GERS, Paris, 6/11/02], 2002.

LIPIETZ, Alain. *La société en sablier. Le partage du travail contre la déchirure sociale*. Paris, La Découverte, 1996.

MEARS, Rona R. The impact of globalization on women and work in Americas. Women's Rights Committee (XX), Inter-American Bar Association Conference XXXII, Quito, 12-17 nov., 1995.

MITTER, Swasti and ROWBOTHAN, Sheila (coords.). *Women Encounter Technology: Changing Patterns of Employment in the Third World*. Routledge/United Nations University, 1995.

ONG, Aihwa. Globalization and Women's Rights: The Asian Debate on Citizenship and Communitarianism. *Indiana Journal of Global Legal Studies*. Special Symposium on Feminism and Globalization: The Impact of Global Economy on Women and Feminist Theory. Vol. 4,1, outono, 1996.

PETIT, Pascal. Mondialisation. In: *Dictionnaire de Sociologie*, Le Robert, Supplément, 2000.

QUIMINAL, Catherine. Les associations de femmes africaines en France. Nouvelles formes de solidarité et individuation. *Cahiers du Gedisst*, n. 21, 1998, p. 111-130.

ROLDAN, Martha. *Globalización o mundialización? Teoría y práctica de procesos productivos y asimetrías de género*. Buenos Aires, Eudeba/FLACSO, 2000.

SALAMA, Pierre. De la finance à la flexibilité en Amérique Latine et en Asie du Nord et du Sud-Est. *Revue Tiers Monde*, n. 154, abril-junho, t. XXXIX, 1998, p. 425-450.

SASSEN, Saskia. Strategic instantiations of gendering in the global economy. [Texto para o Seminário ESRC: Limites críticos, Seminário 6: Perspectivas da globalização]. Leeds, 9 nov., 2001.

SEONE, José et TADDEI, Emilio (comps.). *Resistencias mundiales. De Seattle a Porto Alegre*. Buenos Aires, CLACSO, 2001.

SOUSA GONÇALVES, R. et alii. A mulher na manutenção. [Comunicação redigida por seis signatários, apresentada no III Seminário Rhodia de manutenção industrial] São Paulo, s.d. [1994 ou 1995].

STANDING, Guy. Global feminisation through flexible labour. *World Development*, vol.17, n. 7, 1989. p. 1077-1095.

———. Global feminization through flexible labor: A theme revisited. *World Development*, 27(3), 1999. p. 583-602.

TALAHITE, Fatiha. Mondialisation. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARE, H.; SENOTIER, D. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris, PUF, 2000. p. 120-125.

TREILLET, Stéphanie. *L'économie du développement*. Paris, Nathan, 2002.

WICHTERICH, Christa. *La femme mondialisée*. Arles, Actes Sud, 1998. p. 263 (original em alemão, 1998).

World Development, vol. 23, n. 11: número consagrado a "Gender, Adjustment and Macroeconomics", 1995.

World Development, vol. 27, n. 3: dossiê consagrado a "Women Workers in a Globalizing Economy", 1999.

World Development, vol. 28, n. 7: número consagrado a "Gender Inequalities, Macroeconomics and Global Trade and Finance", 2000.

YAÑEZ, Sonia y TODARO, Rosalba (coord.). *Sobre mujeres y globalización*. Santiago, CEM, 1997.

Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social

LILIANA R. P. SEGNINI¹

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar relatos de experiências vividas em situação de desemprego por mulheres, mães, que residem na Região Metropolitana de São Paulo, buscando apreender, por meio de casos singulares, especificidades observadas na sociedade enfocada.

A relevância das indagações de natureza qualitativa, elaboradas por meio de entrevistas, aos dados quantitativos que constroem os contornos estatísticos do desemprego, deve-se ao reconhecimento de que, além dos números, é necessário compreender melhor a condição social dessas trabalhadoras e as formas concretas na qual experienciam o não-trabalho, a condição social da vivência do desemprego ou outras dimensões do mesmo fenômeno, como o trabalho precário, temporário, diferenciando assim, os caminhos trilhados, o sofrimento vivido relatado subjetivamente por cada uma das entrevistadas. Enfocar relatos individuais tem por objetivo interrogar sociologicamente o que é possível compreender do contexto social no qual se inserem (Demazière et al., 1994). Para tanto, é compreendido que revelam experiência vivida em suas trajetórias familiar e profissional, na situação de desemprego, experiência esta considerada "em termos culturais, encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais" (Thompson, 1979: 10). Nesse sentido, é estabelecido um diálogo, nesse magma semântico, entre Thompson e Castoriadis (entre outros), pois ambos ressaltam a importância dos aspectos culturais, sociais, históricos na construção de relatos significativos, que expressam imaginário. "O imaginário de que falo não é 'imagem de'. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens,

¹ Professora Titular da Faculdade de Educação da UNICAMP, com a contribuição de Carlos Alberto R. Salles, sociólogo e Dilma Fabri Marão, socióloga.

a partir das quais somente é possível falar-se de 'alguma coisa'. Aquilo que denominamos 'realidade e racionalidade' são seus produtos" (Castoriadis, 1992).

O desemprego revela, de forma intensa, as contradições implícitas nas sociedades que engendraram o assalariamento e possíveis direitos vinculados a essa condição (Castel, 1998; Friot, 1998). No entanto, essas sociedades se distinguem pelas suas particulares trajetórias históricas, sobretudo considerado-se a divisão internacional do trabalho (Hirata, 2002). Vivenciar a experiência do desemprego em diferentes países (ou em diferentes regiões metropolitanas) expressa trajetórias históricas singulares.

Este trabalho inscreve-se nos objetivos mais amplos do projeto "Desemprego: Abordagem Institucional e Biográfica. Uma comparação Brasil, França, Japão", no qual se procura compreender a significação do desemprego em diferentes espaços nacionais, tanto no nível normativo das instituições que intervêm – de maneira variável – junto às populações designadas como desempregadas, quanto no nível subjetivo das experiências vividas pelas pessoas implicadas. Para tanto, o referido projeto parte da premissa de que "ser desempregado significa ser reconhecido, contabilizado e considerado como tal, ao mesmo tempo em que importa em definir-se, reivindicar-se, considerar-se como tal. A comparação internacional é, então, considerada um método relevante para se descrever e compreender as formas (e as transformações) assumidas pelo desemprego as quais concernem tanto aos modos de regulação do mercado de trabalho e da relação de emprego como às trajetórias (profissionais e familiares) e aos comportamentos na atividade" (Démazière; Guimarães; Hirata; Sugita, 2000).

O desemprego, nesse projeto, é compreendido "no cruzamento das lógicas institucionais e das experiências biográficas" e, para tanto, "articula variados procedimentos de pesquisa. O primeiro consiste em analisar os sistemas institucionais e normativos de cada país, levando em conta várias dimensões. Apoiando-se sobre as séries estatísticas existentes, trata-se antes de tudo de redesenhar as evoluções das formas de emprego e desemprego afim de melhor apreciar o que aproxima e diferencia as situações nacionais para o que concerne às modalidades de institucionalização dos estatutos sociais e as fronteiras entre desemprego, emprego, inatividade" (op. cit. acima). Foi nesse sentido que se consideraram as séries estatísticas elaboradas pela Seade (Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados), da Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo, para informar, em termos quantitativos, a Região Metropolitana de São Paulo, tendo por referência, o ano 2001. A realização do estudo longitudinal se fará sob forma de um complemento à Pesquisa Emprego e Desemprego (PED), realizada desde 1984 junto a 3.000 famílias. O sorteio dos casos selecionados para as entrevistas biográficas foi realizado com esta base de dados.

Considerando a "importância das variáveis de gênero e de geração na seletividade em face das formas de emprego, como no processo de identificação do

desemprego, privilegiamos estes critérios para delimitar quatro *populações-alvo*, definidas em torno de combinações de traços que especificam sua posição nas relações sociais de sexo, em um ciclo de vida, e na divisão do trabalho:

:: homens e mulheres tendo trabalhado em serviços em níveis de *executivos* (chefias intermediárias), tendo conhecido uma progressão profissional e cujas carreiras foram interrompidas pelas transformações das normas de gestão do emprego;

:: jovens do sexo masculino e feminino, saídos recentemente do sistema educativo e tendo uma formação que os exponha recentemente a dificuldades de inserção profissional (os perfis escolares serão variáveis segundo os países, tendo em conta diferenças importantes nos níveis escolares dos formandos);

:: mulheres *vivendo em casal ou não, mas tendo parado de trabalhar para criar seu(s) filho(s) e engajadas em tentativas para retomar uma atividade profissional ou poder se dedicar mais a ela;* (grifo nosso)

:: homens operários da indústria, entre 45 e 50 anos no Japão e na França, um pouco mais jovens no Brasil (essa idade sofrendo variações segundo os perfis sócio-demográficos de cada país), chefes de família e confrontados a uma crise setorial implicando importante destruição de empregos” (op.cit. acima).

É pelas razões expostas, apoiadas no projeto que mobiliza múltiplas equipes nos países selecionados, que se indaga a este conjunto de grupos selecionados, como vivenciam a situação de desemprego nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Paris e Tóquio. Para tanto foram entrevistadas, em 2001, 12 mulheres, mães, que foram estatisticamente selecionadas como desempregadas, porque se declaram e se reconhecem desempregadas. As três questões analisadas abaixo emergem da análise dessas entrevistas e possibilitam subsídios para análise comparativa em relação tanto aos outros grupos pesquisados na Região Metropolitana de São Paulo como aos dos países selecionados.

:: Relações de gênero e desemprego: expressões sociais de desigualdades

:: Desemprego: uma invenção social

:: A inexistência, ou a insuficiência, de políticas públicas de apoio à situação de desemprego.

Estas questões foram retomadas nas entrevistas refeitas com as mesmas mulheres em outubro de 2002, depois de decorrido quase um ano desde a primeira. Estas últimas entrevistas ainda não estão analisadas.

1. Relações de gênero e desemprego: expressões sociais de desigualdades

As desigualdades, assimetrias e hierarquias observadas nas relações sociais de sexo se rearticulam constantemente com as múltiplas relações sociais que perpassam a sociedade, tensionando-a, como, por exemplo, as de classe: “As relações sociais

são múltiplas e nenhuma delas determina a totalidade do campo que estrutura. Juntas tecem a trama da sociedade e impulsionam sua dinâmica; elas são consubstanciais” (Kergoat, 2002).

Nessa perspectiva, foi possível apreender, analisando as relações sociais de sexo, ou de gênero, presentes nos relatos dessas mulheres, como esses construtos sociais se articulam com outras dimensões do social na sociedade brasileira, como as desigualdades econômicas e sua face mais perversa, a pobreza, e as desigualdades de acesso à escolarização e à qualificação, produzindo relações hierárquicas, de poder, sobretudo no conjunto de relações expressas pelo trabalho, bem como por uma de suas expressões, o desemprego. Assim, neste primeiro tópico serão enfocadas duas dimensões que articulam relações de gênero, trabalho e desemprego, que nos auxiliam a compreender as contradições dessas relações no âmbito da Região Metropolitana de São Paulo:

:: A opção pelo trabalho doméstico. “Por amor?”

:: O cotidiano de mulheres desempregadas é caracterizado por muito trabalho

1.1 – A opção pelo trabalho doméstico. “Por amor?”

Nas discussões prévias à pesquisa de campo, foi levantada a hipótese de que, sociologicamente, as características que singularizam esse grupo – “mulheres vivendo em casal ou não, mas tendo parado de trabalhar para criar seu(s) filho(s)” – dificilmente seriam observadas no Brasil. Compreendia-se naquele momento que, a não ser para grupos sociais de níveis de renda mais elevados (assalariadas cônjuges ou não), essas características não seriam observadas no grupo de mulheres que predominantemente compõem a PEA no Brasil e especificamente na Região Metropolitana de São Paulo. Pesquisas informam que os baixos níveis de rendimento familiar levam as mulheres pobres a buscar estratégias para criar seus filhos nas várias possibilidades de arranjos familiares e de vizinhança, e, em menor número, nas creches públicas (em função do número restrito de vagas). As mulheres que pertencem às famílias de renda mais elevada ou que recebem salários mais elevados no mercado de trabalho, quando mães, tendem a contratar empregadas domésticas ou matriculam seus filhos em escolas particulares (Saffioti, 1994). Cabe aqui ressaltar que a participação das mulheres nos serviços domésticos continua a crescer tal como durante a década de 1990, significando, em 2001, 20% do emprego feminino na região.

No entanto, entre as doze mulheres entrevistadas, cinco referiram-se à relação entre “deixar de trabalhar” e a maternidade, significando 40% da amostra selecionada.

Assim, essas cinco mulheres – Eliza, Cleusa, Dulce, Marinete e Maria Eli – que informaram explicitamente ter, na época do nascimento de seus filhos, ou em algum momento posterior (mas sempre por causa da maternidade), optado por parar de trabalhar de forma remunerada para cuidar dos filhos, justificaram a decisão tomada considerando que seus maridos estavam empregados naquele momento e “as crianças precisavam de cuidados”. Cleusa e Dulce, portadoras de diploma de ensino médio,

expressaram essa opção sem relacioná-la com aspectos econômicos, como uma decisão partilhada pelos companheiros; Marinete, Eliza e Maria Eli, que não completaram o ensino fundamental, informaram que ganhavam pouco, "não compensava".

Nenhuma das mulheres chefes de família nas mesmas condições fez menção a essa possibilidade de escolha, mesmo morando com tios, como Jacira, ou com os pais, como Cleide². Elas sempre trabalharam dentro e fora de casa.

Posteriormente, a decisão de realizar diferentes tentativas de reinserção no mercado de trabalho é ainda marcada pela relação que essas mulheres estabeleceram com seus cônjuges. Para Dulce, Marinete e Cleusa, a separação foi determinante para a tomada de decisão de retornar ao mercado de trabalho; para Eliza, o desemprego do marido e as dificuldades vividas por ele em um novo ofício é que a levam novamente a procurar trabalho remunerado.

Elisa, 34 anos, mora em Francisco Morato. É casada com David, 38 anos, ex-operário da Sharp, hoje exercendo o ofício de barbeiro, mãe de Priscila, 14 anos, e Rodrigo, 10 anos. Há 14 anos, ela era empregada doméstica, babá, e compreendeu que não era interessante ficar "cuidando dos filhos dos outros" deixando sua própria filha (e, quatro anos depois, seu segundo filho), considerando o baixo salário que ganhava. Há 10 anos, a Sharp fechou sua unidade de Francisco Morato, onde mora, e o marido foi demitido. Foi quando ele aprendeu o ofício de barbeiro, que exerce até hoje, obtendo uma renda entre R\$ 600,00 e R\$ 800,0 reais por mês³.

Hoje Elisa está inscrita numa frente de trabalho do governo do Estado e aguarda ser chamada; procura trabalho também como empregada doméstica diarista e, enquanto isso, faz crochê e tricô para auxiliar na renda familiar. Ela cursou o ensino fundamental, mas não o completou; não pretende voltar a estudar, pois acha que aos 34 anos não tem mais condições; no entanto, acredita que, no atual mercado de trabalho, teria melhores chances se tivesse ao menos completado o primeiro grau. Elisa é responsável por todo os afazeres domésticos e cuidados com os filhos.

Marinete trabalhou como empregada doméstica dos 9 aos 20 anos de idade (1973), quando foi contratada como por uma loja de cortinas (onde colava tecidos e trabalhava nas vendas). Depois trabalhou em uma camisaria, em um laboratório farmacêutico, montando caixas (dois anos) e em um clube na represa de Guarapiranga, como garçonne (cinco anos). Em 1976 ela se casou e teve quatro filhos. Após o nascimento do terceiro filho, ela deixou de trabalhar, pois dependia de sua cunhada, que ficava com as crianças até então e não podia assumir mais essa responsabilidade. Seu marido trabalhava em uma empresa instaladora de máquinas injetoras de plástico para embalagem, mas foi demitido, quando a empresa faliu. Nessa mesma época, informa Marinete, "ele foi morar com uma amiga da minha cunhada". Ele "tinha um salário razoável", o que lhes possibilitou comprar a casa na qual ela mora hoje com três filhos e duas netas. Divide a casa em duas partes: mora na parte superior e aluga o térreo (por R\$225,00).

2 As mulheres chefes de família representam 25% da PEA na Região Metropolitana de São Paulo.

3 Aproximadamente 200 euros mensais.

Marinete tentou reinserir-se no mercado formal de trabalho, não conseguiu e atribuiu o fato à sua idade: *"É que a gente chega numa certa idade, eu trabalhei muito no começo do meu casamento. Depois, como veio os filhos tudo, aí, quando eu cheguei na terceira filha, eu parei de trabalhar pra ficar dentro de casa pra cuidar dos três. Aí, quando vai chegando a idade, [...] aí fica mais difícil a gente arrumar serviço (risos). Agora, se você chega na média, assim, de trinta, quarenta anos, você já tá velha pro mercado de trabalho, aí você não acha nada, nada mesmo. E aí a gente fica aí, né, fica assim, aí, eu, olho minhas netas, pra ter um rendimento um pouquinho mais [...] É um trabalho, né?"*

Hoje, com os filhos jovens, adultos, Marinete é remunerada pela filha, que mora com ela e está também separada do marido, para cuidar das duas netas e acredita que essa é uma situação mais favorável, economicamente, tanto para si como para a família (recebe R\$ 150,00 por mês). A outra filha, que permanece casada e mora próximo, tem um bebê de dois meses, que também ficará com Marinete. *"Olha, no mesmo ponto que me ajuda, eu posso ajudar a minha filha também, que ela não precisa pôr as meninas em mãos de pessoas que não conheça, nada, porque pra ela trabalhar ela precisa de alguém que olhe as meninas. E como as meninas, desde que nasceram, moram comigo, então fica ruim, cada vez que ela precisar arrumar alguém pra olhar as meninas e as meninas ficava muito chorando, porque elas queria ficar comigo. E então, a melhor coisa que ela fez foi voltar a morar comigo e trazer as meninas, aí fica tudo junto"* (Marinete, novembro de 2001).

A renda mensal de Marinete, hoje, é composta pela pensão alimentícia da filha de 16 anos, no valor de R\$ 180,00, pelo aluguel da parte inferior de sua casa (R\$225,00), pela remuneração pelo cuidado das netas (R\$150,00) e pretende, no futuro, ampliar sua cozinha fazendo salgados e doces para fora, numa escala maior do que faz atualmente.

Maria Eli, 36 anos, migrante da Bahia, não completou o ensino fundamental. Atualmente é casada com Antônio, ajudante geral em um frigorífico, recebendo R\$ 200,00 por mês, alcoólatra e pai de dois dos cinco filhos dela.

Ela informa que *"sempre trabalhou, desde criança"* e hoje faz faxina em uma só casa, deixando livres os outros dias da semana, por causa do filho Tales, com 7 anos, considerado muito difícil, que só a ela obedece. *"Não, pra mim não dá, sabe, porque eu tenho esse Tales. Então ele é muito terrível, só comigo mesmo, entendeu? A mulher quer que eu vá todo dia, mas eu falo pra ela que não dá, né, porque eu já tenho esse problema em casa com o meu filho. [...] Nossa, o Tales ele apronta na escola, o Tales ele é terrível. Se eu vou trabalhar, ele não vai para escola, então eu tenho que ficar no pé"*. Mesmo assim, ela se inscreveu na frente de trabalho do governo estadual e aguarda ser chamada.

Maria Eli mora em um barraco (de alvenaria) em um terreno que é do irmão; vive uma situação de miséria, ao lado da mãe, que mora ao lado com uma sobrinha. A questão que se levanta da análise de seu relato é: em que medida, se ela trabalhasse como diarista, não se dedicando ao filho Tales, viveria uma mudança econômica substantiva? Ou seja: em que medida deixar de trabalhar para cuidar de Tales, mais do que cuidados, revela desesperança, em face de um trabalho de tão baixo ren-

dimento (R\$ 30,00 por dia) e com tantas dificuldades cotidianas, como, por exemplo, o longo trajeto que tem de fazer para chegar à casa da patroa?

Cleusa, 46 anos, ensino médio completo, era funcionária do departamento de Recursos Humanos de uma metalúrgica em Santo André. Casada com funcionário do setor de informática da Companhia do Metrô de São Paulo, informou que optou por cuidar dos dois filhos que planejaram ter e o fez até que o filho mais novo completasse 6 anos. Contou com o total apoio do marido nessa decisão. Em 1991 começou a procurar emprego e o fez durante 5 anos, após o que abriu uma loja de artigos infantis (roupas e brinquedos pedagógicos), juntamente com o marido, mas não foi bem-sucedida. Um ano após separar-se do marido, trabalha como vendedora numa imobiliária, sem registro e sem salário fixo. Não está satisfeita nem com o conteúdo do trabalho que realiza nem com os rendimentos que tem obtido.

Apesar de já ter realizado vários cursos de curta duração, procurando requalificar-se em recursos humanos ou no setor imobiliário, também se refere às dificuldades que vivencia no mercado de trabalho por não ter um nível de escolaridade mais elevado, o diploma de terceiro grau. Refere-se também ao fato de ser considerada "*velha no mercado de trabalho*". Compreende que esses argumentos são contraditórios, pois seu filho de 24 anos, recém-formado em Propaganda e Marketing (Universidade Metodista do ABC), não consegue um emprego formal, porque é considerado inexperiente nas entrevistas de seleção, o que o leva "*a fazer bicos em informática*".

Atualmente, Cleusa, separada do marido com quem foi casada por 25 anos e de quem recebe pensão alimentícia de R\$ 800,00 (um terço da aposentadoria que ele recebe atualmente do Metrô), está procurando emprego.

Dulce está em visível estado depressivo. Sem trabalho aos 41 anos, parece faltar-lhe coragem, vontade de viver. Informa que futuramente pretende voltar a fazer biscoitos. Ela já fez isso com a mãe, viúva, para ajudar na educação sua e dos irmãos. Mora em casa própria, que ficou para ela e a filha, após a separação do marido, com quem foi casada por 11 anos (1986-1997). Durante esse período, cuidou da casa e da filha, Fernanda, que teve logo após o casamento, decisão tomada com o apoio do marido. "*Isso aí foi uma questão de eu querer; eu me casei querendo, né. Eu falei: eu quero cuidar da minha filha, quero participar, nos primeiros anos eu acho muito importante. Aí, eu quis e foi muito gostoso. É ... [meu marido] me apoiou, me apoiou, sim.*". No entanto, Dulce afirma que a opção de só ficar em casa intensificou sua timidez, sua dificuldade de se relacionar com as pessoas, e foi uma das causas da separação.

Atualmente, além de ter a casa, recebe auxílio da mãe e da irmã para se manter. Seu ex-marido só paga a escola particular da filha, exigência de Dulce, porque considera a escola pública, em São Paulo, de má qualidade. "*É, é nossa, então metade, metade, eu fiquei com a Fernanda. Acho que é de lei isso, né, fico com metade, ele é o pai da minha filha também... E eu tô morando aqui. Não, pra mim não, eu não quis, eu quis muito que ele desse a pensão dela, infelizmente hoje em dia se não for paga [a escola], a pessoa não tá bem estruturada. Eu sempre quis ela muito bem estruturada, então eu lutei porque ele não queria dar o suficiente, eu queria pra escola dela*".

Dulce cursou o Técnico em Administração, deixou de estudar porque não gostava e trabalhou muito pouco tempo antes de se casar. Agora, após tentativa frustrada, está com medo de voltar a tentar e atribui o fracasso, entre outros fatores, à não continuidade dos estudos. *"Atrapalhou porque eu parei. Se a gente para de estudar, e não gostando, é como se a gente terminasse. Aí fica difícil, aí, depois, eu voltei de novo, aí a gente fez supletivo, mas fica uma coisa incompleta e a gente fica sem saber pela falta de estudo. Atrapalha para arrumar emprego [...]. Já tive [emprego com carteira assinada], por pouco tempo. [...] Eu fui secretária júnior e balconista. [...] Eu gostaria de, quem sabe, trabalhar fora, mas eu tô com muito receio de trabalhar fora, eu acho, assim, que eu tô tão parada. Eu tenho uma amiga que trabalha de gerente. Joalheria, eu tentei ir com ela, nossa, mas foi horrível pra mim, uma coisa muito agitada, muito, aí eu não consegui [...] Ficou difícil pra mim. Será que eu não vou conseguir trabalhar fora? Eu fiquei preocupada."*

O que informam estas mulheres? Efetivamente deixaram, por opção pessoal, o trabalho remunerado para se dedicarem à casa e aos filhos, ao trabalho doméstico? A decisão, mesmo que tomada "por amor", como qualifica Kergoat, "nada muda à dura realidade dos fatos" (Kergoat, 2002).

Em primeiro lugar, é percebido que vivenciaram (assim como seus companheiros) um processo de socialização no qual se inscreve a naturalização das formas de dominação que atribuem às mulheres o papel social de responsáveis pelos cuidados dispensados à prole, ao cônjuge e à casa, como já observado em muitas pesquisas. Aos homens é reservado o papel de provedor.

No entanto, essa opção não é realizada por todas essas mulheres pelas mesmas razões. As razões se distinguem pelos níveis de renda familiar, pelas situações conjugais, econômicas e sociais, pela escolaridade e pela qualificação. Para Maria Eli, Marinete e Elisa, faxineiras diaristas, consideradas "sem qualificação", mulheres que não completaram o ensino fundamental, os salários que auferiam eram inferiores aos custos (financeiros e familiares) que arcavam por deixarem os filhos em casa com outras pessoas, mesmo que fossem da família. Portanto, a opção "por amor" repousa sobre um substrato material que as inscreve em uma situação social precária, que atinge a maior parte das mulheres na Região Metropolitana de São Paulo.

Para Cleusa e Dulce, que completaram o ensino médio, essa foi uma opção apoiada pelos cônjuges, concretização de um projeto familiar no qual cada um deles se inscrevia em papéis sociais que reafirmam as assimetrias e hierarquias expressas nas relações de gênero. O desemprego, mais tarde, após a separação conjugal, revelou as dificuldades que o tempo passado longe do mercado de trabalho foi lhes impondo e que elas expressam relacionando-os à idade, escolaridade, qualificação. *"Não tenho terceiro grau"* (Dulce e Cleusa); *"Não sei computação"* (Marinete); *"Não tenho o ensino fundamental"* (Marinete, Elisa, Maria Eli); *"O mercado me considera velha"* (Cleusa, Marinete, Dulce) Dessa forma, individualizam a culpa referente às desigualdades que lhes são impostas, mesmo que permaneçam, no âmbito doméstico, trabalhando.

1.2 – O cotidiano de mulheres desempregadas é caracterizado por muito trabalho

Outro aspecto observado nos relatos do cotidiano de todas as mulheres entrevistadas é que vivenciam o desemprego trabalhando muito, reafirmando o que inúmeras pesquisas já analisaram: os cuidados com a casa e com a família são atribuições da mulher às quais se somam os trabalhos remunerados, cuja ausência as caracteriza como "sem trabalho".

Elas estão sós na realização das tarefas domésticas. Exceções foram expressas por Regina e Marinete, que informaram contar com o apoio de outra mulher, reafirmando a mesma dimensão social da questão. Para Regina, o apoio vem de sua mãe, viúva, 63 anos, que mora com o casal e realiza o trabalho doméstico. Marinete é responsável por todo o trabalho doméstico e pelos cuidados com as netas, mas a faxina, realizada aos sábados, é feita por sua filha mais velha, também mãe e chefe de família, que mora com ela.

Os filhos (homens ou mulheres) foram considerados como possíveis colaboradores, jamais responsáveis, nos afazeres domésticos, por Maria, Emília, Marinete, Cleusa e Jacira, mas, em nenhum dos casos analisados, as mulheres cônjuges informaram que seus companheiros participavam das tarefas domésticas, mesmo quando na condição de desempregados.

Reafirma-se, nesta pesquisa, a relevância de se considerarem as múltiplas relações sociais que tensionam a sociedade, entre as quais as relações sociais de sexo, para compreender contextos sociais específicos. Assim, essas mulheres informam expressões de assimetrias que vivenciam no espaço doméstico, qualquer que seja o grupo social focado, e suas negativas implicações na construção de um processo de qualificação futura e reinserção no mercado de trabalho. Informam também que se inscrevem em uma sociedade estrutural e tradicionalmente desigual, na qual a pobreza caracteriza uma das dez maiores economias no mundo (Cardoso de Mello e Novais, 1998).

2. Desemprego: uma invenção social

As mulheres cônjuges ou chefes de família, escolarizadas ou analfabetas, pobres ou não, informam, em seus relatos, que o desemprego é uma questão social que se intensifica em face de trajetórias familiares precárias, visíveis no passado, com a experiência, por exemplo, do trabalho infantil, ou de trajetórias marcadas pelas hierarquias presentes nas relações sociais de sexo. No presente, o referido passado se revela na particular inserção dessas mulheres na situação de desemprego ou na execução de trabalhos precários, como o trabalho doméstico. Assim, neste tópico, serão enfocados dois aspectos dessa questão:

- :: Marcas visíveis do trabalho infantil e do trabalho doméstico assalariado
- :: Reestruturação de empresas, trabalhos precários e desemprego

2.1 – Marcas visíveis do trabalho infantil e do trabalho doméstico assalariado

As 12 entrevistas realizadas no grupo Mães, Mulheres, Desempregadas fornecem elementos para a compreensão do significado social do desemprego e informam também o contexto social e econômico no qual essa situação se inscreve na Região Metropolitana de São Paulo. Assim, se para alguns grupos sociais é legítimo referir-se ao processo de precarização observado na última década, em decorrência dos processos de reestruturação produtiva, para essas mulheres é relevante observar as marcas sociais de uma trajetória caracterizada pela pobreza e ausência de direitos, e acrescentar-lhes a dinâmica do desemprego no presente momento.

Por exemplo: 50% das mães entrevistadas informaram que começaram a trabalhar crianças, em consequência da já então precária situação familiar, quer na lavoura (Maria, semi-analfabeta; Jacira, fundamental incompleto; Maria Eli, fundamental incompleto), quer como empregadas domésticas (Marinete, analfabeta; Elisa, fundamental incompleto; Cleide, analfabeta; Jacira, fundamental incompleto, Maria Eli, fundamental incompleto).

A relação de trabalho infantil, pobreza e não-escolarização com o trabalho doméstico tem sido analisado e denunciado por diferentes pesquisas (Veiga, 1998) e relatórios institucionais (OIT, 1996; Unicef, 2002). No artigo intitulado "Enfants exploités", Ignácio Ramonet (*Le Monde Diplomatique*, 2002) informa que, no mundo, 2,11 milhões de crianças entre 5 e 14 anos são obrigadas a trabalhar.⁴

A mundialização liberal não significou mudanças positivas nessa situação; a procura da minimização de custos, entre eles o do trabalho, determinou que mesmo as empresas multinacionais, consideradas modernas, se apropriassem do trabalho infantil, sobretudo exportando a produção para países socialmente precários. Cita o autor, entre outros setores e empresas, o tabaco (Phillip Morris, Altadis), a banana (Chiquita Brands, Del Monte) e o cacau (Cargill). Podemos somar outros exemplos, como a recorrente utilização do trabalho infantil em cadeias produtivas vinculadas a empresas de setores como o automobilístico, calçadista, têxtil (Leite, Márcia, 1996; Lima, 1998).

A pobreza das famílias às quais essas crianças pertencem é um dos principais fatores desse processo. O Brasil tem sido freqüentemente denunciado como um país que explora crianças em processos de produção, sobretudo na queima de carvão nos estados do Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais, regiões que contam com o estímulo das famílias miseráveis para tanto.

Essa é a história de Maria, Jacira, Maria Eli, Marinete e Cleide, à qual se soma o processo migratório de regiões mais pobres no país (ou de difícil acesso ao emprego) em direção aos grandes centros urbanos. Maria Eli, mudou de Jacobina, Bahia, para São Paulo aos 20 anos, mãe solteira de dois filhos. Desde então é empregada doméstica, ora mensalista, ora diarista. Hoje só trabalha em uma casa,

⁴ Em abril de 2001 o navio *Etinero*, partiu de Benin, na África, levando dezenas de crianças para serem vendidas como escravas no Gabão. Foi interditado (Ramonet, Ignácio, op. cit).

uma vez por semana, por causa do filho; Maria, já casada com José Sidney, ambos semi-analfabetos, migraram para São Paulo vindos da região de Nhambuco, Bahia. “[...]Eu estudei igual a ele [marido] também primeira. Mas a gente não, morava no Norte, os estudos lá era mais, não é igual aqui São Paulo, que aqui você tem possibilidade de estudar mais, tem chance, né, depende da pessoa, né. E então, é, a gente não teve a oportunidade de estudar e também, é como eu falei, os pais da gente também não tinha oportunidade também, né. Tinha que trabalhar, ajudar na roça também.” Maria resume essa constrangedora situação em uma sociedade letrada afirmando que lê, mas “é, eu só leio mesmo pra mim, escrevo, mas bem pouquinho, negócio de computação. Essas outras coisas, aí, de primeiro grau, eu não sei, não entendo nada”. Ressalta também as limitações que vivencia na procura de trabalho, expressando, no entanto, com orgulho o quanto é habilitada para faxinas, o que é confirmado pelo elevado padrão de limpeza de sua casa. “Eu não sei fazer nada assim como muitas pessoas, trabalha de balconista, trabalha numa loja, trabalha fazendo serviços outros, assim, de dizer eu não sei nada mesmo, mas, pra limpeza, deixa comigo que eu faço.”

Jacira nasceu em Sertãozinho, no interior de São Paulo, há 42 anos. Trabalhou na lavoura dos 7 aos 15 anos de idade, quando mudou para a vizinha cidade de Ribeirão Preto. Foi nesse período que começou a trabalhar como empregada doméstica, profissão que exerce até hoje, de diferentes formas: serviços gerais, babá, diarista, lavadeira, passadeira. Durante todos esses anos só trabalhou 5 meses registrada, como “Auxiliar de serviços gerais” (faxina, cozinha para funcionários e café), em uma empresa em São Paulo, que faliu de forma fraudulenta. “Só fui registrada na firma, não sujei minha carteira (profissional), com registro em casa de família”, afirma Jacira, revelando a compreensão que elabora do emprego doméstico enquanto emprego inferior.

Ela compreende que seria importante voltar a estudar, mas sente-se velha para tanto. Não pôde fazê-lo quando criança, porque trabalhava na lavoura e morava com tios, pois seus pais haviam se separado. “[...] então eu ia pra lavoura, ajudava minha tia em casa, então por isso que eu tive um grau mínimo de escola; não tinha tempo pra estudar. Meus pais eram separados, minha mãe morava em São Paulo e meu pai no interior. Só que, como ele trabalhava em fazenda, então já não dava pra ele ficar na cidade; então ele me ajudava como podia, só que também tinha que começar a trabalhar cedo [...] Tive vontade, mas depois de velha assim, eu já fiquei com vergonha. Teve um monte de amiga minha que foi, falava: vamo Jacira; eu falava não, agora já tenho vergonha, agora não. Apesar que nunca é tarde pra aprender, né, mas....”

Trabalho infantil, doméstico ou na lavoura informam um passado de pobreza, expressam uma sociedade desigual, na qual o acesso ao direito à educação não é universal, e marcam a ferro o futuro dessas mulheres. Na Região Metropolitana de São Paulo, em 2001, 25% das trabalhadoras são domésticas e esse é o trabalho de quem pouco estudou e teve de trabalhar muito precocemente (Seade-Dieese/ PED, 2001).

2.2 – Reestruturação do trabalho, trabalhos precários e desemprego

Eliene representa uma das famílias que, na região de Perus, têm vivenciado o

desemprego em decorrência do processo de reestruturação implantado numa fábrica de bolsas de couro, que seu fechamento no local e a transferência do processo produtivo para Guarulhos (Estado de São Paulo). Após seis anos de trabalho como costureira registrada, Eliene, bem como uma cunhada e um cunhado foram demitidos, após assinarem um acordo financeiro proposto pela empresa, em 1997. Foi o mesmo que ocorreu com David, o marido de Elisa, que foi operário da Sharp em Francisco Morato até 1991, quando essa unidade fabril foi fechada e transferida para Osasco.

Cecília, 42 anos, cursando o ensino médio, informa o significado do trabalho temporário em empresas privatizadas e/ou reestruturadas. Carlos, seu marido, trabalha para uma empresa terceirizada que presta serviços para a Telefonica, empresa recentemente privatizada por um grupo espanhol. Ela realiza trabalho temporário para os Correios, separando cartas. Ambos reafirmam o processo de precarização que essas estratégias de racionalização do trabalho representam em empresas que, em um passado recente, representaram, no Brasil, direitos vinculados ao trabalho. Eram empresas públicas e seus funcionários eram estatutários, tinham acesso a carreira, a aposentadoria integral. *"Bom, é uma situação... não é muito boa, né, o desemprego. A gente sai para procurar serviço, mas não consegue. Meu marido faz, assim, serviço, mas não é registrado, não quer ser registrado, né. É um serviço que às vezes tem, às vezes não tem, e assim vai passando a vida. Nessa época, assim, a gente não consegue. Deixei currículo em vários lugares, aqui, aqui em todas as lojas eu deixei currículo, tanto meu como dele, mas a gente não consegue nada. Às vezes é por causa da idade também, né, eles falam que é por causa da idade. É, eles falam que é por causa da idade, e também tem que ter assim, como fala, uma profissão, né, tem que ter um conhecimento em alguma coisa, né, e a gente não tem, a gente não teve oportunidade de estudar,"*

Cleusa foi casada e separou-se do marido meses antes da entrevista. Ele tem 55 anos e era analista de sistemas no Metrô de São Paulo. Tendo aderido ao Plano de Demissão Voluntária, hoje recebe um terço do que ganhava quando estava trabalhando e se soma a tantos outros trabalhadores que optaram por aderir a planos semelhantes porque vislumbraram a possibilidade de exercer um trabalho autônomo, com maior qualidade de vida. No presente momento, as dificuldades financeiras são inúmeras diante da impossibilidade de conseguir trabalho (Segnini, 2000).

Nesse sentido, essas mulheres e seus cônjuges informam a face perversa dos processos realizados por algumas instituições reguladoras da modernização nas relações de trabalho e reafirmam o que já foi analisado por Castel, segundo quem, "de agora em diante, para muitos, o futuro é marcado pelo selo do aleatório" e esse é o "desfecho de um processo, da reconstrução de um percurso no qual a permanente transição entre a integração social e a vulnerabilidade, e a possibilidade da passagem para a inexistência social, revelam a relação entre a situação em que se está e aquela de onde se vem" (Castel, 1998:21 e 26). Essas entrevistas reafirmam também que "[...] o desemprego é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego. A precarização do trabalho

constitui-lhe uma outra característica, menos espetacular porém mais importante, sem dúvida. [...] Não para banalizar a gravidade do desemprego. Contudo, enfatizar essa precarização do trabalho permite compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação” (Castel, 1998:514-516). Para o autor, o trabalho é considerado, além da relação técnica de produção, como um suporte de inscrição na estrutura social.

O desemprego tece uma rede em torno do grupo social ao qual essas mulheres pertencem, atingindo vários membros da família. Em alguns casos, são citados também os vizinhos como partícipes desse drama social, tal como dito por Maria, Jacira, Cleide, Cecília e Eliene.

No grupo das mulheres cônjuges, os relatos referem-se mais freqüentemente à situação de desemprego real ou iminente de seus companheiros. Para Maria, é iminente o desemprego do marido, José Sidney, que trabalha como operador de retífica desde 1986 na mesma empresa, que está em dificuldades financeiras e há meses atrasa os salários de seus funcionários.

A mesma situação é descrita por Eliene, ao se referir ao emprego do marido, Hélio, em uma oficina mecânica de um consórcio de carros. “O *emprego do Hélio [está ameaçado], ele está falando que lá tá bastante, tá quase parado, não tem nada, nada, nada, não tem nenhum serviço para fazer; praticamente eles ficam lá sentados, que está ruim de serviço lá*”. Seus cunhados e cunhadas estão também desempregados porque a fábrica de bolsas na qual ela própria trabalhava, ao se reestruturar, provocou um grande desemprego na região de Perus.

Carlos, marido de Cecília, não tem emprego registrado, estável, fixo, há quatro anos, o que determina que trabalhe ora em uma prestadora de serviços para a Telefonica, ora na construção civil.

David, marido de Elisa, procurou se requalificar, depois de perder seu emprego, como referido anteriormente, e hoje trabalha por conta própria como barbeiro, mas as dificuldades para conseguir clientes são inúmeras, diz Elisa, sobretudo no último ano.

Daniel, marido de Cleide, trabalha há 14 anos como ajudante geral na construção civil e com freqüência não tem trabalho, agravando o alcoolismo e os conflitos familiares. “*Não posso contar com o dinheiro dele.*”

Elas também relatam a precariedade da inserção no mercado de trabalho de seus filhos. Na casa de Emília, o trabalho irregular de seus filhos Maria (19 anos), Ariel (17 anos) e Daniele (15 anos) a preocupa, não só pelas dificuldades econômicas vividas, mas sobretudo pelo constante risco de ingresso na criminalidade. Somente Ovídio, de 21 anos, trabalha com registro em carteira, recebendo R\$ 300,00 por mês. “[O desemprego] É *humilhação com o ser humano. Aí você vê que quantas coisa tá acontecendo, né, sequestro aqui em São Paulo, aí mete o pau, bate, mas isso é o desespero dos mais novos [mais jovens], gente que tem a cabeça no lugar. Você sofre [entrevistada chorando], passa sofrendo. Cê vê, eu tô com um dente na minha boca, faz uma semana que tá doendo esse dente, eu não tenho condições de ir ao dentista.*”

Jacira, dois filhos, dois desempregados. Aline, 21 anos, mãe de Naine, 2 anos, trabalha, quando chamada, em uma gráfica colando blocos de papel. O outro filho realizava um trabalho temporário, transportando peças de carne de vaca no ombro, em um frigorífico próximo ao Tatuapé, quando foi preso, acusado de assalto a caixa automática de um banco. Havia sido reconhecido ou, como afirma Jacira, confundido em um registro fotográfico do banco. Está preso.

As conseqüências sociais do processo de reestruturação do capitalismo, no contexto de mundialização, são reveladas por esse grupo de Mulheres, Mães, Desempregadas. As entrevistas relatam as especificidades, as implicações sociais do processo de reestruturação de empresas, acompanhadas por seus fechamentos ou deslocamentos para outras regiões, das privatizações e dos planos de demissões voluntárias, da terceirização, do trabalho temporário ou intermitente, do desemprego de jovens, elementos que constroem novos contornos da desigualdade, nos quais as mulheres são fortemente atingidas. Ao mesmo tempo, informam outra face desse mesmo processo, as novas exigências colocadas para os trabalhadores, como maior nível de escolaridade e qualificação (Tanguy, 1998). A velhice é precocemente vivenciada nesse mercado de trabalho e contexto.

3. Inexistência, ou insuficiência, de políticas públicas de apoio à situação de desemprego e a importância dos arranjos familiares

Em uma perspectiva histórica, o desemprego constitui uma manifestação típica das economias capitalistas. Isso significa que, a partir da expansão e generalização do trabalho assalariado, cresceu também o risco da ausência do trabalho na forma emprego (Barbosa, 1998). As opções políticas que embasam os processos de racionalização do trabalho, incluindo o desenvolvimento tecnológico, constituem uma das ameaças constantes à situação de emprego. É nesse sentido que os países capitalistas, em maior ou menor grau, desenvolvem políticas públicas de emprego, com o objetivo de atuar diretamente no mercado de trabalho. No Brasil, país que desenvolveu o processo de industrialização a partir dos anos 30, as políticas públicas que apóiam ou protegem os trabalhadores e trabalhadoras em situação de desemprego são insuficientes; as poucas existentes são muito recentes. Por exemplo, o Programa de Seguro-Desemprego, considerado uma das políticas passivas de emprego, foi criado em 1986 (decreto-lei n.º 2.284/86) e promulgado em 1990 (lei n.º 7.998), tendo seus critérios de concessão alterados em 1994. A França o havia implantado em 1959.

Ao mesmo tempo, essas mulheres expressam que fazem parte de grupos sociais, famílias, relações de vizinhança que reafirmam espaços sociais fragilizados, nos quais, para muitas, o presente tece em torno delas as malhas do desemprego, da informalidade, dos recorrentes trabalhos temporários. No entanto, constroem estratégias para continuarem elaborando formas de resistência às dificuldades

cotidianas vividas, muitas delas vinculadas à família. Por essas razões, serão enfocadas neste tópico as seguintes questões:

:: Inexistência ou insuficiência de políticas públicas de apoio à situação de desemprego

:: Arranjos familiares constituem o principal suporte econômico e social na situação de desemprego

:: Moradia: uma das expressões do desemprego

3.1 – Inexistência ou insuficiência de políticas públicas de apoio à situação de desemprego

Uma das exceções é o Programa Emergencial de Auxílio Desemprego (PEAD), denominado Frentes de Trabalho, criado pela lei n.º 10.321, de 8 de junho de 1999, coordenado pela Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo. Por esse programa, os bolsistas inscritos e selecionados passam a trabalhar durante 6 horas diárias em diferentes órgãos públicos, realizando tarefas diversas, como manutenção e limpeza e até serviços de escritórios. Durante quatro dias por semana trabalham e recebem uma bolsa-auxílio de um Salário Mínimo, cesta básica mensal com 32 kg de alimentos e vale-transporte. No quinto dia da semana, os bolsistas participam de um curso de qualificação, de 204 horas-aula.

Emília, que já participou como bolsista desse programa, informa que os benefícios propostos minimizaram, por um curto espaço de tempo (nove meses), as aflições vividas em um contexto de desemprego: *"Trabalhei nove meses dentro da Sabesp na limpeza geral. Mas também sem registro, né, porque é um contrato pelo governo. O governo contrata você os nove meses, aí te dá um cartão do banco, vem um cartão do banco pra você, Nossa Caixa, Nosso Banco, aí o teu dinheiro cai lá, cada trinta dias. Na época que eu trabalhei, há dois anos atrás, era cento e cinqüenta e uma cesta básica, entendeu? Aí, a gente vai lá e recebe os cento e cinqüenta, é um auxílio-desemprego que o governo tá fazendo. [...] Acaba. Nove meses, minha filha, passou os nove meses você não precisa comer mais"*.

Os cursos de "qualificação para o desenvolvimento de habilidades básicas, habilidades de gestão e específicas", ou "curso de alfabetização", propostos no programa, significaram para Emília a realização de um curso de marcenaria, formação profissional por ela questionada: *"Deu um curso, eu fiz um curso que o governo deu. Qual curso que ele deu pra nós no Reino da Garotada? Marcenaria, eu fiz, eu tirei o diploma de marcenaria. Mas aonde uma pessoa vai pegar eu pra trabalhar de marceneiro? É brincadeira?! Eu posso ir com esse diploma em qualquer lugar aí, onde tem marcenaria, que eles não vão pegar eu pra trabalhar, quer dizer, uma mulher vai trabalhar de marceneiro? Por isso que eu acho que o governo devia de olhar, ponhar um, sei lá, um mercado de trabalho pros de menor trabalhar, né, um meio período, qualquer coisa, pra ajudar dentro de casa. As pessoas mais de idade também, né, pra trabalhar. Não, ele não tão nem aí. Menina, não é só eu, eu vi gente chorando aqui ó, senhor da cabeça branca chorando porque não tinha o que comer dentro de casa, eu vi passar no jornal aí de Suzano. Tem esse centro [...] que eles falam,*

“você vai lá com a tua carteira, olha a tua profissão, carimba a carteira e tudo bem, “deixa o telefone pra nós”. E nunca mais; esquece sua situação. Esquece que você, no dia de amanhã, você tá com fome, você tem que se alimentar, esquece que no dia de amanhã você tem que tomar um banho, tem que pagar uma luz, ir na Sabesp, Bandeirantes. Eles não quer saber disso, vem e corta mesmo, se você atrasar uma conta; agora eles tão atrasando. Brincadeira, minha filha, a situação aqui é difícil”.

Castel (1998) aponta para um paradoxo observado no presente momento, no qual o fortalecimento do liberalismo se faz acompanhar de insistentes intervenções do Estado no domínio do emprego. No entanto, o autor salienta que essas intervenções marcam mudanças qualitativas nessas políticas, imprimindo-lhes um novo sentido: “[...] marca a passagem de políticas desenvolvidas em nome da integração para políticas conduzidas em nome da inserção”. Longe de constituírem somente mudanças semânticas, as implicações sociais entre essas duas formas de implementação de políticas são substantivas. Nesse sentido, Castel argumenta: “Entendo por políticas de integração as que são animadas pela busca de equilíbrios, pela homogeneização da sociedade a partir do centro. São desenvolvidas através de diretrizes gerais num quadro nacional. É o caso das tentativas para promover o acesso de todos aos serviços públicos e à instrução, uma redução das desigualdades sociais e uma melhor divisão das oportunidades, o desenvolvimento das proteções e a consolidação da condição salarial”.

Essas não são as características da política pública emergencial citada. Para o autor “[...] as políticas de inserção obedecem a uma lógica de discriminação positiva: definem com precisão a clientela e as zonas singulares do espaço social e desenvolvem estratégias específicas para elas. Porém, se certos grupos ou certas regiões são um objeto de um suplemento de atenção e de cuidados, é porque se constata que têm menos e são menos, é porque estão em situação deficitária de fato, sofrem de um déficit de integração, como os habitantes dos bairros deserdados, os alunos que fracassaram na escola, as famílias mal socializadas, os jovens mal empregados ou não-empregáveis, os que estão desempregados há muito tempo. [...] as políticas de inserção podem ser compreendidas como um conjunto de empreendimentos de reequilíbrio para recuperar a distância em relação a uma completa integração (um quadro de vida decente, uma escolaridade normal, um emprego estável etc.), mas eis que surge a suspeita de que os esforços consideráveis que vêm sendo realizados, há mais ou menos quinze anos, nessas direções, poderiam não ter fundamentalmente mudado a seguinte constatação: essas populações são, talvez e apesar de tudo na atual conjuntura, inintegráveis. É essa eventualidade que deve ser encarada”.

As trajetórias familiares dessas mulheres que, assim como Emília, fizeram inscrição no programa Frentes de Trabalho e agora aguardam ser chamadas, como Maria, Maria Eli, Cleide e Jacira, são fortemente marcadas pela fome, pobreza, pela migração como tentativa de superar essa situação, pelo trabalho infantil, pela escolarização insuficiente ou até mesmo pelo analfabetismo. Nesse sentido, as hipóteses levantadas por Castel se confirmam perversamente.

Maria manifesta expectativas em relação à inscrição que fez nas Frentes de Trabalho. Na região de Itaquaquetuba, onde mora, 11.878 desempregados se inscreveram, sendo 4.364 homens e 7.514 mulheres, reafirmando o que foi observado em todos os municípios: as mulheres se inscreveram em número maior do que os homens, mesmo porque esse era um dos critérios seletivos, entre outros (mulheres chefe de família) (SERT, 2001).

A análise dessas entrevistas mostra a relevância temporária que a política pública emergencial Frentes de Trabalho adquire para essas mulheres. No entanto, mostra também sua insuficiência a médio e longo prazo, colocam o desafio político e econômico, com fortes implicações sociais, de integrar essas famílias, essas mulheres, seus filhos, seus companheiros, que vivenciam a constante ameaça de transpor a tênue linha entre desemprego (ou não-trabalho) e pobreza, violência, criminalidade.

3.2 – Arranjos familiares constituem o principal suporte econômico e social na situação de desemprego

Numa sociedade que não engendrou, politicamente, suportes sociais que apoiem homens e mulheres em situação de desemprego, ou o fez de forma insuficiente, os arranjos e estratégias familiares são frequentemente observados, com diferentes roupagens. Nesse aspecto, tanto as mulheres cônjuges desempregadas, como as mulheres chefes de família, tanto as mulheres em situação de miséria ou não, fornecem elementos para essa questão.

O salário de um ou de vários membros da família empregados, ou com algum tipo de renda, constitui o elemento mais recorrente. Assim, para as mulheres cônjuges, foi observado que o salário do companheiro significa a principal renda, mesmo que insuficiente, como é observado nos relatos de Maria, Maria Eli, Eliene, Cecília, Elisa e Regina. O que elas perderam de forma significativa foi a autonomia que tiveram um dia. As mulheres chefes de família informam que estão sobrevivendo somando diferentes frações de renda, entre elas a pensão alimentícia que recebem dos ex-cônjuges (frequentemente apontadas como exíguas), como nos casos de Emília, Marinete, Cleusa e Dulce; além disso, contam com o salário de um ou mais filhos, como apontam Emília e Marinete.

Os trabalhos temporários, denominados "bicos", realizados pelas próprias entrevistadas, por seus companheiros ou por seus filhos, também significam uma das estratégias familiares expressas nesses relatos, que possibilitam a sobrevivência dessas mulheres e de suas famílias. Mesmo responsáveis por todas as tarefas domésticas, pelos cuidados com os filhos e netos, essas mulheres realizam trabalhos temporários, garantindo um mínimo de renda familiar ou sua complementação. Os "bicos" estão presentes, de forma constante, nos relatos de Maria (faxina), Maria Eli (faxina), Eliene (salgadinhos), Cecília (trabalho temporário, terceirizado, de tempos em tempos, na agência do correio), Elisa (tricô e crochê), Regina (unha e cabelo das

vizinhas), Cleide (faxina e levar o filho da vizinha para a escola), Emília (lavar e passar roupa), Marinete (doces e salgados), Jacira (unha, faxinas e lavar e passar roupa) e Dulce (biscoitos). Todos os "bicos" descritos, com exceção do trabalho de Cecília nos Correios, onde separa cartas em momentos de acúmulo de trabalho (Natal, por exemplo), referem-se a atividades consideradas habilidades femininas e não-qualificação, o que redundava em remunerações muito baixas no Brasil e menor ainda nas regiões pobres onde elas moram e prestam esses serviços.

3.3 – Moradia – uma das expressões do desemprego

A moradia é uma das expressões dramáticas da situação de desemprego. Significa também, freqüentemente, uma das formas assumidas pela solidariedade nos arranjos familiares. Cecília mora, com marido e filha, no fundo da casa dos pais, em Franco da Rocha, assim como Maria Eli mora em uma casa construída em terreno cedido pelo irmão, e Eliene em um longo e estreito terreno, de propriedade da sogra, no qual foram construídas cinco pequenas casas, sendo que em cada uma mora um membro da família, com sua nova família (mulher e filhos), totalizando 15 pessoas. Entre esses exemplos citados, com exceção da moradia de Cecília, todas essas casas têm a mesma condição geográfica das casas invadidas (não reclamadas pelos proprietários em decorrência das constantes enchentes), nas quais moram Cleide e Jacira: são casas abaixo do nível da rua, de alvenaria, sem reboco. Em todas essas casas são evidentes as marcas da pobreza em torno das quais essas famílias se aglutinam, somando avós, sogras, irmãos(ãs), cunhados(as), sobrinhos(as), justificando o porquê de, para essas mulheres, vir a ser proprietária de sua própria moradia é considerado um sonho de liberdade, já concretizado por Dulce, Cleusa, Elisa e Marinete que, no entanto, divide sua casa com a filha, mãe de suas duas netas, separada do marido. As casas das mulheres proprietárias são testemunhas de um período no qual essas famílias vivenciaram uma situação econômica melhor, que possibilitou a aquisição do imóvel. Hoje, elas afirmam, isso seria impossível, seja porque estão desempregadas, seja porque são agora as responsáveis pela família ou, ainda, porque são casadas com ex-trabalhadores de empresas que se reestruturaram, o que impõe o desemprego a eles também.

Considerações finais

O que expressam estas mulheres, mães, desempregadas, por meio de suas experiências vividas em suas trajetórias familiar e profissional, na situação de desemprego, experiência esta considerada "em termos culturais, encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais" (Thompson, 1979). O que informam sobre a racionalidade presente na realidade brasileira, considerando que seus relatos informam imaginário e que este é compreendido como "criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/

imagens, somente a partir das quais é possível falar-se de 'alguma coisa'. Aquilo que denominamos 'realidade e racionalidade' são seus produtos" (Castoriadis, 1992).

Um artigo impõe limites, as entrevistas possibilitam outros tantos artigos, enfocando outras perspectivas, outras abordagens, que serão futuramente elaborados. No entanto, somente para sintetizar algumas considerações finais, objetivando comparações com os outros grupos sociais enfocados na pesquisa e com os outros países, é destacado que:

:: Os relatos dessas mulheres reafirmam a história da desigualdade no Brasil em termos tanto das relações sociais de classe como das relações sociais de sexo. Muitas expressam a pobreza vivida cotidianamente num país socialmente desigual, como o Brasil. A dominação espoliadora se inscreve em sua própria história, possível de ser recuperada quando analisadas as relações sociais exploradoras entre colonizador e colonizados, entre o senhor de escravos e seus escravos, reelaboradas no século XX, no contexto da expansão da industrialização. O processo de mundialização liberal e as novas formas de racionalização do trabalho, de reestruturação de empresas reafirmam as desigualdades referidas e, em alguns aspectos, intensificam-nas, como, por exemplo, no crescimento do desemprego. O total dos desempregados na Região Metropolitana de São Paulo era de 13,2% da PEA em 1995; em 2000, de 17,6%.

:: O desemprego se inscreve em mais um dos problemas sociais vividos por homens e mulheres no Brasil, atingindo especialmente as mulheres e, entre elas, mais intensamente as mulheres negras. As taxas de desemprego das mulheres, comparando o período compreendido entre 1985 (mulheres, 15,5% e homens, 10,1%) e 2000, (20,9% e 15,0%, respectivamente), revelam que são sempre mais elevadas do que as dos homens. O desemprego de mulheres negras, em 2000, era de 25%. Dessa forma, os dados estatísticos são reafirmados pelas entrevistas; as relações sociais de gênero e etnia se articulam com as relações sociais de classe. O trabalho infantil, nesse contexto, estabelece uma íntima relação com o trabalho doméstico, que significa uma situação de trabalho freqüentemente precária, tanto pelo salário como pelos direitos sociais vinculados ao trabalho facilmente desrespeitados e pelas extensas jornadas de trabalho. No entanto, essa situação se agrava pelo crescente desemprego das empregadas domésticas, em decorrência do também crescente desemprego das mulheres de renda mais alta que as empregam, como, por exemplo, no caso de Dulce e Cleusa, que, atualmente, realizam todo o serviço doméstico. Essa situação aprofunda as desigualdades e a fome para essas mulheres, muitas delas chefes de família.

:: As políticas públicas de emprego, entre as quais se destacam as que possibilitam suporte à situação de desemprego, são recentes e insuficientes. Tendem a focalizar populações fragilizadas, são implementadas numa perspectiva de inserção, e não de integração, como as frentes de trabalho (Castel, 1998). Nesse sentido, as estratégias familiares significam o principal suporte social na situação de desemprego, entre as quais se destaca a questão da moradia. As igrejas evangélicas, que se

multiplicam no país, também se somam às redes de proteção: alimentos, roupas, dinheiro, são auxílios relatados, somados ao apoio espiritual, conforme relatos.

:: As mulheres, pobres ou não, brancas, pardas ou negras, vivenciam o desemprego trabalhando muito, evidenciam os relatos. Realizam o trabalho doméstico sozinhas ou auxiliadas por outras mulheres. Os filhos, e não seus cônjuges, são considerados possíveis colaboradores. As mulheres que deixaram de trabalhar para cuidar de seus filhos enfrentam muitas dificuldades para voltar para o mercado de trabalho, em qualquer nível de escolaridade observado e em qualquer idade. Dessa forma, é reafirmado que a "dura realidade dos fatos", impostos socialmente a essas mulheres não se modifica, mesmo que essa decisão tenha sido tomada "por amor" (Kergoat, 2002).

Finalizando, é necessário salientar a determinação dessas mulheres que, frente a frente com situações sociais que engendram um cotidiano marcado por muitas dificuldades, desigualdades, permanecem buscando novas possibilidades, oportunidades e aglutinam em torno de si suas famílias e seus filhos.

Bibliografia

ABRAMO, Laís e LEITE, Márcia de Paula. Novas institucionalidades e novas formas de regulação no mundo do trabalho. *Pro-Posições*. Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, vol.13, n. 1 (37), jan.-abr. 2002.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *Políticas de emprego e proteção social*. São Paulo, Abet (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho), 1998. (Coleção ABET – Mercado de Trabalho, v.1).

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. [Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

CABANES, Robert. *Travail, famille, mondialisation: récits de la vie ouvrière*, São Paulo, Brésil. Paris, IRD Éditions et Karthala, 2002.

CAMARGO, Maria Silvia e ISIDORO, Cristiana. *Mulher & trabalho*. São Paulo, Ed. 34, 1997.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel e NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social; uma crônica do salário*. São Paulo, Vozes, 1998.

DE DECCA, Cláudio Salvadori. O trabalho no Brasil dos anos 90. *Revista Latinoamericana de Estudos del Trabajo: Empleo y formación en la década del noventa*. Carybe-Editare, ano 7, n. 14, 2001.

DEMAZIERE, Didier e Helleboid, Marc e MONDOLONI, Jacques. *Longue durée Vivre en chômage*. Paris: Syros, 1994.

DEMAZIERE, Didier et PIGNONI, Maria-Teresa. *Chômeurs: du silence à la revolte*. Paris, Hachette Littératures, 1998.

DEMAZIERE, Didier; GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi, 2000.

DIEESE. *Anuário dos Trabalhadores: 2000-2001*. 5. ed. São Paulo, Dieese, 2001.

DOWBOR, Ladislau. *O que acontece com o trabalho?* São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

FRIOT, Bernard. *Puissances du salariat: emploi et protection sociale à la française*. Paris, La Dispute/SNÉDIT, 1998.

FUNDAÇÃO SEADE. "Inserção das mulheres negras no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo". *Mulher & Trabalho*. São Paulo, Fundação Seade, junho de 2001, n.4.

———. "O desemprego feminino na Região Metropolitana de São Paulo". In: *Mulher & Trabalho*. São Paulo. Fundação Seade, setembro de 2001, n. 5.

HIRATA, Helena et alii. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 2000.

———. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, Boitempo, 2002.

KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão. *Pro-Posições*. Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, vol.13, n. 1 (37) – jan.-abr. 2002.

LAUTIER, Bruno. "Les employées domestiques latino-américaines et la sociologie: tentative d'interprétation d'une bévue". *Cahiers du Genre – Travail des Hommes, Travail des Femme: Le mur invisible*. Paris, L'Harmattan, n.32, 2002.

LEITE, Márcia. *A Cadeia Automotiva: Da Linha de Montagem Robotizada ao Trabalho Escravo*. Relatório do Projeto "Reestruturação Produtiva e Qualificação". CNPQ/CCDT, 1996.

LIMA, Jacob. Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. In CASTRO, Nadya e DE DECCA, Cláudio. *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo, Rio de Janeiro, Alast, 1998.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo, 2001.

RAMONET, Ignácio. "Enfants exploités". *Le Monde Diplomatique*, Paris, jul. 2002. p.1.

SAFFIOTI, Heleieth. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1994.

———. Rearticulando gênero e classe social In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Desemprego, terceirização e intensificação no trabalho nos bancos brasileiros. IN: ROCHA, Maria Isabel Baltar (org). *Trabalho e gênero mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/ UNICAMP e CEDEPLAR/ UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

SERT- SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO. *São Paulo na frente pelo trabalho Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2001.

TANGUY, Lucie. Construction de la catégorie formation dans un contexte en chômage en Grande-Bretagne. *Sociologie du Travail*. Paris, Dunod, XXXVII, 4/1995.

TANGUY, Lucie. La formation, un bien universel? *Cahier Français*. No. 285, 1998, p. 98-107.

THOMPSON, E.P. *Tradicón, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona, Critica, 1979.

TELLES, Vera da Silva. A cidade e o trabalho. *Cadernos Le Monde Diplomatique: Um outro mundo urbano é possível*. São Paulo, Instituto Abaporu, especial, n. 2, jan. 2001.

VEIGA, João Paulo Cândia. *A questão do trabalho infantil*. São Paulo, Abet (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho), 1998. (Coleção ABET – Mercado de Trabalho, v. 7).

Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres



Desafios para as Políticas Públicas

Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo¹

DANIÈLE KERGOAT²

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções *sociais*. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho

Essa noção foi primeiro utilizada pelos etnólogos para designar uma repartição “complementar” das tarefas entre os homens e as mulheres nas sociedades que eles estudavam; Lévi-Strauss fez dela o mecanismo explicativo da estruturação da sociedade em família. Mas foram as antropólogas feministas, as primeiras, que lhe deram um conteúdo novo, demonstrando que ela traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres (Mathieu, 1991a; Tabet, 1998). Utilizada em outras disciplinas, como História e Sociologia, a divisão sexual do trabalho tomou, durante os trabalhos, valor de conceito analítico.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das

1 Este texto foi originariamente publicado no *Dictionnaire Critique du Féminisme* organizado por Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier, e publicado por PUF em Paris, 2000. Traduzido por Miriam Nobre.

2 Danièle Kergoat é socióloga, diretora de pesquisa no GERS (Gênero e Relações Sociais) – Unidade mista de pesquisa CNRS e Universidade Paris 8. Suas pesquisas tratam da divisão do trabalho e as relações sociais de sexo e sobre a centralidade do trabalho na constituição do sujeito sexuado.

mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc).

Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (um trabalho de homem "vale" mais do que um trabalho de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço – o que permite, segundo alguns e algumas (Héritier-Augé, 1984), mas não segundo outros (Peyre e Wiels, 1997), afirmar que existem dessa forma desde o início da humanidade. Esses princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista, que empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a "papéis sociais" sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. No sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas próprias resultado de relações sociais.

Portanto, não mais que as outras formas de divisão do trabalho, a divisão sexual do trabalho não é um dado rígido e imutável. Se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil etc) variam fortemente no tempo e no espaço. Os aportes da história e da antropologia o demonstraram amplamente: uma mesma tarefa, especificamente feminina em uma sociedade ou em um ramo industrial, pode ser considerada tipicamente masculina em outros (Milkman, 1987). Problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete, portanto, a um pensamento determinista; ao contrário, trata-se de pensar a dialética entre invariantes e variações, pois, se supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, esse raciocínio implica estudar simultaneamente seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a existência mesma dessa divisão.

Da opressão às relações sociais de sexo

A divisão sexual do trabalho foi objeto de trabalhos precursores em vários países (Madeleine Guilbert, Andrée Michel, Viviane Isambert-Jamati). Mas foi no começo dos anos 70 que houve na França, sob o impulso do movimento feminista, uma onda de trabalhos que geraria rapidamente as bases teóricas desse conceito.

Para começar, lembremos alguns fatos: não foi tratando a questão do aborto, como usualmente se diz, que o movimento feminista começou. Foi a partir da tomada de consciência de uma *opressão* específica: tornou-se coletivamente "evidente" que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres; que esse trabalho era invisível; que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal. E a denúncia (pensemos no título de um dos primeiros jornais feministas franceses: *Le Torchon Brûlé*³) se desdobra em uma

3 O pano de prato queimado. (N.T.)

dupla dimensão: basta⁴ de executar aquilo que se conviria chamar “trabalho”; tudo se passa como se sua designação às mulheres, e somente a elas, fosse automática e não fosse visto nem reconhecido.

Muito rapidamente as primeiras análises dessa forma de trabalho apareceram nas ciências sociais. Para citar apenas dois corpos teóricos temos o “modo de produção doméstico” (Delphy, 1998) e o “trabalho doméstico” (Chabaud-Rychter et al., 1985). A conceituação marxista – relações de produção, classes sociais definidas pelo antagonismo entre capital e trabalho, modo de produção – era na época preponderante, pois nos situávamos em um ambiente de esquerda – e sabemos que a maioria das feministas faziam parte da esquerda (Picq, 1993).

Mas, pouco a pouco, as pesquisas se desligaram dessa referência obrigatória para analisar o trabalho doméstico como atividade de trabalho com o mesmo peso do trabalho profissional. Isso permitiu considerar simultaneamente a atividade realizada nas esferas doméstica e profissional, e pudemos raciocinar em termos de *divisão sexual do trabalho*.

Por uma espécie de efeito bumerangue, depois que a “família”, sob a forma de entidade natural, biológica ..., se desfez para aparecer prioritariamente como um lugar de exercício de um trabalho, em seguida foi a esfera do trabalho assalariado, pensada até o momento em termos somente do trabalho produtivo e da figura do trabalhador masculino, qualificado, branco, que implodiu (Delphy e Kergoat, 1984).

Esse duplo movimento deu lugar, em muitos países, ao aparecimento de muitos trabalhos que utilizam a abordagem da divisão sexual do trabalho para repensar o trabalho e suas categorias, suas formas históricas e geográficas, a inter-relação das múltiplas divisões do trabalho socialmente produzido. Essas reflexões permitiram trazer a campo conceitos como tempo social (Langevin, 1997), qualificação (Kergoat, 1982), produtividade (Hirata e Kergoat, 1988) ou, mais recentemente, competência.

A divisão sexual do trabalho tinha, no começo, um *status* de articulação de duas esferas, como indica o subtítulo “Estruturas familiares e sistemas produtivos” de *Sexo do trabalho* (Collectif, 1984). Mas essa noção de articulação se mostrou rapidamente insuficiente: os dois princípios – separação e hierarquia – se encontram em toda parte e se aplicam sempre no mesmo sentido; era necessário passar a um segundo nível de análise: a conceituação dessa relação social recorrente entre o grupo dos homens e o das mulheres. A APRE (Atelier Production Reproduction), Oficina Produção Reprodução, do CNRS (Centre National de Recherche Scientifique), funcionou regularmente a partir de 1985, desembocando em uma mesa-redonda internacional: “Relações sociais de sexo: problemáticas, metodologias, campos de análise” (Paris, 1987). Paralelamente algumas das participantes publicaram *A propósito das relações sociais de sexo; percursos epistemológicos* (Battagliola et al, 1986), no quadro da ATP do CNRS, “Pesquisas feministas e pesquisas sobre as mulheres”.

Entretanto, simultaneamente a esse trabalho de construção teórica, se iniciava um declínio da força subversiva do conceito de divisão sexual do trabalho. O termo é

4 A autora utiliza aqui a expressão consagrada no movimento “*ras-le-bo!*”. (N.T.)

agora usual no discurso acadêmico das ciências humanas, e particularmente na sociologia. Mas na maior parte das vezes ele é espoliado de toda conotação conceitual e retorna a uma abordagem sociográfica, que descreve os fatos, constata desigualdades, mas não organiza esses dados de maneira coerente. O trabalho doméstico, que havia sido objeto de numerosos estudos, era muito raramente analisado; mais precisamente, em vez de se utilizar esse conceito para reinterrogar a sociedade salarial (Fougeyrollas-Schwebel, 1998), fala-se em termos de "dupla jornada", de "acumulação" ou de "conciliação de tarefas", como se fosse somente um apêndice do trabalho assalariado. Daí um movimento de deslocamento e focalização sobre este último (as desigualdades no trabalho, no salário, trabalho em tempo parcial, ...) e sobre o acesso à política (cidadania, reivindicação de paridade, ...). Por sua vez, o debate em termos de relações sociais (de sexo) é bastante negligenciado.

Podemos ver aí os efeitos conjugados do desemprego em massa e das "novas formas de emprego", do crescimento do neoliberalismo, do declínio numérico da classe operária tradicional, da queda do muro de Berlim, com suas conseqüências políticas e ideológicas: o esvaziamento da análise em termos de relações sociais acima da lógica econômica não poupou nenhum setor das ciências sociais.

As relações sociais de sexo

A noção de relações sociais foi, salvo notáveis exceções (Godelier, 1984; Zarifian, 1997), pouco trabalhada como tal pelas ciências sociais na França.

A relação social é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social. Não é alguma coisa passível de reificação. Essa tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que neles está em jogo, se constituem grupos de interesses antagônicos. Em nosso caso, trata-se do grupo social homens e do grupo social mulheres – os quais não são em nada passíveis de serem confundidos com a dupla categorização biologizante machos-fêmeas.

Esses grupos estão em tensão permanente em torno de uma questão: o trabalho e suas divisões. Por isso podemos apresentar as seguintes proposições: relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são duas expressões indissociáveis e que formam epistemologicamente um sistema; a divisão sexual do trabalho tem o *status* de *enjeu*⁵ das relações sociais de sexo.

Estas últimas são caracterizadas pelas seguintes dimensões:

- :: a relação entre os grupos assim definidos é antagônica;
- :: as diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica;
- :: essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica – em outros termos, a "mudança de mentalidades" jamais acontecerá espontaneamente se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta – podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la;

⁵ O que está em jogo, em disputa, o desafio. (N.T.)

:: essas relações sociais se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação.

Essa relação social tem, além disso, características singulares: ela se encontra, já vimos, em todas as sociedades conhecidas; e mais, ela é estruturante para o conjunto do campo social e transversal à totalidade desse campo – o que não é o caso do conjunto das relações sociais. Podemos então considerá-la um paradigma das relações de dominação.

Do campo epistemológico ao espaço do político

Já vimos que a expressão "divisão sexual do trabalho" tem sentidos muito diferentes e muitas vezes se remete a uma abordagem descritiva. Isso foi e permanece indispensável: por exemplo, a construção de indicadores confiáveis para medir a (des)igualdade profissional entre homens e mulheres é um verdadeiro desafio político na França. Mas falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades.

Há debate sobre o conteúdo da expressão "relações sociais de sexo". Para tornar precisos os termos, lembremos que o idioma francês tem a vantagem de propor duas palavras: *rapport* e *relation*⁶. Uma e outra recobrem dois níveis de apreensão da *sexuation* do social (tornar o social sexuado). A noção de *rapport* social dá conta da tensão antagônica que se desenrola, em particular, em torno da questão divisão sexual do trabalho e que termina na criação de grupos sociais que têm interesses contraditórios. A denominação *relations* sociais remete às relações concretas que mantêm os grupos e indivíduos. Assim, as formas sociais "casal" ou "família", tal como podemos observar em nossas sociedades, são de uma só vez expressão das relações (*rappports*) sociais de sexo configurados por um sistema patriarcal e, ao mesmo tempo, consideradas espaços de interação social que vão eles mesmos recriar o social e dinamizar parcialmente o processo de como se torna sexuado o social.

Insistir sobre o antagonismo ou sobre o vínculo corresponde então a duas posturas de pesquisa que se tornam contraditórias quando deixamos o plano da observação para passar ao da epistemologia: são as relações sociais que pré-configuram a sociedade; *versus* é a multiplicidade de interações que, no seio de um universo browniano, cria pouco a pouco as normas, as regras... que podemos observar em uma sociedade dada. É nessa última perspectiva, relativamente hegemônica nas ciências sociais da atualidade, que somos levadas a falar, por exemplo, de complementaridade de tarefas e, por consequência, a designar prioritariamente às mulheres – e com toda "legitimidade" – o trabalho em tempo parcial.

Como podemos ver, o que está em jogo neste debate não é somente de ordem epistemológica. É também de ordem política. Trata-se: 1) de compreender histo-

⁶ Em português ambas se traduzem por "relação". (N.T.)

ricamente como as relações sociais tomaram corpo nas instituições e legislações (o casal, a família, a filiação, o trabalho, o Código Civil etc) que têm por função cristalizar tudo, legitimando o estado das relações de força entre os grupos em um momento dado (Scott, 1990) e 2) desvelar novas tensões geradas na sociedade e procurar compreender como elas deslocam as questões e permitem potencialmente deslegitimar as regras, normas e representações que apresentam como grupos "naturais" os grupos sociais constituídos em torno dessas questões. Em síntese, é poder pensar a utopia ao mesmo tempo em que se analisa o funcionamento do social.

Portanto, os grupos de sexo não sendo mais "categorias" imutáveis, fixas, a-históricas e a-sociais, podemos periodizar a relação que os constitui um pelo outro (graças à análise da evolução das modalidades das questões sociais) e podemos então abordar o problema da mudança – e não somente do rearranjo – do social.

Esse ponto de vista, minoritário nas ciências sociais, permanece, no entanto, amplamente compartilhado por aquelas e aqueles que trabalham em torno da *sexuation* do social e reconhecem a opressão de um sexo pelo outro. E isso desde o início dos anos 70 na França. Entretanto, duas questões permanecem em debate:

:: É necessário centrar a reflexão somente sobre as relações sociais de sexo ou, ao contrário, tentar pensar o *conjunto* das relações sociais em sua simultaneidade? A tentação de hegemonizar uma só relação social – no caso, a relação social de sexo – é grande, mesmo que fosse só para tentar preencher o vazio quase total na matéria. Trabalhos geralmente brilhantes (pensemos, por exemplo, nos de Delphy, Guillaumin, Mathieu, ...) oferecem instrumentos poderosos, novos e explicativos. Mas considerar somente a relação de dominação homem-mulher, e as lutas contra ela, é insuficiente para tornar inteligíveis a diversidade e a complexidade das práticas sociais masculinas e femininas.

:: O segundo debate – e passamos aí da construção do objeto de pesquisa à interpretação dos fatos observados – retorna à caracterização da relação social de sexo. Em *O sexo do trabalho* e nos trabalhos coletivos e individuais que se seguiram, exprimiu-se um amplo consenso sobre a transversalidade das relações sociais de sexo. Mas essa caracterização é insuficiente se não se soma a ela uma outra dimensão: a interpenetração constante das relações sociais. Tomemos o exemplo do modo de produção capitalista: ele é construído sobre a separação dos lugares e tempos da produção e da reprodução; quanto ao que chamamos "trabalho doméstico", é uma forma histórica particular do trabalho reprodutivo, inseparável da sociedade salarial. Em outros termos, as relações sociais são consubstanciais.

Este debate não se reduz a uma querela escolástica: ele remete a posições analíticas muito diferentes do ponto de vista tanto científico quanto político. Assim, torna-se impossível isolar o trabalho ou o emprego das mulheres; trata-se, ao contrário, de operar simultaneamente, como elementos centrais explicativos, com a evolução das relações de sexo, de classe e Norte-Sul; o mesmo vale para a família, a explosão dessas formas sociais e suas tentativas de enquadramento jurídico; ou

também para a evolução de formas de virilidade, paternidade/maternidade, ou os debates atuais sobre imigração e agrupamento familiar.

Essa consubstancialidade das relações sociais permite compreender a natureza das fortes turbulências que atravessam atualmente a divisão sexual do trabalho. Dois exemplos:

:: O aparecimento e o desenvolvimento, com a precarização e a flexibilização do emprego, dos “nomadismos sexuais” (Kergoat, 1998): nomadismos no tempo para as mulheres (o grande aumento do trabalho em tempo parcial geralmente associado à concentração de horas de trabalho dispersas na jornada ou na semana); nomadismos no espaço para os homens (interinos, canteiros de obras públicas) e nucleares para os operários, banalização e multiplicação dos deslocamentos profissionais, na Europa e no mundo, para os altos executivos). Aqui se vê bem como a divisão sexual do trabalho e do emprego e, de maneira recíproca, como a flexibilização, podem reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo.

:: O segundo exemplo é a *dualização do emprego feminino*, o que ilustra bem o cruzamento das relações sociais. Desde o começo dos anos 1980, o número de mulheres contabilizadas pelo INSEE (Institut National de la Statistique et des Études Économiques) como “executivas e profissionais intelectuais superiores” mais do que dobrou: cerca de 10% das mulheres ativas estão atualmente nessa categoria. Simultaneamente à precarização e à pobreza de um número crescente de mulheres (elas representam 46% da população ativa, mas 52% dos desempregados e 79% dos baixos salários), assistimos a um aumento dos capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção de mulheres ativas que não pode ser desconsiderada. Vemos surgir, assim, pela primeira vez na história do capitalismo, uma camada de mulheres cujos interesses diretos (não mediados como antes pelos homens: pais, esposos, amantes, ...) se opõem frontalmente aos interesses daquelas tocadas pela generalização do tempo parcial, dos empregos de serviço muito mal-remunerados e não reconhecidos socialmente e, usualmente, mais atingidas pela precariedade.

Podemos assim trabalhar em conjunto sobre a totalidade do social sem nos apressarmos em buscar a “boa” relação social ou a “boa” identidade individual ou coletiva. Considerar que essas relações sociais não evoluem no mesmo ritmo no tempo e no espaço nos permite perceber de uma só vez a complexidade e a mudança. E, assim, as categorias sociais – evidentemente sempre definidas pelos dominantes – explodirão, deixando espaço a um conjunto móvel de configurações nas quais os grupos sociais se fazem e desfazem, os indivíduos construindo sua vida por meio de práticas sociais muitas vezes ambíguas e contraditórias.

Bibliografia

BATTAGLIOLA, Françoise, COMBES, Danièle, DAUNE-RICHARD, Anne-Marie, FERRAND, Michèle et LANGEVIN, Annette. *À propos des rapports sociaux de sexe; parcours épistemologiques*. Paris, CSU-CNRS, 1986.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle et al.. *Espace et temps du travail domestique*. Paris, La Librerie des Méridiens-Klincksieck, 1985.

COLLECTIF. *Le sexe du travail*; structures familiales et système productif. PUG, Grenoble, 1984.

DAUNE-RICHARD, Anne-Marie et DEVREUX, Anne-Marie. Rapports sociaux de sexe et conceptualisation sociologique. *Recherches Féministes*, 1992, vol. 5, n. 2, p. 7-30.

DELPHY, Christine. *L'ennemi principal: Économie politique du patriarcat*. Paris, Syllepse, 1998. [reedición de artigos publicados desde 1970].

———. KERGOAT, Danièle. Études et recherches féministes et sur les femmes en sociologie. In *Femmes, féminisme et recherches*. Toulouse, AFFER, 1984.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. De la réclusion au cloisonnement. *Travail domestique et salariat*. In DEFALVARD, Hervé e GUIENNE, Véronique: Le partage du travail. Bilan et perspectives. Paris, Déclee de Brower, 1998, p. 139-154.

GODELIER, Maurice. *L'idéal et le matériel*. Paris, Fayard, 1984.

HÉRITIER-AUGÉ, Françoise. Le sang du guerrier et le sang des femmes. Notes anthropologiques sur les rapports des sexes. In: *Le Cahiers du GRIF*, 1984, p. 7-21.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. Rapports sociaux de sexe et psychopathologie du travail. In DEJOURS, Christophe (dir.), *Plaisir et souffrance dans le travail*. Paris, AOCIP, 1988, p. 131-163.

KERGOAT, Danièle. *Les ouvrières*. Paris, Le Sycomore, 1982.

———. Danièle "À propos des rapports sociaux de sexe". *Revue M*, avril-mai 1992, n. 53-54, p. 16-20.

———. Danièle. La division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, Jacques et al. *Le monde du travail*. Paris, La Découverte, 1998. p. 319-329.

LANGEVIN, Annette. La construction des bornes d'âge. In: *Revue française des affaires sociales*, out. 1997, p. 37-54.

MATHIEU, Nicole-Claude. Critiques épistémologiques de la problématique des sexes dans le discours ethno-anthropologique [1985]. In: MATHIEU, Nicole-Claude. *L'anatomie politique. Catégorisations et idéologies du sexe*. Paris, Côté femmes "Recherches", 1991. p. 75-127.

MILKMAN, Ruth. *Gender and Work: The Dynamics of Job Segregation by Sex during World War II*. Urbana, University of Illinois Press, 1987.

PEYRE, Évelyne e WIELS, Joëlle. Le sexe biologique et as relation au sexe social. In: *Le Temps modernes*, 1997, n° 593, p. 14-48.

PICQ, Françoise. *Libération des femmes. Les années-mouvements*. Paris, Seuil, 1993.

SCOTT, Joan. "Genre: une catégorie utile d'analyse historique". *Les Cahiers du GRIF "Le Genre de l'histoire"*, 1988 n. 37-38, p. 125-153.

———, Joan. "L'ouvrière, mot impie, sordide ..." Le discours de l'économie politique française sur les ouvrières, 1840-1860. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1990, n° 83, p. 2-15.

TABET, Paola. *La construction sociale de l'inégalité des sexes: des outils et des corps*. Paris, L'Harmattan, 1998. "Bibliothèque du Féminisme" [Textes de 1979 et 1985].

ZARIFIAN, Philippe. *Éloge de la civilité: critique du citoyen moderne*. Paris, L'Harmattan, 1997.

O Conceito de trabalho¹

HELENA HIRATA² E PHILIPPE ZARIFIAN³

A noção moderna de trabalho, como foi formalizada pela economia política clássica, nos remete a uma dupla definição.

A primeira se apresenta como uma definição antropológica, o trabalho constituindo uma característica geral e genérica da ação humana. Para Marx (1867/1965), o trabalho é em essência um ato que se passa entre o homem e a natureza. O próprio homem exerce em relação à natureza o papel de uma potência natural específica. Ele põe em movimento sua inteligência e suas forças a fim de transformar matérias e lhes dar uma forma útil à sua vida. Ao mesmo tempo em que age por esse movimento sobre a natureza exterior e a modifica, ele modifica sua própria natureza e desenvolve suas faculdades aí adormecidas.

A segunda definição reinterpreta a primeira ao considerar que as trocas entre homem e natureza sempre se produzem em condições sociais determinadas: estamos nas condições do artesanato, da escravidão ou do assalariamento? O trabalho útil é executado sob a chibata do feitor de escravos ou sob o olho interessado do capitalista? É a partir desta segunda interpretação que o conceito de trabalho assalariado pode ser desenvolvido: o assalariado trabalha sob o controle do capitalista ao qual o produto de seu trabalho pertence.

Essa dupla definição tem o mérito de situar a atividade do trabalho no ponto preciso de imbricação de dois tipos de relação (homem-natureza e homem-homem), porém ela é ainda muito insuficiente. Primeiro, porque parte de um modelo assexuado de trabalho. O sujeito do trabalho – o homem – é apresentado nessa definição como universal: de fato é o masculino que é elevado ao universal. Em segundo lugar, ela

1 Este texto foi originariamente publicado no *Dictionnaire Critique du Feminisme* organizado por Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier, e publicado por PUF em Paris, 2000. Traduzido por Miriam Nobre.

2 Helena Hirata é pesquisadora em sociologia no GERS (Gênero e Relações Sociais) do CNRS (França), ex GEDISST. Ela desenvolve pesquisas comparativas internacionais no Brasil, França e Japão sobre trabalho e relações sociais de sexo/gênero.

3 Philippe Zarifian é professor de sociologia da Universidade de Marnes-la-Vallée, pesquisador no Laboratório técnicas, territórios e sociedades (LATTs) e membro associado do GERS.

também é problemática de um outro ponto de vista, na medida em que as relações suscitadas não são apreendidas de maneira idêntica. As relações homem-natureza tendem a ser naturalizadas e fixadas como uma base imutável da produção da vida humana, enquanto as relações sociais – as condições sociais do trabalho – são historicizadas. Sendo assim, essa dupla definição não pode ser pertinente se consideramos as relações historicamente, que é o que torna possível considerar o sexo social. Se extrairmos todas as conseqüências da tese do “homem” como ser social, não existem trocas genéricas entre o homem e a natureza, mas trocas *sempre específicas* entre os homens e as naturezas. E os próprios homens são os homens e as mulheres: assim, torna-se possível falar de sexo do trabalho.

Tempo e trabalho

À luz de sua etimologia, antes de sua acepção moderna, o trabalho era sinônimo de sofrimento e/ou imobilização forçada. A definição da economia política clássica (século XVIII ...) teria, de alguma forma, enobrecido o trabalho ao lhe dar a virtude de estar na origem da produção material da vida humana. Tão logo enobrecido, esse trabalho recobrou seu antigo sentido, pois, sob o jugo do assalariamento, o trabalho logo se tornaria sinônimo de constrangimento e sofrimento para quem o exercesse.

Podemos nos perguntar se não existe aí um certo jogo de ilusão. Pois o trabalho assalariado no sentido moderno, tal como emerge no capitalismo nascente, não tinha de fato nenhuma origem. O uso dessa noção emerge sob uma forma inédita: a de uma atividade social que podemos objetivar, isto é, descrever, analisar, racionalizar, prescrever em termos precisos: uma seqüência de operações, consideradas em uma abstração generalizante, e o tempo mensurável necessário para realizá-las. Esse trabalho moderno, disfarçado sob a expressão “atividade que pode ser objetificada”, é considerado desde então na relação salarial nascente, porque ele se desenrola em torno da questão doravante central, que é a apropriação do tempo do assalariado pelo capitalista. A noção moderna de trabalho surgiu então sob o impacto de um verdadeiro golpe de força política e social: a separação entre uma seqüência de operações que podem ser objetificadas e a capacidade humana de realizá-las. O trabalho, de um lado, a força de trabalho, de outro. E entre os dois: o tempo, referente central de avaliação da produtividade dessa combinação entre trabalho e trabalhador. O nascimento da noção de trabalho assalariado é a história dessa separação, que opõe uma forma objetificada a uma potência subjetiva. O trabalhador, ser de subjetivação, torna-se prisioneiro daquilo a que ele deve se reportar: as operações objetificadas.

Ao contrário, a noção de trabalho doméstico é o antípoda da objetificação: ela é ligada às relações afetivas no seio da família e fundada sobre a “disponibilidade” materna e conjugal das mulheres (Chabaud-Richter et al., 1985). Sendo a forma privilegiada de expressão do amor na esfera dita “privada”, os gestos repetitivos e os atos cotidianos de manutenção do lar e de educação dos filhos são atribuídos exclu-

sivamente às mulheres. Os homens podem legitimamente pretender escapar deles. Esse trabalho é refratário à mensuração, mesmo se as aproximações pelos “orçamentos-tempo” tenham sido utilizados para apreendê-lo, elas não conseguem esclarecer a natureza mesma desse trabalho. Nos debates sobre trabalho, a existência de uma perpétua hesitação entre o trabalho assalariado exclusivo, de um lado, e o trabalho doméstico ou útil em geral, de outro, não é nada mais do que um indicador do fato de que duas questões, a captação do tempo e a produção do viver, se interpenetram sem, no entanto, se confundirem.

As relações sociais de sexo permitem assim lançar, sobre esse duplo desafio, um olhar particularmente revelador. Pois, de um lado, a captação do tempo pelo outro não pode mais ser reduzida somente ao tempo de trabalho assalariado. Percebe-se que o tempo do assalariamento é condicionado pelo tempo do trabalho doméstico. E, quando as mulheres começam a entrar massivamente no assalariamento, é sob um *status* duplo: como assalariadas e como portadoras das condições gerais – temporais – do assalariamento. De outro lado, a produção do viver, por interpelar a dimensão útil do trabalho, é levada pelas mulheres para além das fronteiras das esferas da vida nas quais os homens estão estabelecidos e inscreveram sua dominação. Para as mulheres, os limites temporais se dobram e redobram, trabalho doméstico e profissional, opressão e exploração, se acumulam e articulam, e por isso elas estão em situação de questionar a separação entre esferas da vida – privada, assalariada, política – que regem oficialmente a sociedade moderna.

O conceito de trabalho e seu futuro

O desenvolvimento histórico do conceito de trabalho foi formalmente interpelado nos anos 1970 com o desenvolvimento das pesquisas que introduziam a dimensão sexuada nas análises do trabalho. É a partir da problemática da divisão sexual do trabalho que Danièle Kergoat procede a uma desconstrução/reconstrução do conceito de trabalho e seus conceitos conexos, como o de qualificação, introduzindo a dimensão do trabalho doméstico e a esfera da reprodução. Junto com outras que atuam no mesmo campo (no CNRS⁴, na Universidade, mas também fora das instituições) algumas pesquisadoras do GEDISST⁵, com D. Kergoat, propuseram uma reconceituação do trabalho, por inclusão 1) do sexo social e 2) do trabalho doméstico, no conceito de trabalho. Essa reconceituação abrangeu também o trabalho não-assalariado, não-remunerado, não-mercantil e informal. Trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados categorias indissociáveis.

A conjuntura de recessão e desemprego em massa dos anos 1990, com o desenvolvimento de formas de trabalho precário, reatualizaram o debate sobre trabalho

4 Centre National de Recherche Scientifique. (N.E.)

5 Grupo de Estudos da Divisão Internacional Social e Sexual do Trabalho.

e sua crise, com proposição de políticas públicas. A questão da divisão do trabalho e as leis em torno da redução do tempo de trabalho constituíram um das principais recorrências do debate teórico atual sobre o "fim do trabalho", o "fim do valor trabalho" e a "centralidade do trabalho". Para clarear esse debate é útil retornar à distinção estabelecida por Hannah Arendt (1958/1988) entre: 1) o trabalho como atividade do *Animal laborans*, governado pela necessidade de subsistência humana, produzindo coisas efêmeras, destinadas a serem destruídas pelo consumo; 2) a obra como atividade do *Homo faber*, produzindo coisas duráveis, destinadas a tornar o mundo habitável, e engendrando a cultura; 3) a ação, propriamente dita, que não produz coisas separadas do agente e consiste em atos nos quais se condensa a iniciativa humana em face dos outros humanos, em um espaço privilegiado, o da política.

Essa distinção hierarquiza as atividades humanas e inferioriza aquela denominada "trabalho", de maneira que, de uma vez só eterniza a separação e encerra cada atividade em sua destinação. Ao mesmo tempo, a política é hipoteticamente inscrita no reino da liberdade e eleita terra privilegiada da autonomia, tudo se passa como se o trabalho moderno, reduzido somente à sua dimensão de heteronomia, não devesse ser subvertido, mas limitado e contornado para encontrar, em outras esferas da vida, as fontes verdadeiras da emancipação. Mas emancipação de quem? E em relação a quê? O paradoxo das teses sobre o fim do valor trabalho é que elas eternizam o golpe de força que constituiu a imposição da relação assalariada e fazem como se uma relação política libertadora, inspirada na cidadania grega que reivindicava Arendt, pudesse se desenvolver ao lado e apesar do sistema capitalista, e deixando subsistir para a maioria o trabalho tal como hoje. A abordagem em termos de relações sociais de sexo mostra claramente que os deslocamentos entre as esferas da vida, tal como estão hoje socialmente separadas, e contra os quais queremos radicalizar a oposição, só trazem opressão redobrada.

Um segundo debate, que também tem implicações no pensamento científico atual, é teorizado por Jürgen Habermas (1981-1987). O conceito de trabalho, prisioneiro de uma visão industrialista da realidade, remete a uma ação instrumental sobre a natureza, o humano sendo ele mesmo instrumentalizado nessa ação finalizada, enquanto a noção de interação remete à definição intersubjetiva de normas de ação que uma comunidade humana poderia pôr em debate e validar. Aí também a hierarquização é clara: o trabalho é restrito a uma visão estreitamente instrumental. Deixa-se a esfera econômica e o trabalho assalariado ao seu triste destino, enquanto se busca em um hipotético espaço público o engendramento da elevação moral.

Poderíamos tomar esse debate sobre o fim do trabalho ao pé da letra e dizer: fim do trabalho = fim da definição que a economia política instaurou para o trabalho. Ou seja: fim do assalariamento. Mas um debate não pode se fundar sobre bases nominalistas. Se ele pode ter um sentido, é justamente porque existem tendências objetivas e subjetivas. De uma parte, para questionar o *status* atual do tempo e, então,

dar ao tempo um outro *status*. De outra, para tratar a produção do viver não como um efeito secundário da valorização do capital, ou como pura satisfação das necessidades vitais, mas como um questionamento social que permite estabelecer uma ponte entre as diferentes esferas de atividade.

Bibliografia

ARENDDT, Hannah. *Condition de l'homme moderne*. Paris, Calmann-Lévy Agora, 1988. 368 p. [Édition originale: *The Human Condition*, 1958].

CHABAUD-RYCHTER, Danielle, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique et SONTTHONNAX, Françoise. *Espace et temps du travail domestique*. Paris, Librairie des Méridiens-Klincksieck, 1985. 156 p. (Réponses sociologiques)

COLLECTIF *Le sexe du travail; structures familiales et système productif*. Grenoble, PUG, 1984. 320 p.

DAUNE-RICHARD, Anne-Marie. Gender Relations and Female Labor; A Consideration of Sociological categories. In: JENSON, Jane et al. (eds.). *Feminization of the Labour Force. Paradoxes and Promises*. New York, Oxford University Press, 1988. p. 260-275.

MARX, Karl, *Le Capital*, livre I, In: *Oeuvres, Économie I*. Paris, NRF, 1965. 1818 p. [1^{ère} édition 1867]. (Bibliothèque de la Pléiade).

VANDELAC, Louise. *Et si le travail tombait enceinte? Essai féministe sur le concept de travail*. *Sociologies et Sociétés*, octobre 1981, vol. XIII, n. 2, p.67-82.

Sociologia econômica e relações de gênero¹

ISABELLE GUÉRIN²

Introdução

Ao optar por uma avaliação estritamente mercantil da riqueza e ao se recusar a se imiscuir nas relações familiares, sob o pretexto de respeitar a vida privada, as ciências econômicas contribuíram bastante para exacerbar as desigualdades de gênero. Não só a colaboração das mulheres para o bem-estar coletivo foi desvalorizada, para não dizer negada, como também sua liberdade individual foi sacrificada em nome de argumentos supostamente científicos e de um objetivo de eficácia coletiva – a felicidade para a maioria. Embora a história da disciplina sem dúvida revele, se não uma hostilidade, pelo menos uma indiferença em relação à condição feminina, algumas de suas transformações recentes permitem visualizar um cenário mais otimista. Uma primeira etapa consiste em renovar nossas interpretações ideológicas dos fenômenos, inspirando-nos na sociologia econômica. Nesse sentido, três procedimentos têm prioridade: construir indicadores apropriados de avaliação das desigualdades e da pobreza; reconhecer a pluralidade das formas de agir e das formas de intercâmbio; admitir que democracia participativa, debate público e eficácia econômica são indissociáveis, pois se nutrem mutuamente.

Uma segunda etapa consiste em analisar as práticas econômicas inovadoras e precursoras de transformações sociais. A economia solidária faz parte disso. Ao revalorizar as atividades de reciprocidade e de cuidar dos outros, não mais consideradas “virtudes” femininas, mas uma responsabilidade coletiva que contribui para o desenvolvimento pessoal de cada um; ao facilitar a expressão de problemas particulares e a reivindicação de soluções para eles; e, enfim, ao desempenhar um

¹ Tradução de Wanda Caldeira Brant.

² Isabelle Guérin é pesquisadora do Instituto de pesquisas para o desenvolvimento (IRD). Autora de *Mulheres e Economia Solidária*, tem estudado a exclusão bancária e financeira das mulheres na França, Senegal e Índia.

papel de mediação entre diferentes esferas com muita freqüência consideradas compartimentadas, as práticas da economia solidária demonstram que a questão da pobreza feminina e, de maneira mais ampla, a das desigualdades entre homens e mulheres não são uma fatalidade, desde que se admita que dependem de uma responsabilidade compartilhada.

No Norte e no Sul, a pobreza se feminiza e as desigualdades entre homens e mulheres persistem. No Norte, elas são mais duramente atingidas pelo desemprego; seu número em empregos precários e mal-remunerados é maior; são mais expostas à pobreza monetária e ao risco de endividamento excessivo, estando essas duas últimas questões relacionadas principalmente às mães de família monoparental. No Sul, as mulheres são as primeiras a pagarem os custos sociais dos planos de ajuste estrutural, das restrições orçamentárias públicas e de uma eterna crise. É cada vez maior o número de mulheres que assume o *status* de “chefe de família” e, no entanto, elas têm sempre a mesma dificuldade de ocupar empregos assalariados; a única saída possível, o trabalho por conta própria, também é complicada, uma vez que seu acesso à propriedade, à terra e ao crédito ainda é limitado.

Essa feminização da pobreza obriga que se reconsidere a questão com base em duas exigências fundamentais: encontrar novas formas de solidariedade; elaborar ferramentas conceituais que permitam pensar a dimensão sexuada das desigualdades e da pobreza. Antes de mais nada, como considerar essa especificidade sexuada? São precisos indicadores especificamente apropriados à pobreza feminina? Em seguida, como lutar contra essa forma de pobreza? Em virtude das particularidades femininas, principalmente das relacionadas às obrigações familiares, é preciso incentivar modos de intervenção estritamente femininos? Enfim, apesar da diversidade dos contextos, é possível dar respostas comuns? Se admitirmos que a feminilidade – assim como a masculinidade – não é dada naturalmente, mas que, ao contrário, é uma construção social e cultural, a própria idéia de “pobreza feminina” ainda tem sentido? Enquanto, na França, a igualdade formal foi praticamente conquistada, em outros lugares o simples fato de considerar a idéia de igualdade continua letra morta. A diversidade das respostas dadas à questão da igualdade entre os sexos é tal que um questionamento global talvez pareça absurdo.

No entanto, não temos a menor dúvida de que uma reflexão comum não só é possível, mas também desejável³. Apesar da disparidade dos contextos tanto econômicos, sociais e culturais quanto políticos, afinal de contas, algumas inquietações são semelhantes e merecem ser pensadas de maneira conjunta. A solidariedade institucionalizada dos Estados de bem-estar social, assim como a

³ Essa reflexão resulta de observações empíricas, feitas principalmente em duas pesquisas de campo: uma, nas regiões de Lyon e do norte da França, com mulheres recebendo benefícios sociais mínimos, e a outra, na região de Thiès, Senegal, com mulheres sobrevivendo do “pequeno comércio”. O fundamental dos resultados deriva de dados quantitativos, obtidos de “relatos de vida”. Os fenômenos de pobreza no Norte ou no Sul são evidentemente muito complexos, múltiplos, específicos, de modo que esse caminho pode parecer ambicioso. A análise comparativa de duas realidades distintas, vale esclarecer, não poderia ser feita ponto por ponto; por isso ela simplesmente coteja essas realidades por meio das mesmas interpretações teóricas. Uma vez fixado esse objetivo, torna-se um meio de clarear a reflexão. No caso aqui tratado, permite principalmente evidenciar os processos de construção social da articulação entre mercantil e não-mercantil e entre espaço privado e espaço público, e das “preferências” femininas.

solidariedade de proximidade⁴ dos modos comunitários de organização têm tendência a se esgotarem. No Norte, as disfunções atuais do mercado de trabalho e do dispositivo de seguridade social, a obsolescência dos princípios de solidariedade e dos direitos sociais em vigor revelam os limites de um sistema universal de proteção. No Sul, a desagregação da solidariedade de proximidade e a emergência de comportamentos mais individualistas anunciam o fim dos sistemas de proteção comunitários. Ao mesmo tempo, a interdependência das economias nacionais, no que se convencionou chamar "globalização", modifica a natureza e a territorialidade da questão social. Surgem novos atores, combinando uma dinâmica globalizada de organismos multilaterais com uma dinâmica local de associações, de organizações não-governamentais e ainda de coletividades locais. Depois de ter sido considerada, durante muito tempo, de uma maneira compartimentada no Norte e no Sul, a questão social provoca, a partir de então, perguntas comuns.

A hipótese defendida aqui é a de que a economia solidária é uma resposta possível, de um ponto de vista tanto conceitual quanto operacional. Até o presente, a economia solidária foi considerada, sobretudo, um meio de reformular a articulação entre o "mercado", as autoridades públicas⁵ e a sociedade civil, com a idéia de "reencaixar" o econômico no social e no político (Laville, 1994). Se quisermos, realmente, avançar rumo a uma sociedade mais justa e mais democrática, o lugar da família e o das obrigações familiares, assim como sua articulação com o tripé a que acabamos de nos referir, merecem também ser repensados. Não só as mulheres são freqüentemente as principais protagonistas das práticas de economia solidária, mas também essas experiências, desde que reconhecidas por seu justo valor, oferecem uma oportunidade inédita para se avançar na luta contra as desigualdades entre homens e mulheres.

A economia solidária: precisões de um conceito

A economia solidária foi definida, aos poucos, de maneira empírica, a partir da prática dos atores. No sentido mais amplo, reúne o conjunto de iniciativas econômicas privadas (ou seja, com autonomia em relação ao Estado) que aposta mais no interesse coletivo e na solidariedade do que na busca do lucro.

Não querer fazer da economia um instrumento de lucro, mas uma ferramenta a serviço da liberdade e da dignidade humana não é muito original. A economia solidária, que surgiu há uns trinta anos, apenas restabeleceu o movimento da economia social, iniciado, durante o século XIX, na América do Norte e na Europa e depois exportado para os países do Sul, logo após estes se tornarem inde-

4 Resultante da tradução literal da expressão francesa "de proximité", inicialmente utilizada para designar os *emplois de proximité*, ou seja, os empregos remunerados ligados aos "serviços pessoais" (*baby-sitters*, acompanhantes de idosos, enfermeiras, faxineiras etc.), foi incorporada ao jargão das ciências econômicas e sociais, em que passou a ser usada em uma série de conceitos relacionados às práticas da economia solidária. (N.T.)

5 A expressão "autoridades públicas" visa dar conta das diversas formas da ação estatal (nacional, mas também descentralizada e supranacional). No entanto, ao longo do artigo, para simplificar, será utilizado o termo "Estado".

pendentes. Todavia, ela se distingue daquele movimento em vários aspectos, particularmente pelo tipo de atores que dele participaram em sua origem. A primeira geração foi engendrada, inicialmente, por pequenos produtores agrícolas e pelos grupos operários, impulsionados pela necessidade de se organizarem diante da precarização de suas condições de vida e da escalada da mercantilização. Desde o período pós-guerra até os anos 70, o movimento operário (sobretudo o sindical), o dos consumidores – organizado nas grandes empresas de economia social (cooperativas de crédito e de distribuição em geral) –, assim como o dos “pobres” (por meio de associações de ajuda e de assistência), passaram a constituir o cerne da mobilização social.

As mulheres jamais estiveram ausentes nessas formas de organização. Na França, por exemplo, com muita frequência, há uma tendência a negligenciar ou, até mesmo, a esquecer o papel decisivo dos grupos de mulheres no movimento associativo francês do século XIX e da primeira metade do século XX. Sejam de inspiração laica ou cristã. Essas práticas associativas, conduzidas por mulheres, visavam muitas vezes “educar” o povo, mas sobretudo responder de maneira muito pragmática às principais necessidades dos mais pobres: tuberculose, moradias operárias insalubres, analfabetismo, falta de educação (higiênica, cultural e social etc) e, além disso, algumas delas tinham um verdadeiro projeto coletivo de sociedade. Na prática, experiências e demandas femininas “inventam” as profissões do trabalho social (educador e assistente social), estão na origem das primeiras escolas profissionais e dos centros sociais, inspiram inúmeras reformas sociais francesas (principalmente na área dos auxílios familiares, das licenças-maternidade, das férias remuneradas, do trabalho infantil), algumas das quais adotadas sob pressão das reivindicações das associações (Archambault, 1996; Fayet-Scribe, 1990).

Há algumas décadas, sem dúvida, assistimos à eclosão de uma nova onda de economia social. Ela emerge, sobretudo, a partir da década de 1970, sob o estímulo de novas demandas sociais e de novos movimentos sociais (Defourny et alii, 1999; Favreau, 1997). No meio de uma mobilização social, desde então, mais difusa – a profissão e a nação como espaço de referência têm tendência a se desagregar –, alguns grupos, às vezes ligados por redes, desempenham um papel particularmente ativo: organizações populares e comunitárias, grupos ecológicos, grupos de jovens, mas também grupos de mulheres.

Essas iniciativas buscaram, inicialmente, responder às novas necessidades (particularmente, os serviços de proximidade) e resolver problemas que nem o mercado nem a ação pública conseguiam – ou não conseguiam mais – solucionar de maneira satisfatória: desemprego, exclusão e crise dos Estados de bem-estar nos países do Norte, insegurança alimentar, não satisfação das necessidades elementares em matéria de saúde, educação, habitação e serviços financeiros nos países do Sul (Defourny et alii, 1999). Mas têm também um papel relativo à sociedade como um todo, que é preciso considerar de maneira absoluta, de modo a

compreender em que estão apostando e melhor pensar o seu futuro. Historicamente, as associações de assistência e previdência mutuais foram uma prefiguração dos sistemas de previdência coletiva e de seguridade social que marcaram o advento dos Estados de bem-estar. As cooperativas de consumo, ao mesmo tempo em que o sindicalismo nascente, foram um instrumento importante da emancipação operária. No meio rural, as cooperativas de produção, de compra, de comercialização ou ainda de crédito favoreceram muito o desenvolvimento das classes camponesas. As experiências associativas femininas (abrigos sociais, centros sociais) estão na origem da profissionalização e do reconhecimento de alguns trabalhos femininos.

Hoje, tanto no Norte quanto no Sul, que papel é possível esperar das práticas de economia solidária em relação à sociedade como um todo? Alguns as vêem apenas como um setor de segunda, sem dúvida, de convivência e capaz de resolver problemas locais, mas boas apenas para fazer curativos nos ferimentos da economia liberal. Outros vêem nas iniciativas da economia solidária uma oportunidade, acima das expectativas, de atenuar as faltas de um serviço público decadente ou inexistente. Na verdade, mais flexíveis, mais criativas, mais próximas da população, as iniciativas associativas e cooperativas parecem capazes, em algumas áreas, de oferecer melhores serviços do que o Estado e, com um custo menor que o de outras, podem ter êxito na concorrência com o mercado, garantindo ao mesmo tempo a integração social das pessoas⁶. Ainda que o exercício seja tentador, essas duas maneiras de ver não são aceitáveis. A primeira, miserável, subestima suas potencialidades de desenvolvimento e seu papel político. A segunda empresta-lhe virtudes excessivas. Mesmo que as iniciativas da economia solidária conciliem justiça e eficácia, o objetivo não é substituir o mercado e, muito menos, o Estado, mas agir em estreita complementaridade.

A análise empírica dessas experiências e dos mecanismos a elas subjacentes demonstra que a economia solidária não se limita a práticas microlocais e efêmeras, mas que ela é realmente um meio de enfrentar o esgotamento dos modos de regulação anteriores. O caráter híbrido dos recursos (mercantis, não-mercantis e não-monetários) e a elaboração conjunta da oferta e da demanda, a partir de espaços públicos de proximidade, permitem uma rearticulação do econômico com o social e o político (Eme e Laville, 1994). De alguma maneira, esses dois mecanismos contribuem para "democratizar" a economia, e essa democratização toma vários caminhos: a transformação das necessidades coletivas em demandas sociais ou dos problemas em projetos coletivos, reformulando por isso mesmo a noção de interesse geral (Bouchard et alii, 2000); o estabelecimento de formas inéditas de parcerias entre o público e o privado, estimulando assim o nascimento de uma seguridade social pluralista (Evers, 2000); o aprendizado da cidadania no âmbito da sociedade civil (Demoustier, 2001), assim como no da empresa (Lévesque, 1997); a emergência da

⁶ Sobre essa capacidade de concorrer com o mercado, garantindo uma certa justiça, ver a recente análise de Enjolras, B., 2002.

pluriatividade e a recomposição dos tempos sociais (Eme e Laville, 1994; Laville, 1999; Roustang et alii, 1996); e, enfim, a criação de redes de solidariedade internacional e de novas formas de cooperação Norte-Sul (Favreau, 1999).

Propomos, aqui, centrarmos-nos no que se pode ganhar ou perder com a economia solidária diante das desigualdades entre homens e mulheres, questão crucial e curiosamente pouco estudada até o presente. É urgente analisar o lugar e o papel das mulheres nesse movimento em plena emergência, as oportunidades e as perspectivas assim oferecidas, mas também os perigos e os possíveis obstáculos.

A economia solidária diante das desigualdades entre homens e mulheres

Começamos por uma primeira constatação. No Norte, assim como no Sul, muitas dessas experiências são conduzidas por mulheres e a elas destinadas. Diante da difícil conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, diante das responsabilidades materiais cada vez maiores (na verdade, diante da elevação das "despesas" com as crianças, do aumento do número de solteiros e solteiras e da persistência do desemprego masculino), diante das dificuldades de acesso à propriedade e ao crédito, as mulheres são freqüentemente as primeiras a se mobilizarem e a se auto-organizarem. Isso acontece principalmente nas áreas de alimentação e de nutrição (grupos de compras, mercearias populares, restaurantes, serviços de entregas domiciliares de refeições, cozinhas coletivas, coleta de cereais provenientes de excedentes de produção e sua distribuição); de costura e conservação de roupas (lavanderias, consertos, passadeiras, lojas de roupas); de saúde e de serviços relacionados a cuidar dos outros (*baby-sitters*, acompanhantes de pessoas idosas); de relações com as administrações e o meio institucional do comércio (serviços de mediação); de produção e de artesanato; de poupança; de créditos e de seguros; de educação e formação (alfabetização, transferências de conhecimentos e de experiência); e, enfim, de cultura e de comunicação (espaços de expressão política e cultural).

Essas diferentes experiências apresentam-se, em primeiro lugar, como um meio de aliviar o cotidiano das mulheres que as conduzem, impulsionadas, antes de mais nada, pela vontade e pela necessidade. A redução do peso de suas obrigações por compartilhá-las com as de outras pessoas e a melhora do cotidiano são um primeiro resultado independentemente de qualquer coisa. No entanto, o que está realmente em jogo parece ir além disso. Todos os estudos convergem para esse ponto: facilitar o acesso das mulheres a atividades geradoras de rendas não é suficiente para garantir uma igualdade real. Esta tropeça em três obstáculos principais: o caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e, enfim, a distribuição desigual das obrigações familiares. Ora, as iniciativas da economia solidária, que criam espaços intermediários entre o privado-doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não-monetário, preenchem, de fato, três funções intersticiais maiores,

suscetíveis de contribuir para a supressão desses bloqueios. Em primeiro lugar, desempenham um papel de justiça de proximidade, e esse papel é essencial diante do caráter multidimensional da pobreza. Em segundo lugar, criam espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; nesse caso, apresentam-se como formas de acesso à fala em público para pessoas que, em geral, não o têm e, por meio da expressão e da reivindicação coletivas, podem participar da transformação das instituições, seja da legislação ou das normas sociais. Em terceiro lugar, contribuem para redefinir a articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, além de participarem da revalorização das práticas de reciprocidade; ora, essa redefinição e essa revalorização devem permitir a luta contra as desigualdades dentro da família, permitindo às mulheres, mas também aos homens, conciliarem melhor a vida familiar e a vida profissional.

O caráter multidimensional da pobreza e a necessidade de uma justiça de proximidade

O primeiro obstáculo com o qual a marcha por uma igualdade real tropeça reside na complexidade das trajetórias da pobreza e em seu caráter multidimensional. Reabilitando a idéia de liberdade substantiva, de grande valor para Marx, trabalhos recentes, particularmente os de Sen (1993, 1999, 2000), defendem um critério de avaliação das desigualdades e da pobreza capaz de avaliar a liberdade real das pessoas; em outras palavras, o que elas realmente têm condições de fazer e de ser. Na verdade, a liberdade real não poderia ser reduzida a uma questão de direitos formais, de recursos monetários ou ainda de preferências pessoais. Os recursos monetários não garantem o acesso à dignidade e ao auto-respeito. Os direitos formais não bastam, se não se têm os meios nem sequer a idéia de se beneficiar deles. Enfim, as preferências não têm muito sentido, uma vez que resultam de uma construção social e cultural. A pobreza deve, então, ser compreendida em termos de insuficiência de direitos e de incapacidade de fazê-los valer ou de tomar consciência deles. Algumas categorias de pessoas, particularmente as mulheres (mas também os deficientes, as minorias étnicas) têm mais dificuldade em "converter" seus direitos formais em possibilidades reais, tanto por razões biológicas quanto devido ao efeito de fatores socioculturais, como a pregnância de normas sociais que lhes são desfavoráveis. Na categoria "mulher", as trajetórias são também muito heterogêneas. Independentemente das diferenças de desenvolvimento entre países e entre meios sociais, em um contexto socioeconômico dado e com o mesmo nível de renda, é possível observar uma grande disparidade de situações, no caso ligada à história pessoal das mulheres. A questão do acesso à liberdade real levanta finalmente duas questões: a da avaliação dos déficits de liberdade e a do caráter incompleto dos direitos formais.

É por isso que uma *justiça de proximidade*, que objetive atenuar as lacunas de uma justiça centralizada e padronizada, além de completá-la, revela-se necessária para

garantir o acesso à liberdade real. Essa complementaridade é exercida de duas maneiras. Consiste, em primeiro lugar, em corrigir as desigualdades resultantes de uma prática deficiente dos direitos, ajudando as mulheres a melhor converterem seus direitos formais em direitos reais. Em segundo lugar, consiste em completar esses direitos, cuja neutralidade mostra-se insuficiente para atenuar as desigualdades resultantes de sua trajetória pessoal, do fato de pertencer ao sexo feminino, do fato de pertencer a um grupo social ou a um bairro pobre.

Em alguns casos, um direito neutro e assexuado pode simplesmente estimular os processos de diferenciação, baseada na desigualdade, em situações em que os comportamentos e estereótipos mantêm as lógicas de dominação. É preciso, portanto, defender políticas de discriminação positiva? Ao aceitar e defender as diferenças, não se corre o risco de incentivar a formação de entidades separadas, suscetíveis de reforçar a segregação do grupo do qual se busca promover a emancipação? Da mesma maneira, não se corre o risco de acentuar ainda mais as diferenciações econômicas e sociais? Nesse caso, não é o melhor meio de sustentar uma "inferioridade" feminina e de reforçar as obrigações das mulheres? Nossa resposta é que toda justiça de proximidade somente é legítima se for articulada a uma justiça *global*, única garantia do interesse geral e do acesso da sociedade civil. E mais, se participar da definição desse interesse geral, ou seja, se for acompanhada de uma reflexão e de intervenções mais gerais na natureza e nas causas das desigualdades.

A inadequação das instituições e a necessidade do diálogo social

O segundo obstáculo em que a marcha pela real igualdade tropeça diz respeito à inadequação das instituições, seja em relação ao direito ou às normas sociais. Em alguns países, as mulheres exigem, antes de mais nada, seu reconhecimento jurídico como seres humanos que têm direitos. Nos países onde as legislações existem, elas reivindicam o respeito aos direitos e os meios que garantam seu cumprimento efetivo.

Independentemente do caminho a ser percorrido, seja o de fazer com que a legislação evolua ou o de contribuir para que ela vigore, contar apenas com a ação pública não é suficiente. Duas condições se impõem: uma maior participação das mulheres na gestão das questões públicas e uma intervenção pública em harmonia com todos os atores da sociedade civil. Tudo o que deriva da divisão sexuada dos papéis não pode ser imposto e depende da opção da sociedade. Qualquer que seja o contexto, mesmo que as autoridades públicas estejam em condições de intervir, seja por meio da regulamentação ou de políticas públicas, somente um diálogo social pode transformar os sistemas de representações e o imaginário coletivo. É a única maneira de lutar contra a inércia das normas relativas à divisão sexuada dos papéis, que se sabe o quanto resistem à mudança.

Como suscitar esse diálogo social? Contar com uma mobilização maciça, utilizando-se formas tradicionais de engajamento sindical, político ou puramente ideológico, é ilusório. As pessoas, e principalmente as mulheres, têm necessidade de engajamentos mais curtos, voltados para a resolução de problemas concretos. É por esse motivo que espaços públicos de proximidade, em que cada um – e cada uma – é levado a discutir e a debater problemas que dizem respeito à sua vida cotidiana, podem ser o veículo desse diálogo social.

A distribuição desigual das obrigações familiares e a necessidade de revalorizar as práticas de reciprocidade

O terceiro obstáculo diz respeito às desigualdades intrafamiliares e, mais especificamente, à distribuição desigual das obrigações familiares, sejam relativas aos cuidados com as pessoas dependentes (crianças e idosos) ou aos trabalhos domésticos. Durante muito tempo, as obrigações familiares foram consideradas – e continuam a ser em grande número de países – de responsabilidade exclusivamente da família e, de fato, exclusivamente feminina. Em nome dessa responsabilidade, transformada em verdadeiro dever, é que a liberdade individual das mulheres foi sacrificada – e continua a sê-lo – em nome da eficácia coletiva, sendo sua contribuição para o capital humano considerada prioritária em relação a qualquer perspectiva de projeto pessoal.

Apesar de alguns avanços notáveis nessa área e independentemente dos modelos sociais, inclusive os dos países escandinavos, a distribuição de tarefas continua inalterada: as mulheres continuam a assumir quase todas as responsabilidades em relação às pessoas dependentes, mesmo quando o Estado dá cobertura financeira para uma parte das necessidades. Se reconhecermos que a liberdade feminina tem tanto valor quanto a masculina, é preciso, ao mesmo tempo, admitir que uma parte das obrigações familiares, em particular a responsabilidade pelas pessoas dependentes, é um bem público, uma vez que beneficia o conjunto dos contribuintes (Folbre, 1997). A recusa a admiti-lo implica o risco de se limitar a uma liberdade proclamada, sem dúvida, mas abstrata. Garantir a sobrevivência desse bem público supõe uma distribuição das responsabilidades entre a família, as autoridades públicas, mas também entre o mercado e a sociedade civil, por um lado, e uma distribuição das responsabilidades intrafamiliares, por outro, sendo o envolvimento dos homens ainda quase inexistente. A revalorização das práticas de reciprocidade é um meio de avançar nessa via.

Revalorizar as práticas de reciprocidade significa ir além da especificidade sexuada dessas práticas; isso significa também corrigir nossa maneira de compreendê-las e nos libertarmos de um certo número de categorias mentais, forjadas pelo pensamento conhecido como moderno, ou seja, o que experimentaram as sociedades ocidentais entre o século XVII e XIX, mesclando racionalismo científico e progres-

so técnico, reconhecimento das liberdades pessoais, emergência do indivíduo e construção dos Estados de direito. Esse pensamento moderno foi construído sobre uma série de oposições, que se cruzam e se reforçam mutuamente: mercantil/não-mercantil, público/privado, produção/reprodução, egoísmo/altruísmo, masculino/feminino. Ele descreve um mundo composto por três elementos, organizado em três esferas relativamente impermeáveis.

A primeira, mercantil, é composta por indivíduos movidos pela isca do ganho e pela preocupação exclusiva consigo; o uso da moeda é precisamente o instrumento que lhes permite se libertarem de qualquer vínculo de subordinação e de toda afetividade, supostamente incompatível com o exercício da razão. A segunda, a esfera cívica, agrupa cidadãos capazes de ultrapassar sua própria condição e impulsionados pela preocupação com a solidariedade coletiva e o bem comum. A terceira, a esfera privada, a da família, é a dos indivíduos interessados, antes de mais nada, no bem-estar familiar, em que o uso da moeda é suprimido, pois supostamente ameaça a preservação da intimidade. É relativamente fácil demonstrar até que ponto a construção dessas três esferas se fez de maneira sexuada, sendo as mulheres responsáveis pelo espaço privado-doméstico e, em nome de seu dever familiar, excluídas das esferas mercantis e cívicas.

Essa compartimentação padece de dois defeitos fundamentais. O primeiro resulta da atitude que consiste em limitar os comportamentos individuais a modelos padronizados e a explicá-los por uma motivação única, em função do sexo e do espaço em que se dão. Em geral, os comportamentos são estimulados por uma série de motivos: as pessoas, homens e mulheres, não são motivadas somente pela busca de seu interesse pessoal, não são nem marionetes manipuladas pela tradição ou pelos grupos dominantes nem carneirinhos. Qualquer que seja o sexo a que pertençam. Qualquer que seja o espaço em que se desenvolvem, as pessoas têm aspiração de controlar plenamente seu próprio destino, mas também dão provas de um certo senso de responsabilidade, o que as leva, às vezes, a adaptarem suas preferências às obrigações que lhes são impostas; da mesma maneira, são capazes de altruísmo, uma vez que a preocupação com o outro influi diretamente em seu próprio bem-estar; enfim, são capazes de engajamento, ou seja, de assumir atos que vão além de suas próprias necessidades e que são voltados para o interesse coletivo ou para o interesse geral⁷.

O segundo problema consiste em atribuir, à moeda, virtudes que ela não tem. George Simmel, e outros antes dele, como Karl Marx e também Max Weber, descreveram com vigor e precisão como o uso da moeda, ao mensurar todas as coisas com uma única medida, não só abole hierarquias e privilégios de *status*, mas também dissolve os vínculos sociais e cria uma sociedade baseada no cálculo e na racionalidade fria. Ora, a análise das práticas monetárias demonstra como esse caráter impessoal e anônimo da moeda, finalmente, não passa de uma ilusão. Isso fica evidente nas

⁷ Ver, em particular, os trabalhos de Elster, 1986; Hirschman, 1986 e 1995; Sem, 1993.

sociedades que não viveram o que foi convencionalmente chamado de modernidade, onde a distinção mercantil/não-mercantil não tem muito sentido, não mais que aquela entre comportamentos "afetivos" e comportamentos "interesseiros". Mas isso também é verdade nas sociedades impregnadas pelo pensamento moderno: uma análise refinada dos comportamentos comerciais evidencia como o uso da moeda resulta de considerações sociais, e mostra que solidariedade e troca monetária não são necessariamente antinômicas (Zelizer, 1994, 2002). O que está em jogo não é somente uma questão de ordem teórica: reconhecer a dimensão social e cultural dos usos da moeda oferece novas pistas para se pensar a questão do monetarismo e da mercantilização do ato de cuidar dos outros.

Economia solidária e espaços de mediação

Diante dessas três exigências – justiça de proximidade, diálogo social, redefinição da distribuição de tarefas entre a família, as autoridades públicas, o mercado e a sociedade civil –, parece inevitável ultrapassar as fronteiras usuais entre os domínios monetário e não-monetário e entre o domínio dos interesses particulares (domínios privado-doméstico e mercantil) e o do interesse geral (domínio público). É nesse sentido que a economia solidária pode ser um verdadeiro motor do processo de igualdade entre os sexos. Por um lado, ao favorecer a emergência dos espaços locais de mediação entre os diferentes domínios citados acima, tornando possível, assim, uma melhor articulação entre a vida familiar e a vida profissional. Por outro lado, ao contar com esses espaços de discussão para expressar reivindicações e pressionar as autoridades públicas.

No Sul: ao facilitar o acesso aos direitos econômicos e sociais básicos

No Sul, muitas vezes esses espaços de mediação fazem parte do cotidiano das mulheres, habituadas desde muito jovens a se juntarem e se ajudarem mutuamente para assumirem suas obrigações, agrícolas, rituais ou ainda religiosas. Ao longo do tempo, as atividades coletivas foram transformadas e diversificadas. O enraizamento social e religioso dos grupos subsiste, ao mesmo tempo em que se amplia cada vez mais para atividades geradoras de rendas. Assiste-se ao estabelecimento de circuitos de financiamento especificamente femininos, assim como a verdadeiras organizações comerciais em que as mulheres reinam como soberanas. O fato de pertencer a um grupo permite às mulheres reunirem um capital inicial, efetuarem compras conjuntamente, negociarem os preços e limitarem seus deslocamentos. Os grupos desempenham também um papel intermediário em relação ao ambiente institucional e às autoridades locais, junto às quais as mulheres conseguem reivindicar direitos e, às vezes, alguns recursos financeiros; mas também, e sobretudo, na esfera de ajuda

ao desenvolvimento, particularmente, na área de acesso ao crédito: ao se organizarem em grupos de caução mutual, as mulheres conseguem ter acesso a financiamentos, inacessíveis de outra maneira, e dar, assim, mais amplitude às suas atividades comerciais. Espaços privilegiados de intimidade e de sociabilidade e, portanto, de presença feminina, a partir de então, os grupos constituídos por mulheres aparecem como suportes de emancipação individual, e até mesmo como verdadeiros modos de acumulação econômica e de acesso ao poder.

É importante apoiar seu desenvolvimento, reconhecendo plenamente suas potencialidades, mas também seus limites. Não só esses grupos podem ser anti-democráticos e excludentes, como também sua ação, por mais justa e eficaz que seja, não é capaz de atenuar a fragilidade e as carências e, em alguns casos, a ausência dos Estados de direito. Tampouco é capaz de justificar a constante redução da ajuda pública internacional ou, ainda, de ocultar o caráter de desigualdade das trocas internacionais. Ao mesmo tempo, o que está em jogo na economia solidária é decisivo: é o único meio de possibilitar que as mulheres tenham acesso a direitos fundamentais em matéria de saúde, educação e atividades geradoras de renda, principalmente pela via de acesso ao crédito.

No Norte: ao favorecer o acesso a um emprego que não seja fonte de novas desigualdades

No Norte, esses espaços intermediários emergem apenas sob a forma, por exemplo, de serviços coletivos de proximidade, de restaurantes de bairro, de círculos de mulheres que dão empréstimos e que criam empresas, ou simplesmente de locais de trocas em torno de questões da vida cotidiana. Nossas observações demonstram que, muito mais que ações pontuais, esses espaços ajudam as mulheres a serem mais protagonistas de sua vida e a encontrarem uma certa dignidade. Eles permitem a construção de uma identidade, não herdada e imposta pela norma e pelas tradições, mas escolhida e reivindicada. A mediação revela-se particularmente necessária diante das tensões encontradas na busca da construção da identidade feminina: o *status* de indivíduo autônomo, que decide sobre sua vida da mesma maneira que o homem, *status* a cujo acesso, a partir de agora, as mulheres têm direito, é compatível com o da mãe disposta a satisfazer as necessidades dos outros em detrimento das suas, provedora de felicidade e conforto, imposto às mulheres durante milênios? É legítimo que a mãe de família monoparental seja "ajudada" a educar seus filhos? Diante de questões colocadas pela existência, cada vez mais freqüente, de formas familiares "atípicas", esses espaços intermediários revelam-se locais de discussão e de diálogo; o encontro e a troca permitem apaziguar os sentimentos de vergonha e de culpa. Em segundo lugar, permitem uma familiarização ou uma refamiliarização com a reciprocidade, sem a qual nenhuma vida em grupo nem em sociedade é possível. O fato de pertencer a um coletivo que aprova e corrobora suas resoluções permite a adoção

de normas compatíveis com a elaboração de projetos pessoais e, conseqüentemente, atenua os conflitos internos com os quais as mulheres se deparam. Enfim, esses espaços permitem dar o devido sentido a um meio institucional cada vez mais complexo. Restabelecem um vínculo entre esse ambiente e o “mundo real” das mulheres. As informações necessárias às condutas da vida cotidiana ganham sentido e uma certa legitimidade.

Além de melhorar o cotidiano, a economia solidária é um caminho possível para se pensar a divisão do trabalho e a redução do tempo de trabalho – apresentadas, hoje, como uma das chaves do pleno-emprego – sem reforçar as desigualdades preexistentes. E por meio dos serviços de proximidade, a economia solidária oferece uma oportunidade inédita para redefinir a distribuição das obrigações familiares, principalmente sem reativar formas servís das quais as mulheres conseguiram se livrar com muita dificuldade.

Qual é seu papel em relação à sociedade como um todo?

O eterno risco seria de que a economia solidária, em última análise, fosse apenas um subterfúgio neoliberal que se traduzisse em uma falta de engajamento público muito mais forte. Se esse risco é motivo de inquietação nos países que se dotaram de um Estado de direito, torna-se apavorante naqueles que penam para construir um. No que diz respeito às mulheres, esse perigo é ainda mais pronunciado. Um grande número de experiências de economia solidária tem como objetivo responsabilizar-se pelas atividades de proximidade, tradicionalmente atribuídas às mulheres; portanto, atualmente, essas experiências são, em grande parte, conduzidas por mulheres e para mulheres. Limitar-se a ações localizadas e disseminadas sem se perguntar quais são os fundamentos estruturais da desigualdade teria, então, como efeito reforçar ainda mais o caráter feminino dessas atividades de proximidade. Ora, se a economia solidária tem sentido e merece que nos interessemos por ela, não é somente pelas ações que conduz no cotidiano, mas também, e talvez sobretudo, por sua capacidade de contribuir para mudanças institucionais mais favoráveis às mulheres, contribuição que passa tanto por seu engajamento na elaboração de políticas públicas quanto por sua capacidade de desenvolver os sistemas de representações.

Vimos que esse papel em relação à sociedade como um todo ainda está no início. Seu futuro depende, em primeiro lugar, da maneira como a economia solidária, em seu âmbito, reconhecerá a verdadeira questão das desigualdades entre sexos, o que ainda não acontece sistematicamente. Em seguida, depende da capacidade de contribuição da economia solidária, em seu conjunto, para a definição do interesse geral. Provavelmente, a prática de uma justiça social realmente pluralista jamais se tenha revelado tão necessária e complexa ao mesmo tempo. Diante da internacionalização das economias, temos de admitir, hoje bem mais do que antes, a

perda da soberania dos Estados, quaisquer que sejam eles, e sua dificuldade de se imporem no domínio do mercado, assim como no da seguridade social. Os interlocutores não são mais os mesmos: em um grande número de esferas, é preciso convencer não os Estados, mas formas supranacionais de autoridade pública, tais quais o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, assim como as grandes empresas. Diante dessa situação, a sociedade civil só conseguirá fazer-se ouvir se ela se internacionalizar.

Ao mesmo tempo – e aí está o grande paradoxo – essas práticas provavelmente jamais foram tão particularizadas, fragmentadas e, portanto, pouco adequadas para representarem o interesse geral. As especificidades das práticas associativas contemporâneas – de que fazem parte as práticas femininas descritas neste artigo – tendem a ser muito mais especializadas e monofuncionais do que as das gerações anteriores. Como aponta Alain Caillé, é o que constitui, ao mesmo tempo, sua força e sua fragilidade. Sua força, pois é precisamente ao responder às necessidades profundamente almejadas e socializar problemas privados que conseguem mobilizar seus membros, mais atraídos por formas esporádicas e concretas de engajamento. Sua fragilidade, uma vez que essa especialização, esse particularismo, não lhes dá muita credibilidade para participarem do debate sobre o interesse geral. Conseqüentemente a proposta do autor em favor de “associações civis cívicas”, cuja razão de ser consistiria precisamente em construir uma sociedade civil de envergadura internacional: elas não teriam como missão responder a uma ou outra necessidade particular, mas “a de estabelecer condições de emergência, de desenvolvimento e de êxito do engajamento associativo em geral” (Caillé, 2001: 203).

Acreditar na possibilidade dessas práticas associativas supõe contar com a capacidade do espírito associativo de “se transcender”, de ultrapassar não só as fronteiras geográficas, mas também, e muito mais, os interesses de um ou de outro grupo e, portanto, imaginar “regras de funcionamento substanciais de coexistência conflitual entre os particularismos mais diversos” (Caillé, *ibid.*). Essa hipótese não é mais completamente utópica. Vários acontecimentos recentes anunciam a emergência de uma sociedade civil no âmbito europeu (Dacheux, 2001), e constata-se o mesmo no âmbito internacional: por exemplo, as conferências sobre a economia social e solidária, que se deram desde a que houve em Ostende, em 1997, a organização, regularmente, de reuniões anticúpula às do G8 ou da Organização Mundial do Comércio e, ainda, o nascimento da Aliança por um Mundo Responsável e Solidário, em que foi construído um pólo de socioeconomia da solidariedade, comprovam essa idéia (Favreau e Tremblay, 2001). Cada uma dessas iniciativas tenta conciliar, no momento, de maneira, ora mais, ora menos, bem-sucedida, as aspirações e as reivindicações de uma série de grupos, entre eles, grupos e organizações feministas.

Por isso, seria ingênuo acreditar, como o faz grande número de pensadores da tradição liberal, na capacidade espontânea das pessoas de organizar um pluralismo eficaz e representativo de todos os grupos sociais (Kymlicka, 1999). O acesso ao

espaço público, sabemos, é profundamente desigual, e essa forma de desigualdade se soma a outras: com muita freqüência, os pobres e as mulheres figuram entre os mais desfavorecidos. Se admitirmos que a liberdade de expressão é tão necessária quanto a liberdade econômica, se admitirmos também que a liberdade de expressão não se resume ao exercício de uma democracia representativa, mas supõe exercer uma democracia *participativa*, capaz de contribuir para o desenvolvimento da deliberação, da formulação e da expressão das necessidades, concluiremos que a responsabilidade de corrigir essas desigualdades, de modo a possibilitar que o público tenha voz, é dos Estados. Provavelmente, a importância do Estado jamais foi tão essencial, mas um Estado sob outras formas. O futuro da economia solidária depende precisamente de seu reconhecimento pelos Estados e pelas organizações internacionais. Cabe aos atores da economia solidária perseguir suas ações, suas reivindicações assim como seus esforços de unidade, mas é atribuição das autoridades públicas apoiar sem demora esses esforços, sem delas esperar resultados concretos, o que supõe reconhecer que as próprias autoridades têm necessidade dessa força de contestação para serem, ao mesmo tempo, mais justas e mais eficazes.

Bibliografia

AFFICHARD, J. et FOUCAULT, J.-B. de (coord.). *Pluralisme et équité. La justice sociale dans les démocraties*. Paris, Esprit, 1995.

ARCHAMBAULT, É. *Le secteur sans but lucratif. Associations et fondations en France*. Paris, Economica, 1996.

BOUCHARD, M.; BOURQUE, G.; LEVESQUE, B. L'évaluation de l'économie sociale dans la perspective de nouvelles formes de régulation socio-économique de l'intérêt général. *Cahiers du CRISES*, n. 0013, 2000.

CAILLE, A. La société civile mondiale qui vient. In: LAVILLE, J.-L. et alii, *Association, démocratie et société civile*. Paris, La Découverte, p.183-208, 2001.

CONSEIL D'ANALYSE ECONOMIQUE. *Plein emploi*. Rapport de Jean Pisani-Ferry. Paris, La Documentation française, 2000.

———. *Emplois de proximité*. Rapport de Gilbert Cette. Paris, La Documentation française, 1999a.

———. *Égalité entre femmes et hommes: aspects économiques*. Rapport de Béatrice Majnoni d'Intignano. Paris, La Documentation française, 1999b.

COMMISSARIAT GENERAL DU PLAN. *Réduction du temps de travail: les enseignements de l'observation*. Relatório da Comissão presidida por Henri Rouilleaut. Paris, La Documentation française, 2001.

DACHEUX, E. Les associations dans l'espace public européen. In: Laville, J.-L. et alii. , *Association, démocratie et société civile*. Paris, La Découverte, p. 165-182, 2001.

DEFALVARD, H.; GUIENNE V. (coord.). *Le partage du travail. Bilan et perspectives*. Paris, Desclée de Brouwer, 1998. (Col. Sociologie économique).

DEFOURNY, J.; DEVELTERE, P.; FONTENEAU B. (eds). *L'économie sociale au Nord et au Sud*. Bruxelas, De Boeck, 1999.

DEMOUSTIER, D. *L'économie sociale et solidaire. S'associer pour entreprendre autrement*. Paris, Syros, 2001. (Col. Alternatives économiques).

ELSTER, J. *Le laboureur et ses enfants. Deux essais sur les limites de la rationalité* [States that Are Essentially By-products. Imperfect Rationality, Ulyse and the Sirens, 1983]. [trad. A. Gerschanfeld]. Paris, de Minuit, 1986.

EME, B.; LAVILLE, J.-L. (coord.). *Cohésion sociale et emploi*. Paris, Desclée de Brouwer, 1994. (Col. Sociologie économique).

ENJOLRAS, B. *L'économie solidaire et le marché*. Paris, L'Harmattan, 2002.

EPHESIA (obra coletiva). *La place des femmes. Les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales*. Paris, La Découverte, 1995. p. 740.

EVERS, A. Les dimensions sociopolitiques du tiers secteur. *Sociologie du travail*, n. 4, vol. 42, oct-dic 2000, p. 567-585.

FAVREAU, L. Économie sociale et mondialisation: une perspective globale. In: DEFOURNY, J.; DEVELTERE, P.; FONTENEAU B. (eds). *L'économie sociale au Nord et au Sud*. Bruxelas, De Boeck, 1999. p. 241-256.

———. *L'économie sociale mise en perspective: renouvellement au Nord et émergence au Sud*. Cahiers du CRISES, n. 9707, 1997.

FAVREAU, L.; TREMBLAY, D. Conjoncture internationale, société civile, économie sociale et solidaire dans une perspective Nord/Sud. *Cahiers du CRISES*, n. 0114, 2001.

FAYET-SCRIBE, S. *Associations féminines et catholicisme. XIX^e-XX^e siècle*. Paris, Ouvrières, 1990.

FOLBRE, N. *De la différence des sexes en économie politique* (coletânea de textos). [Trad. E. Ochs]. Paris, Des femmes, 1997.

GUERIN, I. *Pratiques monétaires et financières des femmes en situation de précarité*. [Tese de doutorado em Ciências Econômicas, Universidade Lumière Lyon 2], 2000.

HABERMAS, J. *L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise* [Strukturwandel der Öffentlichkeit, 1962]. [Trad. M. B. de Launay]. Paris, Payot, 1992.

———. *Théorie de l'agir communicationnel*. [Trad. J.-M. Ferry et J.-L. Schlegel] Paris, Fayard, 1987.

HIRSCHMAN, A. O. *Défection et prise de parole. Théories et applications* [Exit, voice and loyalty. Responses to Decline in Firms, Organizations and States, 1970]. [Trad. Cl. Besseyrias] Paris, Fayard, 1995.

———. *Vers une économie politique élargie* (coletânea de textos). [Trad. A. O. Hirschman e I. Chopin]. Paris, de Minuit, 1986. (Col. Le sens commun).

KYMLICKA, W. *Les théories de la justice. Une introduction* [Contemporary Political Philosophy. An Introduction, 1992]. [Trad. M. Saint Upéry] Paris, La Découverte, 1999.

LAVILLE, J.-L. *Une troisième voie pour le travail*. Paris, Desclée de Brouwer, 1999. (Col. Sociologie économique).

———. (coord.). *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris, Desclée de Brouwer, 1994. (Col. Sociologie économique).

LEVESQUE, B. Démocratisation de l'économie et économie sociale: un scénario radical pour de nouveaux partages. *Cahiers du CRISES*, n. 9705, 1997.

LEVESQUE, B.; BOURQUE, G.; FORGUES, E. *La nouvelle sociologie économique, originalité et diversité des approches*. Paris, Desclée de Brouwer, 2001. (Col. Sociologie économique).

MARUANI, M. (coord.). *Les nouvelles frontières de l'inégalité. Hommes et femmes sur le marché du travail*. Paris, La Découverte, 1998. (Col. Recherches).

MAUSS, M. *Sociologie et anthropologie*. [Préface de Georges Gurvitch, introduction de Claude Lévi-Strauss]. Paris, PUF, [1. ed. 1950], 1993.

MEDA, D. *Le temps des femmes. Pour un nouveau partage des rôles*. Paris, Flammarion, 2001.

———. *Le travail. Une valeur en voie de disparition*. Paris, Aubier, 1995.

MILL, J.S. *L'asservissement des femmes* [*Subordination of Women*, 1869]. [Trad. e préface de M.-F. Cachin] Paris, Petite Bibliothèque Payot, 1975.

MINISTÈRE DE L'EMPLOI ET DE LA SOLIDARITÉ. *Rapport de l'Observatoire national de la pauvreté et de l'exclusion sociale*. Paris, La Documentation française, 2002.

———. *L'aide à domicile et les employés de maison*. Paris, La Documentation française, 1999. (Col. Prospective, formation, emploi).

RAWLS, J. *Théorie de la justice* [*A Theory of Justice*, 1971]. [Trad. C. Audart] Paris, du Seuil, 1987.

ROUSTANG, G.; LAVILLE, J.-L.; EME, B.; MOTHE, D.; PERRET, B. *Vers un nouveau contrat social*. Paris, Desclée de Brouwer, 1996. (Col. Sociologie économique).

SEN, A.K. *Éthique et économie* [*On Ethics and Economics*, 1987] [Trad. S. Marnat] Paris, PUF, 1993. (Col. Philosophie morale).

———. *L'économie est une science morale* [Textos escolhidos e trad. por M. Saint Upéry] Paris, La Découverte, 1999. (Col. Cahiers libres).

———. *Repenser l'inégalité* [*Inequality reexamined*, 1992]. [Trad. P. Chelma] Paris, du Seuil, 2000.

———. *Un nouveau modèle économique. Développement, justice, liberté* [*Development as Freedom*, 1999] [Trad. M. Bessières] Paris, Odile Jacob, 2000.

SERVET, J.-M.; GUERIN, I. (coords.). *Rapport du Centre Walras 2002. Exclusion et liens financiers*. Paris, Economica, 2002.

SILVERA, R. *Articuler vie familiale et vie professionnelle en Europe. Un enjeu pour l'égalité*. Paris, La Documentation française, 2002. (Col. Droits des femmes).

STEINER, Ph. *La sociologie économique*. Paris, La Découverte, 1999. (Col. Repères).

SWEDBERG, R. *Une histoire de la sociologie économique* [1987]. Paris, Desclée de Brouwer, 1994. (Col. Sociologie économique).

ZELIZER, V. A. La construction des circuits de commerce: note sur l'importance des circuits personnels et impersonnels. In: SERVET, J.-M. et , I. (coords.). *Rapport du Centre Walras 2002. Exclusion et liens financiers*. Paris, Economica, 2002. p. 425-430.

———. *The social meaning of money*. New York, Basic Books, 1994.

A construção da cidadania fragilizada da mulher¹

VERA SOARES²

O conceito de *cidadania* é aqui tratado considerando as relações entre os indivíduos, a coletividade e o Estado, no contexto da construção da sociedade salarial, conforme os termos de Castel (1998), e, portanto, dos direitos construídos. Situando a cidadania como um estado em que os indivíduos se sentem e se percebem como pertencentes à vida pública, como uma orientação de princípios e, principalmente, como produtora do espaço da convivência civil³, esta discussão, que teve interesse no período pós-Segunda Guerra e ainda hoje é relevante para a realidade brasileira, traz consigo as reflexões sobre as relações entre a sociedade civil e o Estado.

Pierre Rosanvallon (1995:50) afirma, por exemplo, que a história moderna da seguridade social é inseparável do laço cívico provocado pelas duas grandes guerras do século XX e que os períodos de crises e de guerras geram reformulações mais ou menos explícitas do contrato social:

"O espírito de fraternidade e de aproximação das classes, que marca o fim da [Segunda] Guerra, aparece como justificativa para a instituição de um sistema de seguridade social".

As relações entre os indivíduos, a coletividade e o Estado possibilitam a construção do conceito de cidadania, que, como instrumento analítico, contribui para a reflexão de Castel (1998) sobre os direitos no contexto da construção da sociedade assalariada.

Ao propor essa discussão, procuro indícios que permitam a reflexão sobre uma questão teórica: como, numa sociedade democrática e na configuração atual do trabalho, as novas demandas, individuais e coletivas, de grupos organizados que vêm

1 Este texto faz parte de "Notas sobre a introdução da dimensão da divisão sexual do trabalho nos estudos sobre o trabalho", que foram preparadas para a disciplina Economia Social e do Trabalho, do curso de pós-graduação do Instituto de Economia da Unicamp, 1.º semestre de 2003.

2 Vera Soares é mestre em Educação, militante feminista, fundadora e integrante do Conselho da Agenda Ações Gênero, Cidadania e Desenvolvimento e integrante do Conselho Científico do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da Universidade de São Paulo.

3 Hannah Arendt (1983) faz uma discussão muito interessante sobre a construção do espaço público e cidadania.

expressando a pluralidade da sociedade civil são transformadas em projetos de regulação social? E, também, como podem contribuir para a transformação dessas regulações? Alerta, além disso, que os direitos não são iguais para todas as pessoas.

O conceito de cidadania permite pensar a relação entre a sociedade civil e o Estado e a necessidade social que gera a afirmação dos direitos. A forma pela qual vêm sendo geradas as demandas pelos direitos individuais e o que elas produzem como movimento social são outros pontos da análise que não serão discutidos aqui. A cidadania pode ser interpretada como uma nova forma de regulação social, mais especificamente de convivência civil.

A cidadania é um dos eixos de ação e reflexão do movimento feminista e, ao mesmo tempo, uma das preocupações democráticas do fim do século, nos níveis nacional e global. Constitui um pólo importante para articular a longa luta das mulheres pela igualdade, contribuindo com novos conteúdos democráticos. É também um eixo significativo para gerar alianças entre os diversos grupos sociais tendentes a ampliar os limites das cidadanias restringidas em razão das múltiplas discriminações.

Os direitos de cidadania tomaram a cena política a partir do século XVIII, tendo como marcos a Revolução Francesa e a conjuntura histórica que iniciou o que os historiadores denominaram *modernidade*. A liberdade do homem se afirma quando ele se coloca como cidadão, e é a República que garante seus direitos individuais.

A análise histórica sobre os direitos de cidadania é marcada por T. H. Marshall (1967), cujo estudo se tornou um clássico da sociologia, especialmente para os pesquisadores interessados nesse tema⁴. A perspectiva histórica do autor o leva a destacar três períodos como correlatos a três tipos de direitos de cidadania. Marshall assenta sua discussão sobre o problema da igualdade social, o que, conseqüentemente, o faz examinar a relação entre cidadania e desigualdade social, considerando que a tendência à igualdade social seria a mais recente fase de uma evolução da cidadania. Por isso procura mostrar o desenvolvimento desse conceito.

O debate contemporâneo em torno dos direitos pressupõe um vínculo social que não negligencie as demandas individuais, por ser a dimensão individual a que produz novos grupos sociais, organizados a partir de seus interesses, muitas vezes suscitando a necessidade social de afirmação de novos direitos. É evidente a expressão dos grupos considerados "minoritários" como coerentemente sintonizados com os reclamos individuais, e o surgimento desses grupos exige mudanças no cenário político mais amplo. No caso das mulheres, por exemplo, é importante notar que as diferenças de gênero extrapolam a busca de seu reconhecimento como pessoas individuais e que sua luta pelo reconhecimento público configura a existência de um grupo de indivíduos, donde se impõe a superação da dicotomia individualismo-organização social.

A literatura feminista sugere abandonar o ciclo virtuoso da cronologia da formação dos direitos – civis, políticos, sociais – para evidenciar a possível e difícil

4 A referência ao estudo de Marshall, *Cidadania, classe social e status*, é na verdade devida, em grande parte, ao terceiro capítulo do livro ("Cidadania e classe social"), no qual o autor expõe seu conceito de cidadania.

congruência e a resolução das tensões entre esses direitos⁵. Essa literatura põe ênfase em como as formas simbólicas de gênero determinam ainda um enclausuramento das mulheres na esfera privada. A cidadania fragilizada e as tensões da cidadania social das mulheres são de difícil resolução, porque as separações entre o público e o privado, a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero têm forjado uma divisão de papéis e uma simbologia cultural que restringem a atuação das mulheres à unidade familiar, naturalizando aí sua atuação. Com essa manutenção oferece-se ainda a elas, e só a elas, um modelo de cidadania social, de cidadania no mundo do trabalho e no mundo da política cujas referências não lhes permitem ainda uma relativa autonomia em relação à família.

A crítica à reflexão de T. H. Marshall (1967) é devida à sua visão de que a cidadania é um pacote de direitos iguais para todos. O caso das mulheres e de outros grupos, como os imigrantes na Europa e os negros no Brasil, desmente essa perspectiva simplista e torna ainda mais evidente a articulação entre a questão de estar incluído ou excluído e a da qualidade e especificidade desses direitos.

As preocupações de Marshall têm sido, sem dúvida, um marco importante por caracterizarem a diversidade dos direitos – civis, políticos e sociais – que explicitam a cidadania e por apresentarem um percurso seqüenciado de sua emergência. Mas esse modelo parece ter esgotado sua capacidade explicativa. Assim, a própria enunciação de cidadania sugere contornos mais amplos. Se os ideais da cidadania são igualdade na participação, igualdade diante da lei e igualdade de oportunidades, e se a cidadania é um contrato social que inclui direitos e obrigações associados ao pertencimento a uma unidade social (Dahrendorf, 1989), podemos com razão optar pela temática da *difusão da cidadania*, como aponta Cappelin (1996):

"[...] difusão em seus diferentes sentidos. Difusão na medida em que podemos problematizar até que ponto as diferentes práticas exercidas e os diferentes papéis desempenhados pelas mulheres se tornam prerrogativas para o acesso à cidadania. Difusão também no sentido de perceber se a cidadania não é impedida ou bloqueada pelas barreiras socioculturais reproduzidas pelas relações assimétricas de poder entre os sexos".

É necessário articular o prisma das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho com a construção da cidadania, para evidenciar algumas das mais importantes ambigüidades e impasses da formação teórica da cidadania na sociedade contemporânea, principalmente quando se trata da análise do mundo do trabalho.

Podemos percorrer o caminho da ampliação da cidadania entendida como distribuição de direitos junto à população. Ademais, refletir sobre a relação cidadania–mulheres ajuda a perceber que hoje a questão ganhou maior densidade. Não é só apontar quem está incluído ou quem está de fora ou, ainda, quem é ou não é detentor de cidadania, mas pensar a qualidade, a quantidade e a especificidade dos direitos disponíveis à população e pensar em novas formas do contrato social aí definido.

⁵ Vale lembrar, por exemplo, que o direito das mulheres ao voto foi obtido na França na década de 1930, na Inglaterra na de 1940 e na Suíça na de 1970.

A cidadania implica um conjunto de benefícios que possibilitam a admissão das pessoas num sistema político. Fala-se de direitos enquanto tutelas e garantias que os indivíduos gozam por via pública sob diferentes títulos, com diferentes conteúdos. Reconstruir a gênese e o desenvolvimento da cidadania ajuda a abandonar a afirmação simplista de que os cidadãos usufruem todos dos mesmos direitos. Deve-se também abandonar a idéia de que há uma distribuição hegemônica dos direitos. A cidadania se transforma num processo lento. E, mais ainda, possibilita caracterizar como as fronteiras entre quem está fora e quem está dentro são continuamente renovadas e reconstruídas. Por exemplo, os fenômenos de marginalização que formam os "novos pobres de direitos", as "novas exclusões" que sofre atualmente o grande contingente de mulheres e homens desempregados, que se soma àqueles que estavam parcialmente ou imperfeitamente incluídos nos velhos direitos.

Ser cidadão significa que o indivíduo usufrui um conjunto de prerrogativas. Por exemplo: tem atendimento hospitalar gratuito quando está doente, sem perder o emprego; a mulher, quando dá à luz pode se afastar sem perda do emprego e do salário, tendo garantida a sua volta. Nesse conjunto de prerrogativas, os direitos são tutelas e garantias que, por caminho público, estão ao alcance das pessoas incluídas numa jurisdição de um certo tipo de sistema político. A cidadania é transformada por uma abordagem que fica vinculada ao bem-estar material e espiritual cotidiano; permite reclassificar os regimes democráticos pela qualidade de vida coletiva que estes conseguem oferecer às pessoas. Há que se perguntar se os direitos dos cidadãos são instrumentos eficazes para que as pessoas simples não se confrontem com a arbitrariedade da sorte e do poder dos dominantes.

O sistema do Estado de Bem-estar Social e o conseqüente desenvolvimento dos direitos sociais constituem, sem dúvida, uma realidade mais complexa para se avaliar sobre qual base se reformulam a cidadania e, em particular, as assimetrias de gênero. Se construíram-se sobre a base de um modelo de trabalhador com total disponibilidade para o trabalho remunerado, porque delegava a maior parte do trabalho reprodutivo para as mulheres. Desse modo, ao entrarem no mercado de trabalho, as mulheres enfrentam uma estrutura masculina que dificulta compatibilizar o trabalho remunerado com a vida pessoal e comunitária. Assim, as relações de trabalho tradicionais e os direitos que as garantem não permitem compatibilizar, em condições aceitáveis, o trabalho produtivo com o reprodutivo e com o cuidado.

A análise da construção desses direitos é rica, pois, mesmo nos países europeus, a desigualdade de gênero se mantém expressiva em relação aos direitos de cidadania social. Sua origem e seu modo de construção se distanciam das desigualdades de classe, que foram promotoras dos direitos sociais, mas se articulam com ela. Foram essas desigualdades que deram origem, desenvolvimento e teorização desses direitos. Devem, assim, ser lembradas: as desigualdades entre quem trabalha e quem não trabalha, entre quem trabalha regularmente e os instáveis; as assimetrias de poder e dependência econômica entre as gerações e os sexos nos núcleos familia-

res; e as alterações produzidas ao se deixar de fora da esfera dos direitos adquiridos – pelo vínculo de trabalho interrompido – a satisfação de algumas necessidades básicas, sobretudo aquela de assistência e atendimento à criança, aos doentes e aos idosos. Com efeito, deve-se refletir, os direitos sociais formulados pelo sistema do Estado de Bem-estar Social e que se expandiram para as sociedades ocidentais, *são direitos originados pelo e no trabalho*: de um lado, porque estão ligados a um estatuto de trabalho remunerado passado ou presente ou até futuro (como no caso da renda paga aos jovens à espera de trabalho que se verifica na Escandinávia); de outro, porque, quando são desvinculados das relações de trabalho, esses direitos permanecem com um caráter mais marginal e de instabilidade. Atualmente essa discussão tem enorme importância, em vista das transformações no mundo do trabalho, da flexibilização das relações de trabalho, e, como consequência, dos direitos, e do número crescente de pessoas trabalhando no que se denomina economia informal, e nos permite repensar esse contrato social.

O vínculo do sistema de previdência social com o estatuto do trabalhador tem consequências importantes na emergência de novas disparidades entre os indivíduos, reforçando muitas vezes as assimetrias de gênero, pois repetem as disparidades do mundo do trabalho. Nesse caso, não estamos visualizando os fenômenos de marginalidade ou simplesmente de acesso parcial das mulheres aos direitos, mas o modo como estes são definidos e garantidos – apoiando-se sobre a família, os vínculos de parentesco, as experiências de vida familiar –, e expressam uma imagem própria das relações entre homens e mulheres nas diferentes participações sociais, como no trabalho e na política.

Diferentes estudos e pesquisas nessa área têm ressaltado que as diferenças entre mulheres e homens⁶, no que diz respeito aos direitos sociais, referem-se à redistribuição de tipo monetário. Esta se espelha no percurso individual de trabalho de cada indivíduo, na divisão de trabalho e de responsabilidades específica entre os sexos. O direito social das mulheres e as medidas redistributivas, de renda, por exemplo, estão vinculados a uma dupla modalidade de acesso – a posição ocupacional delas e a dos maridos. Mais ainda, esse vínculo familiar referente à renda pode originar uma sucessiva diferenciação interna entre as mulheres: as viúvas, as separadas, as divorciadas, as mães solteiras. A cidadania social se limita a integrar a renda adequada em diferentes fases da vida e em diferentes circunstâncias – velhice, doença, desemprego, impossibilidade de trabalhar etc –, articulando o critério ocupacional com o critério privado de pertencer a ou de depender de um núcleo familiar. Nesse contexto específico, reintroduz-se a ambivalência da diferença de gênero, na medida em que se confirma a prioridade da responsabilidade doméstica/familiar feminina em detrimento da masculina. Os serviços sociais que têm como referência a infância e a escolarização continuam sempre a reforçar a experiência social feminina. Esses serviços são realizados pelas mulheres e muitas vezes definidos

⁶ Ver os trabalhos de Paola Cappellin (1996) além dos de Helena Hirata (1998 e 2002).

e formulados como serviços de apoio exclusivos delas e sempre pouco valorizados. Nesses termos, a relação entre estrutura de gênero e cidadania social, em vez de desaparecer, vem paulatinamente se reiterando como uma questão sempre mais importante. Nas palavras de Maruani (2002):

"as modalidades das diferenciações estão em perpétua mutação, as fronteiras se deslocam mais do que se apagam".

Estudos sobre diversas configurações do Estado de Bem-estar Social esclarecem que das disponibilidades e possibilidades das mulheres depende a execução das atividades de assistência e cuidados familiares. Mas essa responsabilidade não se adapta aos novos processos em curso: a redução da fecundidade, já que, com efeito, as filhas e noras disponíveis estão diminuindo em número; o aumento da participação das mulheres-mães no mercado de trabalho, que reduz o tempo familiar e o tempo comunitário de que elas dispõem; a cultura da cidadania difusa, que reestrutura as necessidades individuais e possibilita uma crítica das tradicionais modalidades de satisfação (Cappellin, 1996).

Os novos comportamentos femininos – sobretudo no mundo do trabalho – são promotores de conflitos, porque estão sendo interpretados como projetos que buscam alocar imprópriamente à coletividade responsabilidades que deveriam permanecer próprias das mulheres. Assim, respondendo a uma forte retomada da centralidade da família, várias questões emergem: como fomentar a solidariedade e, conseqüentemente, a interdependência sem enveredar por uma rígida divisão do trabalho e das responsabilidades, sem deixar emergir uma simples boa vontade dos indivíduos e dos grupos? Como garantir a autonomia individual sem recorrer ao mito do indivíduo totalmente livre, desvinculado da responsabilidade em relação aos outros nas suas escolhas, sem abandonar ou perder como referências, no discurso público, em nível simbólico, os vínculos e as interdependências pessoais que finalmente sustentam o indivíduo e sua autonomia? Como realizar essa expressão da individualidade deixando de lado a exclusividade da força de representação do código de família, até hoje tão marcado por estruturas materiais e simbólicas de gênero?

A configuração dos direitos da cidadania está sendo desafiada exatamente porque deveria estar em condições de encaminhar uma nova ordem social. Essa nova ordem social deve, por um lado, dar conta do amadurecimento dos projetos da subjetividade feminina, que têm abandonado a centralidade da família e reduzido a disponibilidade das mulheres para cumprir exclusivamente as "atividades privadas". Algumas autoras lembram, como indicadores dessas mudanças, a redução da fecundidade, o aumento da participação no mercado de trabalho e a cultura de cidadania, que fomenta a crítica das tradicionais modalidades de satisfação. Afinal, é justamente a construção social de gênero, como estrutura simbólica e também de expectativas sociais e individuais, que torna precária a cidadania das mulheres: a dupla função que elas exercem é fonte parcial do estatuto de cidadania. Por outro

lado, essa nova ordem social deve saber conjugar essas transformações em propostas de solidariedade coletiva.

Essa reflexão leva a concluir que a *cidadania fragilizada* das mulheres é fruto de um duplo contexto: de um lado, estão as menores dotações sociais que elas acumulam ao longo de sua experiência e, de outro, o fato de que as regras e as organizações não pressupõem suportes para que se realizem os direitos. Assim, deve ser evidenciada a construção do sistema político como caminho público responsável por oferecer aos indivíduos a condição de fruir da tutela e das garantias.

Para todas as cidadanias fragilizadas ou parciais, como é o caso das femininas, os processos de construção da cidadania têm andado de mãos dadas com os de conquista da autonomia. Porque a falta de autonomia das mulheres na época moderna tem andado de mãos dadas com a limitação de seus direitos cidadãos. A luta para alcançar a cidadania é uma luta pela autonomia, diante das restrições e barreiras impostas ou assumidas.

Os direitos são, assim, também produtos sociais, na medida em que as instituições oportunizam um acesso a eles e em que há regras que delimitam o seu uso e possibilitam a tutela por parte da população. O que está em jogo é a capacidade do sistema democrático de elaborar estratégias de inclusão que possam expressar a abertura de oportunidades para os indivíduos e garantir a autonomia. Em outras palavras, graças à ótica das relações sociais de gênero, mostra-se como fica superficial a análise da cidadania sem falar de cultura, de atores, sem olhar para as mudanças das relações sociais.

As regras que permitem o acesso à cidadania e ao seu exercício pelas mulheres, e os critérios e recursos mínimos para esse acesso e esse exercício são os elos teóricos que deveriam ser recuperados. Introduzir gênero é poder falar de uma cidadania fragilizada, na medida em que se reconhece que as dotações sociais não estão distribuídas ou que as exigências institucionais às mulheres são muito altas para possibilitar-lhes a participação na tomada de decisões. Com esse raciocínio se desmascara o sentido unilateral dado até então ao jogo de discriminações-barreiras-exercício da cidadania.

Se o caso das mulheres ensina muito para definir a cidadania, também esse conceito aporta novos elementos aos estudos de gênero. Por que as mulheres chegaram tardiamente ao voto?⁷ Por que são sub-representadas nas posições de mando e de valor político? Se a guetização das mulheres na família é sem dúvida a principal responsável pela cidadania tardia, frágil e difícil, e se foi a negação da mulher como indivíduo que fundou culturalmente sua exclusão da coisa pública, então é importante não reproduzir a identidade feminina vinculando-a somente à vocação materna.

É preciso, ao fazer essa passagem crítica do essencialismo da feminilidade, resgatar um pouco a história da marginalização das mulheres. Durante muito tempo

⁷ Alguns dados para lembrar como as mulheres chegaram atrasadas ao sufrágio universal no mundo: Austrália, 1902; Finlândia, 1906; Islândia, 1915; extinta União Soviética, 1917; Luxemburgo, 1918; Hungria, 1919; Canadá e Dinamarca, 1920; Iugoslávia, 1945; Itália, 1948.

elas ficaram em posição de dependência em relação aos pais e aos maridos. O Código Napoleônico de 1804, apesar de sua carga universalista e emancipadora, limitou a capacidade de agir das mulheres. Com relação à nacionalidade, à escolha do domicílio, ao *pátrio poder* sobre os/as filhos/as, aos impostos, às aposentadorias, aos direitos e deveres de uma mulher casada, todos esses direitos ficaram subordinados ao estatuto atribuído de esposa. Na Inglaterra, até 1988 a esposa era considerada, na normativa fiscal, um bem do marido. Esses casos de atraso dos direitos civis e políticos têm uma conexão entre si. Com efeito, o universalismo liberal produz uma manipulação cultural: a marginalização não se origina das hierarquias sociais ou políticas vinculadas ao mérito ou ao empenho pessoal, mas esses atrasos são, além de supostos, induzidos. Esses são os dispositivos culturais de exclusão (Cappellin, 1996).

O trabalho induz à cidadania, aos direitos de cidadania que oferecem um *status* de trabalho diferenciado em termos de renda, estabilidade, segurança do local de trabalho, controle sobre a qualidade e a quantidade das responsabilidades no trabalho. Cada cidadania de trabalho produz oportunidades de cidadania social, no sentido dado por Castel (1998). O fato de que as mulheres substituem ou complementam muitas necessidades coletivas que não são oferecidas pelo Estado de Bem-estar Social – o cuidado com as crianças e os idosos dependentes – reverte-se para o trabalho feminino como uma condicionante de sua fragilidade. Mais ainda, a posição da mulher no trabalho se conecta com essa “suposição” do seu lugar natural, produzindo efeitos negativos para a sua cidadania política. A concentração das mulheres em trabalhos precários, de baixa qualificação, em que fazer política não constitui uma vantagem em termos de relações públicas e de *status* – como pode ser para as profissões liberais ou de alto *status* –, reverte-se efetivamente em *handicap* para a atividade política. A cidadania das mulheres denuncia, assim, os limites de seu próprio modelo. Às mulheres é designada uma função de cuidado da família e só depois lhes são oferecidas possibilidades no mercado de trabalho e na política, sob duas perspectivas:

:: podem ingressar “paritariamente” no mercado de trabalho e na política, espaços estes organizados sob medida para os homens, isto é, para indivíduos “liberados” das tarefas domésticas, como os cidadãos de Atenas, que estavam liberados das atividades não-dignas. Nesse contexto, as mulheres podem “escolher” a assimilação, que simula a igualdade, ou

:: podem ingressar protegidas no mercado de trabalho, usufruindo algumas tutelas que lhes permitem manter o desempenho “das predominantes funções familiares”. Mas esse acesso às atividades produtivas é, enfim, trocado pela ocupação nos guetos, com salários sempre menores.

É evidente, em todas as diferentes teorias feministas, uma crítica à pretensa universalidade do pensamento político e da construção cidadã. Essa universalidade tornou invisíveis as mulheres e todos os demais setores excluídos do modelo hegemônico (masculino, branco e trabalhador). Muitas das concepções cidadãs que

prevalecem, embora tendam a reconhecer a diversidade, não assumem a dimensão de desigualdade que essa diversidade conteve e atualmente ainda contém. Essa desigualdade foi intrínseca ao desenvolvimento das cidadanias modernas, pois seu surgimento ocorreu em condições de profunda iniquidade, ao tratar os diferentes como desiguais, fora da regra, excluídos.

Uma questão que permite apontar como a relação cidadania e gênero pode ser uma relação positiva, gerando novos temas apesar de complexa: o que o caso das mulheres ensina à teoria da cidadania? Para algumas autoras, reconhecer essa relação permite reconhecer o significado da emergência das formas de atraso e os impasses da difusão da cidadania.

Podemos, assim, listar brevemente alguns debates sobre a cidadania:

:: A cidadania, pensada como referência teórico-política, evidencia que o acesso aos direitos se realiza no tecido das relações sociais, além das econômicas, sem conseguir cancelar nem solucionar as assimetrias culturais preexistentes entre os sexos. A inclusão no sufrágio universal ou a entrada no mercado de trabalho não substituem nem abandonam, mas, ao contrário, absorvem, recuperam, reintroduzem as dimensões assimétricas culturais e simbólicas entre os sexos. Assim, a construção da cidadania deve ser vista como permeada, formada e informada pela simbologia de gênero, com suas referências no que diz respeito à divisão social entre os sexos e às características atribuídas a homens e mulheres na unidade familiar (Cappellin, 1996).

:: Refletir sobre a cidadania sugere uma análise da formulação das regras e dos mecanismos institucionais predispostos para além da declaração de princípios. Requer, desse modo, estender a análise incluindo também as modalidades de acesso aos direitos e o uso concreto destas por parte dos indivíduos no cotidiano. A cidadania, com esse conteúdo, pode ser concretamente avaliada pela capacidade de oferecer garantias de convivência social ou, melhor falando, pelas condições de oferecer um novo patamar de qualidade de vida aos cidadãos e cidadãs. Com esse enfoque é possível, e desejável, um aprofundamento em como são formuladas as regras da difusão da cidadania nas instituições. Só assim poderemos compreender até que ponto os direitos se transformam em ingresso à cidadania (Cappellin, 1996).

:: A cidadania é um eixo que concentra muitas tensões do pensamento político atual e das reflexões políticas feministas: as tensões entre a universalidade dos direitos e as diferenças e/ou desigualdades para alcançar essa universalidade, ou entre os direitos formais e os direitos substantivos, entre o princípio da igualdade e o direito à diferença. Também sugere indagar se, na tentativa de superar a cidadania restringida ou passiva, para alcançar a cidadania plena e ativa, os movimentos feministas não estão impondo como meta o modelo masculino de cidadania ou estão adotando uma proposta mais flexível e subversiva, capaz de incorporar as múltiplas dimensões e direitos das mulheres e outros setores excluídos (Vargas, 2000).

:: Cidadania significa encontrar um patamar de interação entre indivíduos e sociedade. Indivíduos que, numa sociedade contemporânea, transformaram suas

exigências e desenvolveram suas individualidades; sociedade que exige também uma co-responsabilidade social maior e a solidariedade coletiva.

Bibliografia

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983.

CAPPELIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos '90: contribuições para atualizar o referencial teórico. II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho, Águas de Lindóia, 1-5 de dezembro de 1996. (mimeo.).

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social; uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998.

DAHRENDORF, Ralf. *Homus sociologicus*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969.

———. *Reflexões sobre a liberdade e a igualdade*. Brasília, Editora da UnB, 1989.

HIRATA, Helena. "Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero". *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 4, n. 7, 1998.

———. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, ns. 17-18. Campinas, 2001.

———. *A nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, 2002.

———. Reorganização da produção e transformação do trabalho: uma nova divisão sexual? In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo, Editora 34, 2002.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MARUANI, Margaret e HIRATA Helena (orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade; homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2002.

ROSANVALLON, Pierre. *A crise do Estado-providência*. Brasília, UNB, 1997 [Título original: *La crise de l'État-providence*. Paris, du Seuil, 1981.]

VARGAS, Gina. "Una reflexión feminista de la ciudadanía". *Revista Estudos Feministas*, vol. 8, n. 2.

Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres



Desafios para as Políticas Públicas

Emprego e cidadania ativa para as mulheres

A experiência do projeto na cidade de São Paulo

TATAU GODINHO E MARILANE TEIXEIRA¹

Introdução

A forma como vem sendo conduzida a economia nesta última década levou a uma profunda desestruturação do mercado de trabalho. Convivemos, há mais de dez anos, com taxas de desemprego elevadíssimas e, para aqueles que obtêm trabalho, as condições são de extrema precariedade: emprego sem registro, terceirização, trabalho a domicílio entre outras formas de subcontratação.

Enquanto isso, os microempreendimentos crescem em nosso país. Calcula-se que existem 5 milhões de estabelecimentos no Brasil, sendo que 2,8 milhões não têm empregados formalmente registrados. Estima-se que atuam na informalidade mais de 10 milhões de microempreendimentos e cerca de 50 milhões de pessoas que trabalham, também de maneira informal, atuam nestes empreendimentos.

A crescente presença dos microempreendimentos está relacionada à incapacidade da economia de absorver toda a força de trabalho disponível para ingressar no mercado de trabalho e às novas formas do capitalismo de exploração da força de trabalho. A falta de perspectiva de um emprego formal, empurra homens e mulheres para a informalidade como única forma de sobrevivência.

O desemprego e a precariedade atingem homens e mulheres de forma diferenciada. No caso das mulheres, embora, se constate um crescimento da sua participação no mercado de trabalho nesta última década, a taxa de desemprego também cresceu. A taxa de desemprego das mulheres residentes na Região Metropolitana de São Paulo aumentou de 20,8% em 2001, para 22,3% em 2002 (conforme dados do Seade).

Outro aspecto importante se refere ao tipo de ocupação que mais gerou emprego entre as mulheres neste período: são as atividades de serviços, principalmen-

¹ Coordenadora Geral da Coordenadoria Especial da Mulher, da Prefeitura de São Paulo e Doutoranda do programa de Economia Social e do Trabalho pelo Instituto de Economia da Unicamp e da equipe de educadores da Escola Sindical São Paulo/CUT, respectivamente.

te serviços domésticos. Ou seja, o emprego cresce naquelas ocupações mais precarizadas e que exigem menos qualificação e que, em alguma medida, reproduzem ocupações tradicionalmente associadas ao universo feminino. Ainda sobre as mulheres, destaca-se o crescimento da participação das mulheres com mais de 40 anos que buscam trabalho. Da mesma forma, cresceu de forma considerável entre as mulheres o desemprego pelo desalento, chegando a 19,2%, enquanto que entre os homens este índice foi de 9,1% para o mesmo período. O desemprego pelo desalento significa que, depois de uma longa procura, as pessoas desistem de procurar emprego por não encontrarem ocupação.

A falta de perspectiva leva à busca de outras formas de inserção no mundo do trabalho e busca de alternativas de renda. Neste sentido, os dados da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do Município de São Paulo para o ano de 2003, através de seus programas sociais redistributivos, indicam que as mulheres são a maioria dos que acessam a estes programas desenvolvidos no âmbito da Secretaria. A participação das mulheres no Programa *Começar de Novo*, dirigido a pessoas acima de 40 anos, é de 66,4%, enquanto que entre os homens esta participação é de apenas 33,6%; no Programa *Renda Mínima* as mulheres representam 89,1%, enquanto entre os homens o percentual é de apenas 10,9% – este programa está dirigido para as famílias com filhos menores de 12 anos; enquanto no Programa *Bolsa Trabalho*, dirigido para os adolescentes entre 16 e 21 anos, as mulheres correspondem a 55,7%. As mulheres também representam a maioria dos créditos concedidos, a partir de 2001, pelo Programa *São Paulo Confia*: são 52,9%.

Estes dados só evidenciam que a situação de instabilidade econômica que gera desemprego e acentua a crise social atinge mais as mulheres. O desemprego elevado e a redução dos vínculos de trabalho formalizados podem ser traduzidos pela ampliação de diferentes formas de contratação da força de trabalho; cresce a informalização, a subcontratação, o trabalho a domicílio, precário, sem registro e com baixa remuneração. Avança também o número de homens neste tipo de contratação, restando às mulheres formas de inserção no mercado ainda mais precárias e tradicionais como o emprego doméstico. A outra alternativa é buscar formas de inserção no mundo do trabalho através de ações coletivas como a formação de pequenos empreendimentos de caráter solidário. A formação destes empreendimentos, no entanto, esbarra em um conjunto de dificuldades. A partir das experiências acompanhadas pelo Projeto Urb-Al na cidade de São Paulo, discutiremos alguns aspectos destas experiências.

Descrição do projeto

Iniciado em março de 2002, o projeto "*Emprego e Cidadania Ativa das Mulheres*" é um projeto de cooperação descentralizada entre municípios, patrocinado pela Comissão Européia, vinculado à rede Urb-Al, que envolveu cinco municípios da América Latina e Europa. Desenvolvido por 18 meses, buscou analisar experiências de trabalho e renda

dirigidos por mulheres com a perspectiva de oferecer subsídios à elaboração de políticas com uma visão de gênero na área do trabalho.

Os objetivos gerais do projeto definidos para o conjunto dos cinco municípios² eram: analisar, estudar e debater sobre trabalho e renda para as mulheres em uma perspectiva de políticas públicas municipais; contribuir para a discussão sobre as formas como os municípios podem interferir na criação de políticas de geração de renda e emprego para as mulheres; acompanhar grupos de mulheres que desenvolvem experiências de trabalho e renda discutindo os problemas, as dificuldades e estratégias políticas.

A partir desses objetivos gerais, buscou-se adequar as ações do projeto à realidade dos diversos municípios. No caso de São Paulo, foram definidos os seguintes pressupostos para a seleção dos grupos: as experiências a serem acompanhadas deveriam ser constituídas a partir da iniciativa das mulheres – lideradas ou protagonizadas por mulheres; com um funcionamento que buscasse decisões compartilhadas no coletivo e as tarefas distribuídas; em alguma medida, deveria estar presente o desejo de se constituírem enquanto cooperativas; e, finalmente, com o desenvolvimento de atividades que gerassem renda para o grupo e o caráter solidário dos empreendimentos. Apontávamos, inicialmente, ainda outra perspectiva: buscar grupos que não estivessem em atividades tradicionalmente femininas (como alimentação, costura ou serviços pessoais) ou, ainda, vinculados à perspectiva do trabalho com o lixo. O resultado demonstrou a dificuldade em encontrar experiências fora destes âmbitos e o quanto as possibilidades ainda se limitam a estas áreas.

Quando se iniciou o levantamento de experiências de empreendimentos alternativos de geração de trabalho e renda dirigidos ou protagonizados por mulheres, constatou-se que, embora no âmbito da Prefeitura as principais beneficiadas destes programas fossem as mulheres, não havia, na experiência das políticas do governo, empreendimentos com este perfil. Já no âmbito do município, mas fora da ação governamental, um levantamento inicial indicava que as experiências existentes dirigidas por mulheres, que mais se aproximavam do objetivo do projeto, eram bastante frágeis e recentemente constituídas. Nos deparamos com experiências mais significativas em municípios menores, da Grande São Paulo. Frente à debilidade dos grupos encontrados por nós na capital, também nos perguntamos sobre uma possível característica das alternativas de sobrevivência e renda em um município como São Paulo onde, talvez, a busca por alternativas através de pequenos empreendimentos coletivos não se apresente como uma primeira hipótese de saída frente ao desemprego, em contraposição à atividade individual de venda direta nas ruas que apresentaria um retorno mais imediato.

Um dos critérios propostos pelo projeto se referia ao acompanhamento de experiências que apresentassem êxito sob o ponto de vista econômico, o que não

2 Os cinco municípios envolvidos no projeto são: A cidade de São Paulo (Brasil), Rosário (Argentina), Montevideu (Uruguai), Vigo (Espanha) e a Região de Toscana (Itália).

correspondia à realidade destes grupos recentemente criados e com sérias dificuldades de se manterem funcionando. No entanto, se o conceito de êxito se amplia para uma visão mais ampla, que incorpora outras dimensões como a valorização do trabalho coletivo, a auto-estima, a conquista da cidadania, o trabalho compartilhado de forma solidária, então, as experiências existentes teriam, certamente, no que contribuir para a elaboração de políticas de trabalho e renda que incorporassem nos seus objetivos a construção da autonomia das mulheres.

Das cinco experiências selecionadas e acompanhadas pela Coordenadoria Especial da Mulher, nenhuma delas estava constituída como cooperativa e, todos os grupos, com exceção do Oriashé, contavam com no máximo três anos de existência.³

As experiências selecionadas

As cinco experiências selecionadas e acompanhadas pelo projeto foram:

Grupo "Oriashé": Este é o mais antigo dos grupos acompanhados pelo projeto. O grupo tem sua origem nos anos de 1980 e desenvolve um trabalho de valorização da cultura afro e, mais recentemente, parte do grupo se dedicou principalmente a um trabalho social. No ano de 2003, em uma parceria com a Coordenadoria Especial da Mulher do Município de São Paulo e a Cohab, o Grupo Oriashé abre um espaço na Cidade Tiradentes, bairro periférico na Zona Leste de São Paulo, com o objetivo desenvolver um trabalho com as mulheres da comunidade.

Grupo "Casa da Mulher de Campo Limpo": o grupo, através de uma doação, montou um pequeno negócio de produção de bolsas e sacolas e comercializa os produtos na própria região.

Grupo "Mulheres Solidárias": A proposta do grupo, que se constituiu em um espaço dentro de uma igreja da zona norte da cidade, é de desenvolver entre as mulheres da comunidade trabalhos de artesanato, bordado, crochê, costura, criando oportunidade para transformá-los em fontes de renda.

Grupo "Lajeado"⁴: Este grupo se desenvolveu no âmbito dos programas da Prefeitura, a partir do programa *Começar de Novo*, e trabalha com recolhimento e reciclagem de lixo. Além de buscar formas de geração de renda, o grupo faz um trabalho com a comunidade de conscientização sobre a importância da reciclagem do lixo para a preservação do meio ambiente.

Grupo "Salsa": Entre os grupos acompanhados, este é o único de fora do município de São Paulo. O grupo desenvolve um programa de reeducação alimentar através da produção e comercialização de alimentação saudável, tem como princípio o reaproveitamento dos alimentos. O grupo, também, desenvolve palestras e cursos em comunidades e escolas.

³ No desenvolvimento da experiência e acompanhamento dos grupos em São Paulo, destacamos e agradecemos o trabalho de Mari Emílio, William V. Nozak, Juliana Martinez Nacarato e Elaine Oliveira Teixeira.

⁴ Lajeado, o nome do bairro de origem, é grafado com "j". Na denominação do grupo foi mantida aqui a grafia utilizada pelo grupo.

O acompanhamento do trabalho destes grupos ao longo de 18 meses nos possibilitou identificar um conjunto de temas importantes para análise da construção de alternativas de trabalho e renda através de experiências coletivas. Aqui, é importante ressaltar que esta discussão apenas aponta algumas questões a partir da reflexão sobre os grupos acompanhados. Vários destes e de outros aspectos estão discutidos de forma aprofundada em outros textos deste Caderno.

Em primeiro lugar, os grupos são formados, em sua maioria, por mulheres com pouca ou nenhuma experiência de trabalho formal continuado. Isto expressa, em parte, a nova pressão de entrada das mulheres no mercado de trabalho e, por outro lado, a socialização tradicional fundada na divisão sexual do trabalho, onde a identidade das mulheres ancorada no trabalho doméstico e familiar, é matizada pela necessidade de renda que leva à constante busca de alternativas de pequenos trabalhos adaptáveis à dinâmica doméstica. Obviamente, tal vivência, não carrega a experiência da organização do trabalho coletivo, em grupo, com dinâmicas fixas e obrigatórias.

Por outro lado, a busca de trabalho está fortemente vinculada à expectativa de sociabilidade e interação comunitária, o que argumenta a favor do significado das atividades de vivência e formação cidadã como parte necessária do investimento em tais projetos. Para o público feminino, majoritariamente de mulheres acima de 30 ou 40 anos, este aspecto ganha o relevo de possibilitar a saída do círculo estritamente familiar e individual, e abrir horizontes de vida onde a busca da autonomia econômica ganha novos contornos.

Grosso modo, as decisões são tomadas coletivamente, ou seja, o que vai ser produzido, de que forma e como será comercializado são definidos por todo o grupo. O enfrentamento conjunto das dificuldades e a decisão sobre os recursos obtidos com a venda dos produtos são experiências que, sem dúvida, fortalecem a auto-estima, a experiência de vida comunitária e solidária entre estas mulheres e, por último, a oportunidade destas mulheres poderem vivenciar aspectos importantes do mundo do trabalho e construir alternativas de trabalho e renda.

Enfrentar a lógica do mercado e o apoio das políticas governamentais

As experiências demonstram que, para que os grupos possam se manter, se viabilizar a médio e longo prazo, é essencial o apoio através de políticas dirigidas que, por um lado, sejam facilitadoras de sua constituição como grupos e, por outro lado, o que é o maior desafio, se abram canais que permitam sua sobrevivência de médio prazo.

Aqui se destaca não apenas o emaranhado jurídico e legal para sua existência no mercado formal, e que é encarado como ainda mais complexo diante da convivência permanente com a informalidade. Todos os grupos relatam um impasse em relação à formalização jurídica, seja como microempreendimentos ou como coo-

perativas. Esta formalização jurídica implica não só o registro (na junta comercial e demais organismos) mas principalmente a manutenção da documentação, contabilidade etc. Embora já existam alterações importantes na legislação, como no Código Civil, que já permite a formação de cooperativas com menos de 21 membros, ainda são necessárias inúmeras mudanças.

A maior dificuldade, entretanto, está relacionada ao enfrentamento da lógica da economia dominante, tanto na comercialização, quanto na concentração de renda ou na situação da força de trabalho. A lógica do mercado é extremamente perversa, porque penaliza os mais frágeis e com menos experiência, além de impor uma lógica de produção e comercialização baseada em princípios do mercado e da competitividade, onde preços e parâmetros de produtividade são conformados a partir da grande produção e mesmo do mercado externo. Portanto, muito distante de qualquer espírito criativo, inovador e solidário de pequenos empreendimentos. A definição de preços pode ser encarada, por exemplo, apenas como a ponta de um grande problema: como garantir um preço adequado mas que, ao mesmo tempo, possibilite uma remuneração real para as participantes dos grupos?

A gestão do empreendimento envolve um conjunto de variáveis que precisam ser consideradas: os custos da matéria-prima, o tempo necessário para produzi-lo, luz, água, aluguel, o espaço físico, a manutenção das máquinas, as despesas com a comercialização, deslocamento, participação em feiras, eventos etc. Todos estes campos exigem um aprendizado novo e que demanda apoio externo ao grupo.

Além disso, é importante lembrar que a economia vem crescendo a um ritmo extremamente lento nos últimos anos. O número de desempregados em São Paulo chega a 2 milhões. Este desemprego tem endereço, pois se concentra na periferia e entre as famílias mais pobres. Desta forma, qualquer iniciativa inovadora de montar cooperativas como uma política mais ampla, seja de produção ou comercialização, com perspectiva de gerar renda a esta população, no fundamental, tem seu espaço de atuação circunscrito aos bairros e regiões onde o nível de desemprego é bastante elevado e o potencial de consumo é muito baixo, uma vez que a maior parte da população destas regiões vive numa condição de desempregado ou realizando atividades precárias. Isto torna ainda mais relevante a alteração na dinâmica das compras públicas, nos seus aspectos jurídicos e políticos, que podem abrir novas possibilidades para as pequenas iniciativas.

Vale ainda mencionar o problema do acesso ao crédito para empreendimentos de porte tão pequeno. Acessar crédito através dos bancos privados é proibitivo diante das taxas de juros exorbitantes. Os pequenos empreendimentos não dispõem de estrutura, muito menos de movimentação de capital, que justifique a busca por recursos na forma de empréstimo desta natureza. Daí a importância para sua viabilidade econômica, a ação do poder público nas diversas formas de apoio e recursos para além do crédito, viabilizando compras e acesso a feiras ou outras formas de comercialização. Mais uma vez, a informalidade aparece como empecilho:

o Grupo Salsa, por exemplo, menciona que muitas vezes recusa serviço porque não dispõe de nota fiscal; o Grupo das Mulheres de Campo Limpo argumenta que a falta de recursos tem dificultado o acesso às feiras.

O círculo perverso da divisão sexual do trabalho

Embora algumas das experiências acompanhadas pelo projeto apresentem um caráter inovador, a maioria se dedica a atividades tradicionais do chamado "universo feminino". Em grande medida, estas atividades correspondem a, e aproveitam, a própria experiência de trabalho que estas mulheres trazem do espaço doméstico, onde predominam a costura, o crochê, os bordados e cozinha, entre outros.

Aqui nos deparamos com uma dupla questão. Em primeiro lugar, o risco de reproduzirmos a lógica de permanência das mulheres no mesmo âmbito da aprendizagem tradicional, que repete, no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho. Em segundo lugar, a limitação de se incentivar uma dedicação a produtos ou serviços de valor de mercado muito limitado.

Por um lado, é necessário enfrentar o desafio de aproveitar a aprendizagem tradicional das mulheres, sem repetir todas as formas tradicionais de relações e de trabalho e agregar valor ao produto deste trabalho. Por outro lado, há que se abrir possibilidades de ruptura com os limites do horizonte de aprendizagem e experiência das mulheres no espaço familiar. Esta é uma tensão permanente na elaboração de propostas de políticas de trabalho e renda. Não se trata de uma decisão ou opção simples. Afinal, um elemento importante da viabilidade das experiências é o conhecimento anterior de que dispõem as participantes para o trabalho proposto. No entanto, simplesmente repetir tais horizontes arrisca manter intactas as possibilidades das mulheres se inserirem em atividades mais valorizadas comercialmente. Em qualquer caso, é necessário um forte investimento no sentido de agregar valor aos produtos ou serviços, possibilitando uma maior viabilidade comercial. Desenvolver um produto diferenciado exige o acesso a cursos e oficinas onde se possa aprender e desenvolver novas técnicas. Como estes espaços, no geral, são bastante elitizados e não acessíveis à grande maioria destas mulheres, o processo de aprendizado é desenvolvido a partir dos conhecimentos individuais que vão sendo repassados para o grupo.

É forte a pressão em transformar um empreendimento de caráter solidário e criativo na forma de subcontratação muito utilizada pelas empresas que é o "trabalho a domicílio", cuja relação de trabalho se baseia na prestação de serviços para uma empresa, mas realizado em casa, sem nenhuma proteção social ou garantia trabalhista. E aqui nos deparamos, mais uma vez, com a contradição entre as formas de flexibilização e aumento do trabalho informal e o dilema enfrentado pelas mulheres entre o trabalho fora de casa e o trabalho doméstico, condição ainda mais perversa para as mulheres de baixa renda.

Os dados do Censo de 2000 mostram que no município de São Paulo, 20,7% das crianças entre 0 e 6 anos viviam em famílias chefiadas por mulheres, sendo que em um terço dos casos estas mulheres tinham rendimento de até 2 salários mínimos. Ainda segundo o Censo de 2000, a disponibilidade de equipamentos de creches e educação infantil ainda atinge um número pequeno de crianças: apenas 13,5% das crianças entre 0 e 3 anos freqüentavam creches ou pré-escolas, o que significa que, para esta faixa etária, mais de 85% dependem do cuidado familiar. O acesso para as crianças entre 4 e 6 anos sobe para 54%, mas ainda deixa quase metade sob o cuidado doméstico, sem observar aqui o fato de que, neste caso, a maioria dos equipamentos oferecer serviços em meio ou período reduzido. Esta realidade ainda é dominante, apesar do crescimento das vagas de creche e educação infantil nos últimos três anos. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, as matrículas para as crianças entre 0 e 6 anos saltaram de 285.341, em 2000, na rede pública direta e conveniada, para 352.406 em 2003. Na rede particular, o aumento foi de 101.401 matrículas, em 2000, para 119.907 em 2003.

Considerações finais

Embora o projeto não prevesse recursos diretos para os grupos, foram viabilizadas atividades de caráter formativo que contribuísssem para um contato das participantes, de forma mais sistemática, com temas do mundo do trabalho. Os principais temas demandados pelos grupos para as atividades formativas foram: oportunidades de mercado, cálculo de custo de produção e formação de preços, passos para montar uma empresa ou cooperativa, a relação entre a economia solidária e a economia capitalista. Buscou-se, também, enfatizar a importância da inserção em redes comunitárias, possibilitando a interação com outras experiências e a participação em iniciativas coletivas, como a Feira de Economia Solidária que reúne, anualmente, dezenas de grupos do município.

A despeito de todas as dificuldades, as experiências revelaram aspectos positivos muito importantes como a construção de uma maior autonomia entre as mulheres, a necessária construção de espaços de sociabilidade e o aprendizado coletivo. Tais aspectos aparecem de forma muito clara em todos os grupos, já que várias destas mulheres nunca tinham vivenciado uma experiência de trabalho fora de casa.

Para finalizar, o acompanhamento destas experiências nos possibilitou um conjunto de reflexões em torno da viabilidade ou não deste tipo de iniciativa e a importância da ação do poder público no sentido de dar sustentabilidade aos grupos de geração de renda constituídos por mulheres.

O município como articulador de interesses e oportunidades para as mulheres¹

MARIELLA MAZZOTTI²

O objetivo deste trabalho é avançar na análise dos desafios enfrentados pelas instituições municipais ligadas às políticas pela equidade de gênero, diante do impacto provocado pela crise socioeconômica na qualidade de vida das mulheres e de suas famílias, especialmente daquelas pertencentes a setores populares.

A agudização da crise econômica aprofundou efetivamente as desigualdades de gênero, ampliando as diferenças salariais, a precariedade do trabalho e o desemprego para as mulheres, particularmente para as jovens. A disseminação do trabalho infantil e o aumento do número de lares chefiados por mulheres são aspectos de impacto na problemática social do conjunto da sociedade e dilaceram os direitos de cidadania de setores majoritários da população.

A Unidade Temática de Gênero e Município da Rede de Mercocidades, que será abordada no próximo item, enquanto espaço de intercâmbio e aprofundamento das políticas municipais de gênero, priorizou a questão do desenvolvimento social e da promoção da autonomia das mulheres como um eixo estratégico de atuação. Reconhece a urgência de atuar em uma realidade que coloca as mulheres em condições de empobrecimento cada vez maior e de arcar com maiores cargas familiares, na medida em que se reduziram os subsídios e apoios das políticas sociais.

O desafio é evidente: estabelecer os componentes a serem incluídos nos programas municipais como contribuições para o desenvolvimento da cidadania ativa das mulheres enquanto sujeitas de direitos e que, ao mesmo tempo, se convertam em respostas para a resolução das urgências cotidianas, nos limites das competências atribuídas.

O intercâmbio regional, a busca de ações coordenadas, as estratégias de fortalecimento de políticas integradas inseridas no que se refere ao território são

1 Este texto é a edição da apresentação de Mariella Mazzotti durante o Seminário Regional: "Emprego e Cidadania Ativa das Mulheres", organizado pela Prefeitura de São Paulo, Rede de Educação Popular entre Mulheres (Repem) e pela Prefeitura de Montevideu, Uruguai, entre os dias 16 e 17 de setembro de 2003, no Centro de Conferências da Prefeitura de Montevideu.

2 Mariella Mazzotti é assistente social, coordenadora da Unidade Temática 'Gênero e Município' da Rede Mercocidades. Trabalha na Comissão da Mulher da Prefeitura de Montevideu.

linhas passíveis de aprofundamento. A demanda por programas de emprego, trabalho e geração de renda deve ser especialmente enfocada, buscando-se respostas visíveis nos limites da produção e do comércio especialmente reservados e evitando-se os facilismos vinculados às expectativas clientelísticas que ainda permanecem vigentes em amplos setores da população. Os direitos econômicos, sociais e culturais deverão orientar a formulação de políticas públicas.

1. As respostas municipais à crise do emprego

Os municípios, como primeiro nível de organização do Estado, têm a responsabilidade – e, nesse sentido, devem assumi-la – de desenvolver políticas públicas que contribuam para o respeito ao direito dos cidadãos e para conduzir a redemocratização das relações sociais no cenário local.

A questão do desemprego e do empobrecimento crítico de setores cada vez mais amplos da população obrigou as administrações municipais a – para além de suas competências específicas – ensaiar respostas diante da crise. A análise dessas respostas é prioritária, já que muitas delas – caso não levem em consideração o desenvolvimento da cidadania – podem reforçar condutas passivas e de resignação nos sujeitos e apenas satisfazer necessidades mínimas de subsistência pontuais.

É estratégico, portanto, ter em mente que urgência social e cidadania não são questões excludentes, mas, ao contrário, que ações de assistência à urgência podem constituir-se em meios que reforcem a consciência cidadã, se forem desenvolvidas com base em uma concepção de direitos e oferecerem instrumentos para a promoção de processos de autogestão sustentáveis.

Não há dúvida de que os municípios enfrentam a reivindicação cotidiana de um número cada vez maior de vizinhos que, em primeira instância, demandam respostas paliativas a situações cada vez mais dramáticas e extremas, que põem em risco a própria vida das pessoas. Questões vinculadas às carências alimentares, ao aumento da desnutrição (especialmente a infantil), aos problemas de saúde e saúde mental, ao crescimento da população que vive nas ruas, ao aumento das condutas agressivas e da violência urbana são expressões da gravidade da situação presente e da complexidade do fenômeno da pobreza, da exclusão social e da segregação territorial.

Os municípios deverão, por isso, tentar respostas complexas por meio de um conjunto articulado de programas que produzam efeitos sinérgicos. Sem deixar de instrumentar programas de assistência alimentar e sanitária, eles começaram a projetar programas de emprego, trabalho e geração de renda, e a promover o desenvolvimento de espaços de encontro e participação, somando-os aos fatores econômicos e socioculturais que subjazem à questão.

Podemos efetivamente observar diferentes programas e projetos de atenção à urgência social na região: os municípios atuam dentro dos limites legais e de suas

competências específicas, de seus níveis territoriais de ação e dos recursos orçamentários com que contam. Esses aspectos determinam sua capacidade de ação, de proposta e, por fim, de geração de políticas públicas nessa área.

No entanto, a concepção de ação municipal é determinante para o desenvolvimento das políticas municipais. Muitos municípios demonstraram capacidade de ampliar seu raio de ação e de aumentar o impacto de seus programas com um manejo eficaz e eficiente dos recursos, a partir de uma vontade política aplicada à ampliação da cidadania social e ao aprofundamento da democracia.

Nesse sentido, os municípios podem estabelecer canais de comunicação e coordenação, com uma diversidade de atores sociais: organizações, universidades, empresários, com os quais desenvolveram acordos para a ação coletiva por meio da articulação de interesses.

O fortalecimento dos municípios, enquanto instituições públicas capazes de se converterem em impulsionadores do desenvolvimento local, implica uma estratégia que posiciona as instituições municipais como agentes de intercâmbio mais que como executores diretos de programas e projetos na área de emprego. A contribuição para o desenvolvimento de cenários de negociação democrática, por sua vez, avança na reconstituição das redes locais e na constatação de uma diversidade de atores que, em outras circunstâncias, não poderiam interagir paritariamente.

Entretanto, pode-se reconhecer que os municípios – enquanto instituições complexas – incluem, dentro de suas políticas sociais, programas e projetos que também respondem a lógicas assistencialistas e paternalistas, oferecendo soluções pontuais às demandas de ajuda econômica. Essas contradições, ao serem criticamente analisadas, oferecem aos tomadores de decisão políticos e aos planejadores a oportunidade de construir um sistema integrado de políticas públicas.

A chave da elaboração de respostas diferenciais, orientadas ao desenvolvimento da cidadania, está centrada nas formas em que se seleciona a contrapartida municipal e se estabelecem os termos do intercâmbio. Assim, os municípios podem desenvolver um conjunto articulado de programas que atendam às questões do emprego, do fomento de iniciativas econômicas, da geração de renda e subsídios, complementares entre si e propulsores de melhora da qualidade de vida e do desenvolvimento de sujeitos autônomos.

Propostas de centros de desenvolvimento local, programas de incubadoras de empresas, de apoio ao desenvolvimento tecnológico e de capacitação para o trabalho, e utilização de espaços municipais para gerar experiências socioeducativas no campo do trabalho são alguns exemplos que se somam ao fortalecimento de experiências populares de autogestão e de projetos de investimento local que articulam iniciativas empresariais com grupos de trabalhadores na melhora do espaço público.

Essas linhas de ação, sem dúvida, enfatizam a busca da participação social, por meio de organizações sociais e instituições da sociedade civil, fortalecem o tecido social contra a tendência à fragmentação e segregação territorial, por meio da

promoção de redes sociais e espaços de negociação, e, ao mesmo tempo, reconhecem as responsabilidades do Estado na construção de respostas integradas aos direitos dos cidadãos.

2. As instituições municipais da mulher no desenvolvimento de políticas de geração de renda e trabalho

A maioria dos municípios da região possui unidades ou instituições especializadas na elaboração de políticas públicas de gênero, que desenvolvem uma diversidade de projetos e programas. Trata-se de áreas de gestão municipal de constituição recente que representam o interesse dos municípios em incorporar novas demandas da sociedade civil.

As áreas de promoção dos direitos das mulheres resultam efetivamente em uma inovação das estruturas municipais. Estas exigiram diversos ajustes, não só em seu organograma como também no que se refere à dotação de recursos humanos e financeiros. Cabe assinalar que, em geral, são instituições de baixo grau hierárquico, com orçamentos escassos e pequenas equipes técnicas.

No entanto, as principais barreiras que as áreas municipais de gênero devem enfrentar estão vinculadas a resistências institucionais à incorporação das mudanças, que obrigam a centrar o olhar na equidade e na igualdade de oportunidades para as mulheres.

Ao incluir as políticas de gênero em sua ação institucional, os municípios assumem a diversidade de necessidades, situações e posições em relação aos bens e recursos sociais a que acedem os cidadãos. Colocam-se diante do desafio de contribuir para a mudança das relações sociais, familiares e institucionais, superando mitos e crenças, e transformando papéis e funções sociais inerentes à própria instituição.

As instituições ligadas à equidade e gênero enfrentam o desafio de construir novos discursos explicativos acerca da contribuição do município para a equidade entre mulheres e homens e para novos modelos de gestão da política pública introduzidos em esferas que são tradicionalmente associadas ao âmbito privado. Novos problemas e novas demandas a partir dos quais as relações de poder, as formas de distribuição e os estilos de participação são colocados em questão.

Assim, as instituições da mulher deverão avançar na transversalização do discurso de gênero e no desenvolvimento de políticas que atendam às desigualdades entre mulheres e homens, integrando as diversidades vinculadas à idade, à posição social, à etnia, entre outras.

Diante disso, os programas e projetos vinculados às questões do emprego, do trabalho e da geração de renda são estratégicos, já que atendem a necessidades específicas e práticas das mulheres e, por sua vez, apontam para um dos pólos da subordinação da mulher: a dependência econômica. Cabe perguntar-se, então, sobre a contribuição específica das políticas de gênero na área do desenvolvimento econômico local.

As questões da injustiça de gênero e da injusta distribuição dos bens, oportunidades e serviços entre mulheres e homens são aspectos da realidade poucas vezes tematizados nos municípios. A incorporação da inequidade de gêneros na agenda do município é uma tarefa intransferível das Áreas Mulher dos órgãos responsáveis por políticas públicas para as mulheres³. Isso implica visibilizar o problema, sensibilizar os gabinetes das instituições e também gerar propostas concretas. Não basta explicitar o problema; é necessário quantificá-lo, associá-lo com a gênese de outros problemas sociais e explicá-lo em termos de construção democrática. No momento de traçar linhas de intervenção, estas devem ser coerentes com os eixos estratégicos institucionais, além de viáveis.

Para isso, há já vários anos que as instituições municipais de gênero, articuladas na Rede de Mercocidades, orientaram seu trabalho para a formulação e implementação de Planos Municipais de Igualdade, enquanto instrumentos que permitem avançar no desenvolvimento de políticas transversais de equidade e delimitar o papel que devem assumir as instituições especializadas no projeto e execução dos programas setoriais.

De fato, as áreas de promoção da mulher não têm de executar diretamente os programas e projetos que assumam as demandas priorizadas pelas mulheres, mas devem conseguir coordenar-se e articular-se com as áreas competentes para participar na elaboração da política municipal e supervisionar sua gestão.

Os órgãos como a nossa Área Mulher devem trazer contribuições nos aspectos específicos relacionados à questão de gênero, nos enfoques explicativos dos problemas, nas formas de intervenção social, nas estratégias de transformação dos papéis sociais.

Nesse sentido, o enfoque de promoção da equidade de gênero se sustenta na realização de mudanças nos papéis socialmente adjudicados a mulheres e homens, no acesso equitativo às oportunidades, no alçamento das mulheres à condição de socialmente capazes de decisão, autonomia e voz pública.

Como já foi dito, as políticas que abordam as questões do trabalho e da renda atendem a um eixo central da condição da mulher, que é a autonomia econômica, e abrangem uma das esferas de discriminação mais evidentes, que é o acesso a oportunidades. A injustiça de gênero e a desigualdade econômica são problemas que se encontram estreitamente vinculados e afetam as formas de participação e organização autônomas, especialmente quando se trata das mulheres dos setores populares e em condição de pobreza. Desse modo, deve-se privilegiar a incorporação de um enfoque de equidade de gênero nos programas e projetos dessa área.

A ampliação da cidadania das mulheres e a promoção de seu exercício ativo requer o fortalecimento da autonomia como uma dimensão que as define como sujeitos de direitos. A autonomia representa uma dimensão complexa e sua aquisição implica o desenvolvimento de processos de transformação em vários níveis.

3 NT: No município de Montevidéu, o órgão responsável pelas políticas públicas para as mulheres chama-se "Área Mulher". No município de São Paulo este órgão é a Coordenadoria Especial da Mulher.

Quatro níveis da autonomia feminina foram propostas pelo Escritório de Cooperação do governo da Holanda, em 1997: a *autonomia física*, que implica o autocontrole da sexualidade e da fertilidade; a *autonomia econômica*, sustentada no acesso e controle dos meios de produção; a *autonomia política*, que implica o acesso das mulheres a direitos políticos básicos, à autodeterminação e ao exercício do *lobby*; e, finalmente, a *autonomia sociocultural*, que é a afirmação da identidade das mulheres, do desenvolvimento de sua auto-estima e da possibilidade de contar com organizações próprias.

Para o caso dos programas de emprego, trabalho e geração de renda, esses níveis deverão ser levados em conta de maneira articulada. Em relação à autonomia física, deve-se vinculá-la às formas de enfocar os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, à violência doméstica e à liberdade de movimento. Embora possa parecer que esses aspectos da vida das mulheres excedem o âmbito de intervenção dos programas de geração de renda ou de iniciativas econômicas, eles têm estreita vinculação. De fato, a condição de grávida ou puérpera, o fato de ser vítima de vínculos violentos, entre outros aspectos, afetam as formas de participação e inclusão nesses projetos. Absentismo, indecisão e falta de compromisso podem ser mal interpretados e levar ao fracasso das mulheres e dos projetos.

A dimensão da autonomia econômica traz elementos inovadores vinculados ao desenvolvimento de iniciativas econômicas, de capacidades de administração e gestão empresarial, de manejo de fundos, assim como levará em conta o tipo de tarefa atribuída nos projetos de trabalho, com vistas à reprodução ou mudança dos estereótipos de gênero associados ao trabalho. Esse nível articulado com a dimensão sociocultural deverá promover também mudanças nas formas de distribuição das tarefas domésticas e dos cuidados familiares, e nas formas de administração das rendas obtidas pelas mulheres.

A autonomia político-organizacional, nos programas de emprego, trabalho e geração de renda, representa um eixo-chave para o êxito das propostas. A promoção da ação coletiva, da capacidade de desenvolvimento de iniciativa, formulação de propostas e negociação são chaves. Não se trata de reproduzir velhos esquemas clientelísticos, nem de satisfazer a demanda de incorporação no organograma funcional, nem agora de converter os municípios nos primeiros compradores dos produtos elaborados pelas experiências autogestionárias. Trata-se de contribuir para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e de estratégias econômicas sustentáveis.

3. O papel da articulação regional

Para terminar, convém destacar o papel da Rede de Mercocidades no fortalecimento das políticas municipais realcionadas à equidade de gênero. Sem dúvida, a iniciativa das instituições de promoção dos direitos das mulheres, reunidas na III Cúpula da Rede de Mercocidades, em Córdoba, 1997, foi visionária quando criou o Fórum Mulher e Desenvolvimento.

A partir dessa articulação, dez municípios do Mercosul começaram a trocar informação e experiências, a discutir sobre as melhores estratégias para consolidar institucionalmente as entidades ligadas a gênero e a fomentar o desenvolvimento de planos e programas com um olhar de promoção de direitos, transcendendo o assistencialismo que identifica as mulheres como população vulnerável.

A capacitação permanente, a relação coordenada com organizações de mulheres, ONGs e universidades, a troca de experiências de gestão e negociação, a discussão sobre formas de construir discursos e novos enfoques políticos institucionais permitiram fortalecer e institucionalizar a interação dentro da Rede por meio da criação da Unidade Temática de Gênero e Município, em Belo Horizonte, em 1999.

Essa Unidade Temática, integrada atualmente por 14 cidades, assumiu como missões: *o fortalecimento da participação política das mulheres em sua luta pela equidade de gêneros e pela construção de novas relações sociais entre homens e mulheres, que contribui para a cidadania plena das mulheres; e o fortalecimento dos municípios como atores privilegiados para a promoção dessas mudanças, a partir da priorização das políticas municipais de gênero.*

Ela priorizou o impacto da crise socioeconômica, destacando que se vive em um contexto de profundas desigualdades econômicas, aumentadas nas últimas décadas, em que as mulheres vêm particularmente cerceados seus direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e políticos, que respondem aos valores de igualdade, solidariedade e não-discriminação.

Desse modo, a Unidade Temática de Gênero e Município priorizou como eixos para a capacitação, o estudo e a elaboração de políticas públicas:

:: *O fortalecimento da cidadania ativa das mulheres.* Será buscado o avanço na troca de experiências entre as cidades participantes e no desenvolvimento de espaços de análise e capacitação que permitam avançar na discussão estratégica. Será colocada ênfase nos mecanismos para o fortalecimento da cidadania ativa, na definição de indicadores de avanço e na elaboração de pressupostos de participação com enfoque de gênero.

:: *O desenvolvimento social, o combate à pobreza e a autonomia das mulheres.* Nesse eixo será dada atenção especial às novas respostas diante da urgência social e das políticas sociais, à questão da reprodução ou da transformação da divisão sexual do trabalho e aos programas de emprego e geração de renda e cidadania das mulheres.

Economia solidária – de estratégia de resistência a estratégia de desenvolvimento¹

ÂNGELA M. SCHWENGBER²

Temos milhões de pessoas organizando-se em variadas formas de trabalho que não têm mais na relação capital-trabalho de tipo assalariado sua centralidade. Segundo dados sobre a dinâmica do mundo do trabalho no Brasil analisados pela PMSP/SDTS³, ao contrário da tendência observada entre as décadas de 1940 e 1980, quando para cada 10 postos de trabalho abertos 8 eram assalariados, sendo 7 com carteira assinada, a partir de 1990, somente 3 em cada 10 postos de trabalho abertos são assalariados, sendo 1 com contrato formal (legal) e dois informais (ilegais). Os outros postos de trabalho abertos, na proporção de 7 para cada 10, não podem ser caracterizados nem como legais nem como ilegais, uma vez que não são ocupações assalariadas. São formas “alegais”, pois a atual regulação pública, por inadequada, não sabe como tratá-los.

Ou seja, no Brasil de hoje as oportunidades de trabalho estão mais distantes do paradigma do emprego regular, formalizado por meio de uma carteira de trabalho ou outro tipo de contrato de trabalho subordinado entre o patrão e o empregado. As relações de subordinação do capital sobre o trabalho vão ganhando outros contornos, talvez até mais cruéis, tendo-se em vista o crescente incremento das formas precárias de trabalho e a diminuição das formas de proteção social. A inserção nessas formas de trabalho não-assalariadas se explica, em grande medida, pelo contexto econômico que já não comporta a promessa do pleno emprego.

Em meio à diversidade de ocupações não-assalariadas, poderemos encontrar também inúmeras iniciativas que convergem para a chamada economia solidária. Trata-se de um conjunto de iniciativas associativas: cooperativas de produção, crédito e prestação de serviços, grupos solidários, associações, empresas em

1 Edição da exposição pela autora no Seminário Trabalho e renda: perspectivas para as mulheres, organizado pela Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura Municipal de São Paulo, realizado em agosto de 2003.

2 Coordenadora do Programa Oportunidade Solidária da Prefeitura de São Paulo/Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, gestão 2001-2004.

3 Ver PMSP/SDTS. *Trabalho legal, ilegal e 'alegal'*; novidades da dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo, 15 de maio de 2003. (mimeo.).

processo falimentar recuperadas por seus trabalhadores em forma de autogestão, empresas familiares articuladas em redes de cooperação, mutirões, redes solidárias, clubes de troca, entre tantas outras. Todas elas construindo novas relações de trabalho com base nos conceitos de autogestão, democracia, participação, posse coletiva dos bens e distribuição eqüitativa dos ganhos, além de orientar que as práticas econômicas sejam construídas/aperfeiçoadas com base nos princípios da sustentabilidade humana, social, econômica, ambiental e cultural.

Essas iniciativas emergem dos próprios trabalhadores e do trabalho social de entidades da sociedade civil e universidades, e aos poucos ganham espaço na agenda dos governos democráticos e populares. Por se tratar de experiências ainda recentes e por terem um grau de articulação apenas incipiente, elas poderiam ser vistas apenas como estratégias de resistência. Entretanto, o que parece recente e incipiente tem ganhado força no último ano e começa a surgir um novo ente no cenário político nacional, com nome, voz e significado para o que enuncia: está constituído o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que já apresentou uma carta de princípios de uma plataforma para dialogar com outros atores, em particular com o governo federal. O Fórum é criador e criatura de muitas movimentações em âmbito local, regional, estadual e nacional dos vários agentes apoiadores e fomentadores e de atores diretos da economia solidária.

Vamos voltar um pouco aos dados, resgatando aqui alguns indicadores do diagnóstico que a PMSP/SDTS teve como base para desenhar sua estratégia de inclusão social, marco no qual se situa também o programa de fomento à economia solidária, o Programa Oportunidade Solidária.

Podemos observar que existem em torno de 560 mil famílias vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, com uma renda *per capita* inferior a meio salário mínimo por mês, e esse é o público-alvo dos programas sociais que a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade está implementando na atual gestão municipal [2000-2004]. E, dessas famílias, 36% são chefiadas por mulheres, enquanto apenas 14% das famílias ricas o são. Mais de 80% dos beneficiários dos programas sociais são mulheres: no Renda Mínima são quase 88%; no Começar de Novo, mais ou menos 60%. Como o Programa Oportunidade Solidária recepciona e trabalha com beneficiários desses programas de renda, também nele as mulheres ocupam 2/3 do total das vagas. Essa é uma realidade que exige um olhar muito cuidadoso. Pensar essa situação das mulheres no mundo do trabalho, qual o papel que elas cumprem hoje nas relações de trabalho e na produção da riqueza nacional, em particular na economia solidária, são questões que precisam de maior aprofundamento. Além do que, no caso da economia solidária, convém pensar estratégias que sejam adequadas aos princípios que guiam esse segmento, que possam efetivamente contribuir para a emancipação social e econômica.

Como a Prefeitura de São Paulo está enfrentando essa situação de pobreza e exclusão social na nossa cidade? São várias as ações de governo, mas vou mencionar a que vem sendo desenvolvida pela SDTS.

Estamos implantando uma política pública de inclusão social, composta por um conjunto articulado de Programas que seguem alguns princípios: superar o caráter compensatório, com emancipação socioeconômica; integrar e universalizar as ações; priorizar a ação em bolsões de pobreza e violência; incentivar a cidadania com conceitos de pertencimento, ativação e protagonismo. Nesse sentido, a Prefeitura de São Paulo já investiu cerca de 580 milhões de reais desde 2001 e beneficia cerca de 300 mil famílias por meio de programas redistributivos de renda, ações de capacitação e comunitárias/utilidade coletiva, fomento à economia popular solidária, crédito popular, além dos programas de desenvolvimento local, que procuram também, com todos os limites existentes no âmbito municipal, criar sinergia entre os vários atores sociais, desde o empresário, o trabalhador, as entidades da sociedade civil, até a população beneficiária dos programas sociais, no distrito, na região administrativa ou, ainda, nos fóruns setoriais. Tentamos exatamente reatar alguns elos ou pensar algumas sinergias que, além de promover e fortalecer a cidadania, abram oportunidades de emprego ou de trabalho autônomo ou de negócios populares, no sentido de promover uma melhora da qualidade de vida em nossa cidade⁴.

Mas o tema da pobreza urbana é muito grave. Para que vocês tenham uma idéia, quando começamos a implantar os programas, um de nossos primeiros gargalos foi encontrar espaços públicos nas periferias da cidade. Assim, para desenvolver uma atividade de capacitação ou de incubação, ou até mesmo receber os beneficiários dos programas, para dialogar com eles, tentando dar um passo além da entrega da bolsa, não se encontravam locais adequados e, por outro lado, as pessoas não têm recursos para vir para a avenida Paulista ou outras centralidades urbanas. Além disso, a idéia é promover o sentimento de pertencimento, de participação, de transformação local, de modo que ações públicas têm de acontecer localmente e gerar impactos naquelas comunidades. E estes têm sido os desafios da atual administração e de seus parceiros.

Temos avançado muito também na integração de políticas municipais, seja para a elevação da escolarização, com a Secretaria Municipal de Educação, seja para pensar a questão da saúde no trabalho, com a Secretaria de Saúde, com os Centros de Referência da Saúde do Trabalhador; com a Secretaria de Esportes, pensando em atividades comunitárias de lazer e recreação, entre tantas outras.

Outro aspecto dos programas, neste caso entrando com algumas informações adicionais sobre o Programa de Fomento à Economia Solidária, refere-se à ações indutivas do poder público. A ação mais comum dos governos diante das estratégias de economia solidária é atender às demandas preexistentes na sociedade organizada. O que é algo em si muito importante. No entanto, há também ações que poderíamos chamar de indutivas, como é o caso de São Paulo. Aqui, estamos chegando às comunidades completamente desestruturadas, que são beneficiárias dos programas

⁴ Ver mais informações sobre os programas sociais da Prefeitura de São Paulo nas seguintes publicações: Pochmann, Márcio (org.). *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade*. São Paulo, Cortez, 2002, e *Outra cidade é possível*. São Paulo, Cortez, 2003. Também pode-se conhecer os programas e avaliações de impacto na página www.trabalhosp.prefeitura.sp.gov.br

de renda, estimulando a coesão social, a organização comunitária, as formas associativas de geração de trabalho e renda e estratégias de desenvolvimento local para ajudar as pessoas a saírem da situação de exclusão a que estão submetidas. De modo que os mecanismos são diferentes também, às vezes até inexistentes. Para isso, muitas vezes, partimos do saber acumulado nas ONGs, nas universidades, nos movimentos e/ou organizações de trabalhadores ou outros governos municipais, tratando de integrá-las e enriquecê-las mutuamente na construção de um projeto comum que também possa superar a dispersão presente nesse universo de atores.

Já temos reunidas, em torno do Programa Oportunidade Solidária, 15 instituições, que são conveniadas para contribuir para a implantação da política pública de economia solidária. Temos um processo permanente de diálogo e de construção do programa com as instituições parceiras, por meio de seminários, de grupos de trabalho, de coordenação compartilhada, de comissões temáticas que discutem e apresentam propostas para superar gargalos nas questões de organização dos empreendimentos e redes, de crédito, de comercialização, da cadeia produtiva e da viabilidade econômica, as questões de saúde e relações humanas no trabalho, a questão da gestão empresarial dessas cooperativas e associações, e até mesmo qual é a formalização viável para o desenvolvimento desses empreendimentos. O espaço de construção do programa levou a uma confluência dessas instituições, o que pode resultar em um fortalecimento ativo da economia solidária em São Paulo, para além do governo atual. E essa é uma das expectativas em termos de continuidade.

Do Programa Oportunidade Solidária já participaram cerca de 15 mil pessoas vindas dos programas sociais. Nem todos permanecem, porque, além de muitos outros desafios, há um necessário processo de mudança cultural para converter o desejo de ter emprego para o de ser um cooperado, um associado, um trabalhador emancipado. Parte dessas pessoas está se organizando em torno de 400 empreendimentos, que estão em processo de incubação, alguns mais avançados, no sentido organizativo, e outros mais incipientes.

Mas qual é o passo necessário para que esse novo sujeito econômico emergente entre os beneficiários – os empreendimentos populares solidários – realmente tenha voz e vez, diretos, e participe na elaboração de políticas públicas e diga qual é a dificuldade, onde estão seus limites, em quê precisa avançar? Quais novas ações será preciso desencadear ou quais outros instrumentos de políticas públicas são necessários para consolidar esse segmento? Essas são questões para avançarmos na elaboração de uma política pública efetiva de economia solidária, nas várias esferas de governo (local, estadual e nacional).

São vários os limites detectados para os empreendimentos, donde a importância da integração de outros níveis de governo. Entre esses limites estão a legislação federal e as definições das políticas macroeconômicas. Por exemplo: como entramos no debate da Previdência? Ele ficou centrado em quem está empregado e/ou tem uma relação de trabalho informal. Por sorte entraram os informais, mas de que forma fizemos

esse debate? Outro debate é o da reforma tributária, em pleno andamento. Quem está discutindo uma política diferenciada de tributos e de investimentos para esse segmento, de modo que ele entre nas discussões de desenvolvimento, e não fique só na compensação? E as compras públicas, poderiam ser um instrumento de fomento à geração de trabalho e renda via garantia de compras dos produtos e serviços dos empreendimentos solidários?

Há outras questões do mesmo tipo. Uma refere-se à questão da tecnologia. Hoje, há diversas universidades com incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, que têm sido o reduto que consegue olhar para um universo mais amplo que o de geração de tecnologias para empresas de tipo capitalista e para a formação de profissionais qualificados para elas. Mas as incubadoras ainda têm tido dificuldade de mobilizar as várias áreas do conhecimento, ficando ainda muito centradas nas humanidades, o que não é ruim, mas insuficiente. Como qualquer projeto de desenvolvimento, a economia solidária também requer saberes e tecnologias de todas as áreas. Para dar um exemplo, qual universidade investe em gerar equipamentos para a produção que favoreçam o trabalho cooperado, e não a competitividade individual, que melhorem as condições de trabalho em lugar de dispensá-la? Quem está produzindo tecnologia para isso hoje? E qual é o papel da universidade pública nisso?

As iniciativas das incubadoras são fundamentais, mas como o poder público e a sociedade conseguem exigir que a universidade como um todo também olhe para o mundo do trabalho que não é o do trabalho assalariado, das grandes empresas? Como é que ela dá respostas para isso? E como é que o poder público pode, por exemplo, fazer com que os fundos públicos tenham uma linha de investimentos em pesquisas tecnológicas para a economia solidária? Temos uma pequena experiência em São Paulo nesse sentido – o projeto Bolsa Empreendedor – que oferece bolsa para estudantes de graduação que se disponham a desenvolver projetos tecnológicos de aperfeiçoamento da economia popular solidária, e ela tem dado resultados.

Vale sempre a pergunta: por que o Economia Solidária não está ainda sendo visto como política de desenvolvimento? Uma das razões talvez seja que, nas últimas décadas, as políticas existentes no país são decorrentes de regulações de cunho liberal que vêm as políticas sociais, ou qualquer outra forma de trabalho que não tenha relação subordinada, como política compensatória para salvar os pobres das mazelas do capitalismo. Vejamos, por exemplo, quais têm sido, nas últimas décadas, os investimentos do Estado para o desenvolvimento? Para onde vão esses investimentos? Quais têm sido os investimentos em infra-estrutura para propiciar o pleno desenvolvimento dos segmentos que estão gerando 70% das novas ocupações que não estão em regimes de emprego, mas em outras formas de trabalho? Quanto o BNDES tem emprestado para atividades econômicas que estejam fora do padrão da acumulação capitalista?

O problema é que os grandes investimentos públicos, que são os que efetivamente financiam o desenvolvimento do país, são orientados apenas para o

desenvolvimento tradicional. A economia solidária é uma proposta nova e ainda precisa conquistar seu espaço nessas e outras políticas.

Precisamos superar a idéia de que pobre tem de ter trabalho de pobre, dentro de uma economia da pobreza. Não é isso que queremos; desejamos superar a pobreza. A população-alvo tem sido o universo das pessoas que ficaram à margem do modelo de desenvolvimento atual, mas ninguém está querendo reproduzir a pobreza, queremos encontrar formas de ter um mundo onde caibam todos e todas, tendo uma vida digna e espaço para desenvolver suas potencialidades humanas e comunitárias. Uma política que se considere transformadora precisará de investimentos públicos significativos, e não dos recursos residuais, mas também necessitará orientar esses investimentos de forma a não reproduzir modelos excludentes ou criar privilégios indesejados. Além disso, será necessário que cada vez mais os agentes de políticas públicas, governamentais e não-governamentais, estejam comprometidos com os resultados, com os impactos, e não apenas com processos que se autojustificam diante dos fracassos.

Nossa ação é também de resistência e de tentar transformar, democratizar o Estado, levando para dentro dele outras demandas da sociedade. Desse modo, enquanto governo de perfil mais democrático, também acabamos nos somando às lutas sociais, pela ampliação de direitos, pelo reconhecimento de novos sujeitos, e reorientando o Estado para atender às demandas e às necessidades específicas, não para compensar e reproduzir a pobreza, mas para, principalmente, conseguir desenvolver e entrar na política de desenvolvimento. E isso não é fácil.

Ouvi do professor Renato Dagnino, da Unicamp, certa vez, uma frase que acho muito pertinente. Dizia ele algo assim: quando falamos de políticas distributivas e emancipatórias, estamos nos referindo aos pobres; quando falamos de desenvolvimento, logo vem à cabeça a grande empresa capitalista, ou seja, o público muda automaticamente, e aí não conseguimos enxergar a potencialidade de outras experiências para o desenvolvimento social. Subverter essa lógica é nosso grande desafio. Esse desafio implica também integrar as políticas nos vários níveis de governo.

Enfim, nosso grande desafio com o Economia Solidária, e não falo só enquanto governo, é passar dessa estratégia de resistência, que é o que tem sido até hoje, para uma nova estratégia de desenvolvimento.

As mulheres nos programas de inclusão social

MIRIAM NOBRE¹

Introdução

A Prefeitura Municipal de São Paulo, na gestão da prefeita Marta Suplicy, iniciada em janeiro de 2001, inaugurou um conjunto de programas de geração de emprego e renda com o objetivo de atender a 589 mil pessoas de todas as idades. Esses programas, articulados pela então criada Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), inovaram por sua dimensão e consolidaram o tema das políticas de emprego e renda na agenda dos municípios.

Por essa razão, quando o Projeto Urb-al Emprego e Cidadania para as Mulheres foi proposto, o coletivo que se formou para sua execução no município de São Paulo tinha como um de seus objetivos fortalecer o diálogo entre a Coordenadoria Especial da Mulher (CEM) e a SDTS, e compreender esse novo marco nas políticas municipais de um ponto de vista de gênero. Porém o método definido no Projeto para as cinco prefeituras que o realizaram, ou seja, a descrição de experiências exitosas de grupos de geração de renda de mulheres, não se adequava a esse objetivo.

Ainda assim, o debate entre a CEM e a SDTS ocorreu em reuniões de debate entre especialistas e seminários. E, se não foi possível no quadro desse Projeto realizar uma análise dos Programas Sociais com perspectiva de gênero, produzindo indicações de políticas de promoção do emprego e renda para as mulheres, replicáveis em outros municípios, o diálogo nos fez levantar questões. Este artigo, portanto, levanta questões e organiza hipóteses que podem orientar futuras reflexões, não só sistemáticas no quadro de um projeto de pesquisa como este, mas no constante debate que órgãos públicos realizam para readequar suas políticas frente aos desafios da realidade.

¹ Agrônoma, mestre pelo Programa de Estudos em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. Coordenadora de programas da SOF – Sempreviva Organização Feminista. Integrante da Rede Economia e Feminismo e da coordenação da Marcha Mundial das Mulheres.

Programas de inclusão social

A SDTS realiza programas de caráter redistributivo, emancipatório e de apoio ao desenvolvimento local. Dentre os programas redistributivos estão o Renda Familiar Mínima (daqui para frente nomeado de Renda Mínima), o Bolsa Trabalho, o Operação Trabalho e o Começar de Novo. O Renda Mínima se destina a famílias pobres com dependentes de 0 a 15 anos; o Bolsa Trabalho, a desempregados de 16 a 29 anos; o Operação Trabalho, a desempregados de longa duração de 21 a 39 anos; e o Começar de Novo, a desempregados com 40 anos e mais.

O Programa Renda Mínima tem características próprias, por articular programas federais com complemento de recursos municipais, e consiste na concessão de uma bolsa com valor médio, em 2001, de R\$ 111,60, com a obrigatoriedade de frequência escolar pelas crianças e adolescentes. A duração do benefício é vinculada à presença dos filhos na escola, sendo feitos recadastramentos anuais. Os demais programas consistem na concessão de bolsas de até 2/3 do salário mínimo por períodos de 6 meses, renováveis. A contrapartida dos beneficiários é a frequência em cursos teóricos e práticos, e a realização de atividades coordenadas de interesse comunitário.

Os programas emancipatórios são o Oportunidade Solidária, a Central de Crédito Popular, São Paulo Confia, e Capacitação Ocupacional e de Utilidade Coletiva. O Oportunidade Solidária visa fomentar a economia solidária e a economia popular prioritariamente entre as/os participantes dos programas redistributivos. Assegura bolsas durante 10 meses, período no qual a/o participante participa de cursos e atividades de incubação de um projeto econômico coletivo ou individual. Ao dar origem a grupos de geração de renda, esse programa se aproxima dos objetivos e do método utilizado no Projeto Urb-al e foi, portanto, com ele que estabelecemos maior diálogo.

Por fim, os programas de apoio ao desenvolvimento local fomentam a constituição de fóruns distritais e setoriais que realizam diagnósticos e propostas. Entre eles está o São Paulo Inclui, que atua reunindo informações sobre demanda e oferta de mão-de-obra.

O acesso das mulheres aos Programas

Nos debates que realizamos com a SDTS, a primeira questão colocada foi o acesso das mulheres a esses Programas. Uma primeira motivação foi a demanda do movimento feminista de que as mulheres vítimas de violência doméstica, atendidas nos equipamentos públicos, se tornassem beneficiárias dos Programas como possibilidade de reorganizarem suas vidas de forma autônoma. A SDTS possivelmente resistiria a essa solicitação, opondo que, atendendo a ela, se alterariam os critérios estabelecidos para atendimento à enorme demanda potencial. Sua posição era de se concentrar em regiões, iniciando nas mais pobres e violentas, para universalizar o atendimento e produzir, assim, um efeito dinâmico na economia local. Esse efeito

deve ser rápido, para criar alternativas de inclusão social e compensar o curto prazo durante o qual as bolsas são concedidas. Um segundo argumento da SDTS é de que não era necessária uma ação afirmativa em relação às mulheres, pois elas já eram de fato as beneficiárias em maior número dos Programas Sociais.

No Programa Renda Mínima, 62% das famílias atendidas são biparentais, isto é, em que convivem dois adultos responsáveis pelas crianças, enquanto 38% são monoparentais. Dos titulares do Programa, 12% são homens e 88% são mulheres. Na publicação organizada por Márcio Pochmann, que faz uma radiografia dos Programas Sociais, esses dados não passam despercebidos. Os autores dessa publicação, gestores públicos dos Programas, percebem que

"em tese, 62% dos titulares teriam possibilidade de ser do sexo masculino. Essa é uma evidência empírica, que merece um estudo orientado pela seguinte questão: por que a absoluta predominância de indivíduos do sexo feminino na condição de titular do programa?" (Fonseca et alli, 2003: 75).

Uma das hipóteses é a de que as mulheres têm uma relação particular com o Estado por serem as responsáveis pela gestão das necessidades cotidianas da família (Lavinhas, 1997, p. 174). São elas que freqüentam os postos de saúde, as reuniões na creche e na escola. E foram justamente as creches e escolas que 55,2% dos beneficiários dos programas mencionaram como a via pela qual souberam dos Programas Sociais.

Também são as mulheres que organizam seu tempo, como extensão do trabalho doméstico e como razão e decorrência de sua inserção precária no mercado de trabalho, de modo a compensar o mau funcionamento desses mesmos serviços. Como bem expressa o relato de uma beneficiária do Programa Começar de Novo:

"Faço fila pra tudo na vida. É pra receber uma cesta básica, é nos postos de saúde. Quem é pobre vive em fila. Tá sempre esperando a sua vez" (Barbosa et alli, 2003: 228).

Esse relato é resgatado em um contexto em que os gestores buscam entender por que se formaram imensas filas no início da operação dos Programas, sendo que todos os cuidados haviam sido tomados para que não fossem necessárias. A fila, mais do que uma necessidade objetiva, estava na cultura da relação dos pobres com os serviços públicos, vistos mais como dívida a ser merecida pelo sacrifício da fila do que como direito. Outra chave de entendimento desse problema é como o Estado se utiliza do tempo das mulheres como uma fonte inesgotável de cobertura de suas carências. Elas estão sempre disponíveis para buscar os serviços onde quer que eles estejam (muitas vezes na região central, distante de onde moram) e não importa a que hora (sempre em horários restritos, obrigando as que têm emprego a perder um dia de trabalho).

As mulheres podem ser a maioria dos beneficiários porque se consideram ou são vistas como as mais legítimas para receber um recurso que se destina às crianças e aos adolescentes. Ao realizarem uma leitura de gênero, as agências de desenvolvimento e vários órgãos públicos o fazem de maneira a reforçar as atribuições

tradicionais. As mulheres são vistas como mais responsáveis na utilização dos recursos direcionados à formação de capital humano².

Uma preocupação corrente no movimento feminista é a de que programas como o Renda Mínima, ainda mais quando imersos em uma ideologia de reforço às atribuições das mulheres no cuidado da casa e dos filhos, pudessem funcionar como um estímulo para que elas se retirassem do mercado de trabalho. Alguns programas têm esse objetivo implícito, como é o caso das Alocações Parentais (APEs), na França, em que um dos pais, em realidade a mãe, recebe um "benefício" no valor de um salário mínimo de integração cidadã (SMIC), quando se retira do mercado de trabalho para cuidar dos filhos pequenos. Ou como foi o caso da proposta, já rejeitada, no Plano Plurianual do Ministério da Educação, de conceder uma bolsa de um salário mínimo às mães ou pessoas próximas que cuidassem de crianças de 0 a 3 anos, compensando a falta de creches.

Maria Lúcia Silveira (2001: 91), no entanto, vê na titularidade das mulheres no Programa de Renda Mínima uma forma de reconhecimento de seu protagonismo no plano material e simbólico na gestão da cotidianidade, em particular nas famílias pobres.

No entanto, conta-se, a favor da permanência das mulheres no mercado de trabalho, sua vontade de ter um emprego. Dentre as e os participantes do Renda Mínima apenas 16,7% se apresentavam como tendo por principal função os afazeres domésticos, 22% se apresentaram como tendo ocupação precária e 40% como desempregadas.

O Programa Bolsa Trabalho tem como objetivo oferecer aos jovens de baixa renda de 16 a 20 anos a oportunidade de permanecer estudando por um período mais longo. Seu público-alvo, estimado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Dieese/Seade, é de mais de 46 mil jovens, sendo 56% mulheres e 44% homens. No público atendido, 55% são mulheres. De todos os programas essa é a relação homem–mulher mais próxima do público-alvo. Para os gestores da SDTS esses dados indicam uma "total compatibilidade no que se refere aos indicadores de gênero". Mas para nós, feministas, causa uma indagação. Estariam as jovens menos pressionadas a contribuir com os rendimentos familiares do que os rapazes? Elas estariam contribuindo na dinâmica familiar assumindo os trabalhos domésticos e os cuidados de irmãos menores enquanto as mães trabalham fora de casa? Ou elas mesmas seriam jovens mães, temporariamente fora das escolas, do mercado de trabalho?

O Programa Operação Trabalho se destina a pessoas entre 21 e 39 anos há muito desempregadas. O tempo médio de desemprego dos participantes era de 2 anos e meio. Segundo os dados da PED/SP, estimava-se um público-alvo desse Programa de mais de 47 mil pessoas, sendo 49,7% de homens e 50,3% de mulheres. Dos beneficiários, 67,9% são mulheres.

No Programa Começar de Novo, que atende a pessoas com 40 anos ou mais, 67,1% dos beneficiários são mulheres e 32,9%, homens. No livro organizado por Pochmann, já citado, Rosa Maria de Almeida e vários colaboradores ensaiam duas

² Para a descrição desse pressuposto, ver Banco Mundial, 1995; para uma visão crítica, ver Mestrum, 2003: 63.

explicações para a maior presença das mulheres. Elas são em maior número abaixo da linha de pobreza e na condição de desemprego.

"Esses dados parecem apontar, em relação às mulheres, uma outra face do desemprego, qual seja a do desemprego oculto pela inexperiência de trabalho como atividade econômica ou pelo desalento. Muitas dessas mulheres acreditam que não há alternativas para sua inserção na vida social, por serem donas de casa, com 40 anos ou mais de idade. Os depoimentos dessas mulheres indicam, quase sempre, que participar do programa relaciona-se com a busca pela oportunidade de um primeiro emprego ou de um trabalho por conta própria ou mesmo de um empreendimento solidário" (Almeida e colaboradores, 2003:, 109).

Apesar de não haver um levantamento preciso, esses autores estimam que muitas mulheres encontram no Começar de Novo "uma primeira experiência de trabalho como atividade econômica".

Alguns relatos dão conta de que elas têm menos vergonha de se assumirem como desempregadas e de buscar o abrigo de um programa público. E de que, no desemprego, estão prontas a assumir qualquer tarefa, função e com menores exigências de salário, horários etc, enquanto os homens tendem a ter como referência seu emprego anterior: a função que executavam, as condições de trabalho, o salário.

Esse padrão vem perdendo força quando se considera a situação de mulheres e homens de todas as faixas etárias. A maior precarização das relações de trabalho e o aumento da informalidade faz com que as "oportunidades perversas" que beneficiavam as mulheres sejam também utilizadas pelos homens em busca do primeiro emprego (Lavinias, 2000: 158).

Porém, com o corte de idade que o Programa induz, é provável que se reproduza a relação com o desemprego de homens e mulheres nos anos 1970 e 1980. Não é à toa que a maior parte dos homens participantes tem mais de 50 anos, com possibilidades ainda mais restritas de integração no mercado de trabalho, sendo o Programa quase a única opção.

Na primeira edição do Programa Oportunidade Solidária, apresentaram-se 4.200 pessoas dos Programas Começar de Novo e Bolsa Trabalho. Dessas pessoas, 3.420 participaram dos cursos e atividades nos seis primeiros meses e cerca de 1.200 seguiram até o final. Foram estruturados 34 empreendimentos coletivos e 50 individuais, envolvendo 478 pessoas, sendo 76% mulheres e 24% homens. Durante a segunda fase do Programa, na composição dos participantes havia 33% de homens e 67% de mulheres.

Apesar de não haver dados sistematizados, relatos de experiências locais nos fazem supor que as mulheres têm resistido mais, inclusive quando os empreendimentos passam a funcionar sem apoio direto dos Programas.

Por fim, o Programa São Paulo Confia tem como tomadores de crédito um perfil composto por 51% de mulheres e 49% de homens, sem que nunca se tenha feito uma política de atração dirigida às mulheres.

O balanço geral é de que as mulheres estão em dois casos, com representação nos Programas equivalente à sua presença no público ao qual o Programa se destina (Bolsa Trabalho, São Paulo Confia) e nos demais (Renda Mínima, Operação Trabalho, Começar de Novo, Oportunidade Solidária) com sobre-representação. Assim, a despeito da inexistência de qualquer direcionamento ou ação afirmativa em relação às mulheres, elas estão, sim, tendo acesso a esses Programas que tendem a se articular como um conjunto de políticas universais de inclusão social.

A pergunta seguinte é então: qual a capacidade desses programas de modificar as condições que tornaram as mulheres sobre-representadas em seus públicos-alvos, quer dizer, vivendo em condições de maior pobreza, desemprego e inserção precária no mercado de trabalho? Ela nos remete à execução de cada um dos Programas. Considerando o universo do Projeto Urb-al e seu olhar sobre os grupos exitosos de geração de renda de mulheres, estaremos nos atendo aqui ao Programa Oportunidade Solidária.

Programa Oportunidade Solidária

O Programa Oportunidade Solidária tem seu caráter emancipatório expresso no objetivo de fomentar empreendimentos coletivos e individuais que assegurem rendimentos para as pessoas que participaram dos Programas redistributivos por um período determinado de tempo. Na realização desse objetivo, algumas dificuldades e limites já foram detectados pelos gestores do Programa.

O primeiro desses limites está ligado ao pressuposto do Programa de que havia um saber acumulado e atores políticos no campo da economia solidária capazes de serem mobilizados em sua execução, mas percebeu-se que este acúmulo era insuficiente para a escala de execução do Programa e devido ao perfil de seu público. São pessoas que

“não tinham o perfil empreendedor requerido para enfronhar-se nas estratégias de auto-gestão da economia popular e solidária e tampouco tinham a intenção de desenvolvê-lo. [...] Poucas pessoas tinham um histórico profissional que lhes assegurasse algum grau de capacitação ocupacional para exercer atividades produtivas que não fossem simples extensão do trabalho doméstico, o que lhes empurrava para a escolha de negócios pouco viáveis economicamente e em condições de trabalho bastante precárias ou, mesmo sendo associativas, subordinadas a outras dinâmicas econômicas envolventes” (Schwengber e colaboradores, 2003: 146).

Uma leitura possível dessa questão é de que o saber acumulado na economia solidária, em particular em sua vertente sindical com experiências na gestão de empresas falidas, era de atuação com homens. E, no caso do Oportunidade Solidária, a maioria dos participantes é composta de mulheres. Mulheres que tiveram suas trajetórias de vida marcadas por uma divisão sexual do trabalho e, em muitos casos, nas que têm mais de 40 anos, por um confinamento no espaço doméstico. O que as

mulheres aprenderam a fazer ou que é socialmente aceitável que elas façam pode não ser o que é economicamente viável. E na maioria das vezes não é, porque existem muitas outras mulheres realizando atividades semelhantes sem receber nada por seu trabalho, na família ou na comunidade.

Dos empreendimentos formados, 12 são do segmento alimentação; 5, do comércio e onde está a maioria dos homens; 4, de reciclagem de lixo (estimulados por outros programas que aconteciam simultaneamente nas áreas de atuação dos grupos); 3, de cuidado de crianças; 2, de serviços de limpeza e de horticultura; 2, de artesanato; 1, de construção; 1, de estética; e 1, de cuidado de idosos.

Como exemplo, os 7 integrantes da cooperativa de construção, manutenção e reparos são homens. Todas as 41 integrantes dos três empreendimentos de cuidado de crianças são mulheres. Um empreendimento está estruturado como associação, outro é descrito como tipo "em definição" e, no terceiro, não consta a informação. É de se supor que tenham uma institucionalidade mais frágil que a da cooperativa de construção.

Desse exemplo se depreendem algumas questões. A primeira é quanto aos critérios para avaliar se um negócio é, em potencial, economicamente viável. Certamente nas regiões de atuação dos grupos formados há demanda por creche. Mas também é quase certo que as famílias moradoras da região não tenham recursos para pagar à creche o valor necessário para garantir-lhe um funcionamento adequado e pagar o condizente a suas funcionárias. Estariam os grupos supondo ser possível um convênio com a Prefeitura para repasse de recursos?

A cooperativa de construção se constituiu para atuar na própria região do empreendimento ou para prestar serviços em regiões de moradores com maiores recursos? Como compatibilizar os objetivos de uma remuneração adequada a seus integrantes e promover a qualidade de vida nos bairros onde os empreendimentos se formara? Ainda mais quando se referem a serviços no campo da reprodução (alimentação, cuidado de crianças e idosos), que têm sido assegurados pelo trabalho doméstico não-remunerado das mulheres.

Ainda assim existem serviços de alimentação, cuidado de crianças e idosos que asseguram uma renda satisfatória a quem neles trabalha. Onde estariam as diferenças? Uma delas está no grau de institucionalidade que o grupo tem capacidade de assumir. Por exemplo, no caso da creche, para obter um convênio com a Prefeitura será necessário um alto grau de formalização. Temos evidências empíricas de que as mulheres têm resistido mais à formalização e à institucionalidade nos grupos em que participam. Caberiam maiores estudos para verificar essa hipótese e desconstruir os receios que elas têm. Em estudos já realizados, esse tema aparece refletido na proposta de se estabelecerem normas e estatutos adaptados a iniciativas levadas a cabo principalmente por mulheres. (Mesa de Trabajo Mujeres y Economía, 2001: 104).

Um segundo limite na execução do problema, aventado por seus gestores, é a metodologia utilizada pelas ONGs contratadas no processo de incubação. Os

gestores de SDTS identificam que a metodologia responde a aspectos de desenvolvimento pessoal e cidadania e mobilização social, mas têm limites no desenvolvimento econômico dos grupos (Schwengber e colaboradores, 2003: 150).

Mas o desafio é ainda maior no caso das mulheres. Trata-se de como integrar as preocupações de uma leitura de gênero, de seu fortalecimento como pessoa nas ações dirigidas à formação profissional, gestão, desenvolvimento de habilidades necessárias ao mundo dos negócios. Por exemplo, as dificuldades que as mulheres enfrentam nos grupos de geração de renda refletem déficits em sua experiência de vida pública e em sua identidade como trabalhadoras. Durante o Projeto Urb-al, pudemos conhecer uma cooperativa formada pelo Programa Oportunidade Solidária que presta serviços na área da alimentação, fornecendo lanches e refeições prontas. Era formada por 28 mulheres e 4 homens, no momento em que a conhecemos.

No registro realizado pelo livro organizado por Márcio Pochmann, a cooperativa estava formada por 20 mulheres e 4 homens. Na observação da entrevistadora, Marta Bergamin, esse grupo estava mais bem estruturado do que outros acompanhados pela mesma ONG para formar restaurantes. Sua hipótese de diferenciação era dada pela presença de dois senhores com experiência e iniciativa maiores, conseguindo assim organizar o grupo. Um desses senhores é síndico de seu prédio, tendo, assim, uma boa noção administrativa; o outro senhor, junto com sua mulher, teve uma creche informal em sua casa. Na cooperativa, eles cuidam da parte administrativa, fazendo, por exemplo, estimativas dos custos das refeições e de estruturação física do restaurante.

Em uma experiência de fornecimento de lanches em um evento, todas as mulheres encarregadas se atrasaram e não realizaram a contento o que havia sido planejado. Todas tinham boas razões relacionadas ao cuidado com a família: uma esperava alguém que ficasse com seu neto; outra esperava mais do que o previsto um médico para atendimento de um parente que acompanhava. Nenhuma pôde, naquele momento, priorizar a responsabilidade com o grupo e o trabalho em relação à responsabilidade com a família. Na vivência com vários grupos de geração de renda, percebemos que nos momentos de crescimento do grupo, de possibilidades reais de ser uma alternativa econômica, os membros da família tensionam, exigindo maior atenção e uma simbólica volta para casa.

Esses exemplos são condicionantes do gênero que, se não tratados como problemas políticos, podem implicar a desistência de algumas ou várias mulheres, bravas resistentes de pressões sociais e familiares.

Conclusão

Os programas de inclusão social coordenados pela SDTS do município de São Paulo têm uma perspectiva universal, centrada no sujeito. Com exceção do Renda Mínima, que tem como foco a família, todos os demais miram o indivíduo, seu fortalecimento pessoal e capacitação profissional para se reposicionar no mundo do

trabalho e contribuir para a melhoria de seu entorno.

Essa perspectiva evita que os programas sejam tomados, ao menos quanto a seus objetivos, pela ideologia familista que inscreve programas sociais de combate à pobreza.

Porém a realidade de mulheres e homens não é marcada somente por sua condição de classe, mas também por sua condição de gênero e raça. É necessário considerar essas três categorias como base de análise para reverter as condições de produção e reprodução da pobreza, e mesmo para ampliar os instrumentos de enfrentamento dos limites encontrados na execução dos programas. Elas permitem, além disso, reconstruir o que é uma perspectiva universal, incorporando dimensões que têm sido historicamente destinadas às mulheres e invisibilizadas.

Um desafio importante é construir metodologias e práticas nas atividades de formação que integrem as várias dimensões do fortalecimento pessoal, cidadania, desenvolvimento de habilidades, superando dicotomias. Outro é seguir acompanhando as trajetórias de mulheres e homens participantes dos programas, em suas relações de trabalho, na família e na comunidade³. E, por fim, ampliar as articulações entre os vários programas e políticas públicas, em especial as políticas de apoio à reprodução social, pois a atribuição às mulheres do cuidado das crianças, doentes e idosos e do trabalho doméstico tem sido um sério limitante à sua integração plena no mundo do trabalho.

Bibliografia

ALMEIDA, Rosa Maria e colaboradores. O Programa Começar de Novo. In POCHMANN, Márcio (org.). *Outra cidade é possível; alternativas de inclusão social em São Paulo*. São Paulo, Cortez, 2003.

BANCO MUNDIAL. *Towards Gender Equality. The Role of Public Policy*. Washington D.C., 1995.

BARBOSA, Alexandre et alli. A Estratégia Paulistana de Inclusão Social: Parâmetros para Avaliação e Monitoramento. In POCHMANN, Márcio (org.). *Outra cidade é possível; alternativas de inclusão social em São Paulo*. São Paulo, Cortez, 2003.

FONSECA, Ana Maria et alli. O Programa Renda Mínima. In POCHMANN, Márcio (org.). *Outra cidade é possível; alternativas de inclusão social em São Paulo*. São Paulo, Cortez, 2003.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, Boitempo, 2002.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e políticas urbanas. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e SANTOS JR., Orlando Alves dos. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

³ Para estudos que articulam trajetórias de operárias e operários na família e na empresa, ver Hirata, 2002.

———. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. *Trabalho e gênero. Mudanças, permanências e desafios*. São Paulo/Campinas/Belo Horizonte, Abep, Nepo/Unicamp e Dedeplar/UFMG, Editora 34, 2000.

MESA DE TRABAJO MUJERES & ECONOMIA. *Economía solidaria: Estrategias de mujeres frente a la crisis económica*. Cuatro estudios de caso. Bogotá, 2001.

MESTRUM, Francine. De l'utilité des femmes pauvres dans le nouvel ordre mondial. Une analyse de la place des femmes dans le discours des organisations sur la pauvreté. In: BISILLIAT, Jeanne (org.). *Regards de femmes sur la globalisation*. Approches critiques. Paris, Karthala, 2003.

POCHMANN, Márcio (org.). *Outra cidade é possível; alternativas de inclusão social em São Paulo*. São Paulo, Cortez, 2003.

SCHWENGBER, Ângela e colaboradores. O Programa Oportunidade Solidária. In POCHMANN, Márcio (org.). *Outra cidade é possível; alternativas de inclusão social em São Paulo*. São Paulo, Cortez, 2003.

SILVERA, Maria Lucia da. Perspectiva de gênero e raça no programa de renda mínima de Santo André. In: CARVALHO, Maria do Carmo e RIBEIRO, Matilde (orgs.). *Gênero e raça nas políticas públicas*. São Paulo, Pólis, 2001.

Lajeado: gênero e juventude

Um relato de experiência

ROSA SILVIA LOPES CHAVES¹

*"Vamos contar nossa história
De alguns projetos para nós
Um deles se chama, Bolsa Trabalho
E foi inventado pra nós*

*Hoje conhecemos pessoas,
No Conexão Girassol.
Este é o nosso grupo
Mulheres ativas
Mulheres charmosas também
Aprendemos 'de montão',
Nosso grupo, diversão*

*Essa é a realidade
Do tipo que inspira alegria
E por isto estamos aqui*

*Queremos aprender
e sempre estar aqui
Objetivos no futuro
Queremos atingir
Queremos aprender-er-er
E sempre estar aqui-i-i"*

*(Conexão Girassol, letra construída
sobre a música Amor I love you,
de Marisa Monte e Arnaldo Antunes)*

A epígrafe refere-se à letra elaborada pelo grupo de bolsistas do Programa Bolsa Trabalho, para o projeto que desenvolvemos na região de Lajeado, zona

¹ Coordenadora Pedagógica da Prefeitura Municipal de São Paulo, mestranda em Psicologia da Educação pela PUC-SP, foi técnica da Coordenadoria Especial da Mulher no período de maio de 2001 a abril de 2003, responsável pela coordenação geral do projeto.

leste da cidade de São Paulo. Foi a versão final, fruto de um processo de discussão e avaliação grupal do percurso coletivo durante o período de 2 julho a 21 de dezembro de 2001. Dialogaremos com esse registro, objetivando resgatar o processo de construção coletiva da identidade do grupo, na perspectiva da coordenação do projeto.

“Vamos contar nossa história de alguns projetos pra nós”

O Programa Bolsa Trabalho (Lei n.º 13.163, de 05/07/2003, regulamentada pelo Decreto n.º 40.845, de 11/07/2001) começou a ser desenvolvido na Prefeitura do Município de São Paulo, na atual gestão popular democrática. Tem como objetivos:

“(...) oferecer meios para que os jovens de baixa renda pudessem continuar vinculados à rede escolar; propiciar aos beneficiários uma capacitação adicional – não necessariamente dirigida ao mercado de trabalho, embora os cursos criem condições mais favoráveis para tanto; potencializar a integração dos jovens em seus bairros, através do desenvolvimento de atividades comunitárias e do (re)conhecimento dos distritos onde residem; e melhorar as condições de vida dos jovens e de seu grupo familiar” (Pochmann, 2003: 79-80).

Atende a um segmento da população com renda familiar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo mensal, adolescentes e jovens de 16 a 20 anos, que, ao ingressarem, recebem:

“um valor monetário que corresponde a 45% do valor do salário mínimo nacional vigente, mais o valor para as despesas de locomoção para os locais do curso e seguro de vida coletivo” (Pochmann, 2003: 81).

Para receber os benefícios a que tem direito o/a bolsista precisa: freqüentar atividades de formação cidadã, nos diferentes projetos desenvolvidos (ter 85% de freqüência nas atividades), gerar e desenvolver projetos na comunidade em que está inserido/a e garantir freqüência igual ou superior a 75% na escola. Em nosso grupo, tivemos casos de bolsistas que retornaram à escola para poderem participar do Programa.

Os projetos foram desenvolvidos a partir de parceria entre as diversas secretarias sob a coordenação geral da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS). Todas as secretarias municipais foram solicitadas, no mês de fevereiro de 2001, a apresentar um projeto a ser desenvolvido na primeira fase dos programas sociais, que ocorreria somente nos distritos de Lajeado e Capão Redondo.

A assessoria do Setor Geral de Planejamento e Controle (SGPC), responsável, na época, pelos programas e projetos referentes à criança e ao adolescente do Gabinete da Secretaria de Assistência Social (SAS), teve a incumbência de elaborar tal projeto para apresentação à SDTS.

O primeiro momento da elaboração se deu por meio do levantamento do diagnóstico da região, com as técnicas de Itaquera-Guaianases da SAS. O principal problema constatado foi o grande número de adolescentes grávidas. Pensamos em um projeto que ampliasse as demandas dessas jovens e estimulasse a contracepção compartilhada e a paternidade responsável, cuja temática central seria Sexualidade e Gênero. A primeira parceria efetuada foi com a Coordenadoria Especial da Mulher (CEM), da Secretaria do Governo Municipal, que acompanhou e participou do processo de elaboração.

A coordenadora do projeto, que, no início do processo compunha a equipe de Assessoria da Criança e do Adolescente do SGP do Gabinete da SAS, passou a compor o quadro de pessoal da CEM e, a partir de tal mudança, acabou assumindo o papel de coordenadora geral do projeto. Por fim, esse projeto foi executado em parceria com a regional de Itaquera-Guaianases da SAS. No decorrer do processo, foram estabelecidas outras parcerias (gratuitas) com a sociedade civil e lideranças locais para potencializar/viabilizar as ações que planejamos.

O nome dado, por sugestão de uma técnica que na época compunha a equipe da CEM, foi **Conexão Girassol**. O movimento do girassol em busca da luz solar nos pareceu a metáfora que poderia ser adequada para exprimir as premissas do projeto: partir da realidade e potencialidades locais e ampliar perspectivas e espaços *de luz*. A idéia de conexão reforça os pressupostos da articulação e das parcerias.

“Um deles [dos projetos] se chama Bolsa Trabalho E foi inventado pra nós”

O planejamento e cronograma geral do projeto ocorreu de forma intensa no período de abril a junho. Após o início do projeto, agendávamos reuniões para replanejamento com os/as parceiros/as. Quando este/a não podia participar, agendávamos reuniões individuais, de forma a garantir que, antes de desenvolver a atividade no grupo, a pessoa tivesse o olhar da totalidade do processo.

Pensamos na sexualidade de forma ampliada. Nesse sentido, o projeto teria como proposta temática módulos variados que incluíssem artes, reflexões sobre relações de gênero, ideologia, sistema capitalista de produção, relações de trabalho e globalização, visitas a espaços artístico-culturais da cidade, e oficinas de artesanato, entre outras possibilidades. Tivemos como hipótese a ampliação de demandas das jovens para além da maternidade. Enfim, almejávamos ações que incidissem nos projetos de vida das bolsistas.

Justificativa

Na justificativa, fizemos um breve relato sobre a região e sobre a natureza do projeto:

“A região de Lajeado, situada na zona leste de São Paulo, apresenta grande

extensão geográfica com poucos recursos sociais disponíveis diante da demanda de jovens na faixa etária de 14 a 20 anos – 15.379 adolescentes, de acordo com dados da Fundação IBGE – censo 1991-1996.

A região apresenta alto índice de violência, tendo em vista, a situação de desemprego e subemprego das famílias e jovens.

Há dados que apontam para o alto índice de gravidez na adolescência e consumo de drogas. Faz-se necessária uma intervenção social em parceria com a sociedade civil organizada, objetivando atuação e formação de jovens monitores comprometidos com a discussão da questão da sexualidade”.

A ação dar-se-ia em dois âmbitos:

1. Na formação desse/a adolescente;
2. No exercício de protagonismo juvenil com a comunidade local, inserindo sua atuação nos serviços sociais e educativos: escolas, postos de saúde e associações de bairro.

Os objetivos delineados foram:

Objetivo geral:

Comprometer os/as jovens com a busca de soluções para os problemas de sua comunidade, valorizando e fortalecendo vínculos escolares, comunitários e assumindo responsabilidades com as relações interpessoais.

Objetivos específicos:

- :: formar os/as jovens para serem agentes multiplicadores no eixo temático sexualidade e gênero;
- :: estimular a participação em programas, projetos, serviços e atividades de interesse coletivo no local e na cidade;
- :: ampliar a perspectiva de atuação pública e desenvolvimento pessoal dos/das jovens envolvidos;
- :: favorecer espaços para articulação das demandas e necessidades sociais da comunidade;
- :: estimular a paternidade responsável;
- :: propiciar espaços para a articulação com os recursos da área e com os movimentos organizados do local.

Tínhamos como meta o atendimento de 50 jovens de ambos os sexos, por um período de seis meses. Pensávamos em oferecer as atividades para duas turmas com 25 jovens em cada uma e solicitamos à Secretaria do Trabalho, encarregada de compor as turmas, que houvesse quantidade equivalente entre os sexos nas turmas que iríamos trabalhar. A solicitação embasou-se nos dados veiculados pelo processo de cadastramento, que contava no geral com 45% de jovens do sexo masculino e 50% jovens do sexo feminino.

Foi uma surpresa quando, às vésperas de iniciarmos o projeto, deparamos com uma lista de integrantes apenas do sexo feminino, o que fez com que revísse-

mos nosso planejamento inicial, adequando-o à nova configuração grupal. Uma das alterações foi a revisão do objetivo de *estimular a paternidade responsável*, por entendermos que o projeto não teria acesso direto a essa questão, focando apenas a temática da contracepção compartilhada.

Do universo inicial de 50 inscrições, compareceram às atividades desde o primeiro dia apenas 30 jovens e permaneceram até o final do projeto 26 bolsistas (sendo que duas das que se afastaram foi por encontrarem emprego de período integral). Diante desse quadro, foi composta apenas uma turma no projeto, no período da tarde.

“Mulheres ativas Mulheres charmosas também”

Este é o perfil do grupo, formado por 30 jovens com idades de 16 à 19 anos² moradoras da região, a maioria negra/afrodescendente, com escolaridade entre o segundo ano do ciclo final do ensino fundamental e o terceiro ano do ensino médio³. A maioria nasceu no Estado São Paulo, sendo 17 na capital e 5 no interior; apenas 6 nasceram em outros Estados. Das adolescentes e jovens, 12 eram mães e cuidavam dos/as filhos/as. Para a maioria, a possibilidade de participar do projeto era uma vitória, considerando que o processo de cadastramento na região foi conturbado porque a procura foi superior às vagas oferecidas.

O fato de contarmos com cerca de 40% de jovens com filhos (mães adolescentes) foi surpreendente, pois imaginávamos encontrar um percentual mais baixo. A maioria das jovens mães morava com a família, pois os parceiros não assumiram a paternidade e não compartilhavam a responsabilidade na educação da criança. Durante o primeiro mês, conversamos com cada uma, aventando possibilidades para compartilharem o cuidado e educação das crianças no horário do projeto, uma vez que muitas traziam seus filhos nos encontros.

Em boa parte das famílias, a bolsa da jovem acabava sendo a principal renda, pois os demais membros da família estavam desempregados e/ou na economia informal (sem renda fixa).

Fizemos um levantamento inicial das expectativas, bem como, por meio de um questionário, buscamos obter mais dados para a composição do perfil do grupo. Interessava-nos investigar a expectativa da bolsista em relação ao projeto, a partir do que imaginava ser o resultado (“O que espero alcançar ao final do programa bolsa trabalho?”). As respostas obtidas foram relevantes no processo de planejamento e replanejamento do projeto, fazendo-nos aventar novas hipóteses com relação ao grupo.

2 A maioria tinha entre 17 e 18 anos. De forma mais detalhada, podemos destacar a quantidade de bolsistas por faixa etária: 16 anos, 2; 17 anos, 19; 18 anos, 11; 19 anos, 1.

3 Com relação à escolaridade, utilizando os termos antigos: 6.ª série, 1 bolsista; 7.ª série, 2; 8.ª série, 4; 1.º colegial, 8; 2.º colegial, 9; 3.º colegial, 6.

Reunimos as respostas semelhantes e buscamos generalizá-las: emprego foi a que mais apareceu, com 11 respostas (expressas em: "alcançar um bom emprego", "sair com emprego", "experiência para o emprego", "oportunidade no mercado de trabalho", "experiência profissional"); obter maiores conhecimentos, aprendizado, com 9 respostas ("conhecimento", "desenvolvimento", "aprendizado"); obter conhecimento para aumentar as possibilidades de trabalho, com 3 respostas; e agrupadas como "outros", com 8 respostas ("ser pediatra", "ir até o fim", "experiência de vida", "projetos futuros").

Emprego e qualificação para o emprego foram as respostas que mais apareceram, traduzindo as preocupações do grupo. Em um dos módulos desenvolvidos – Mundo do Trabalho – abordamos a perversidade da relação capital-trabalho na sociedade capitalista e o desemprego estrutural, e apresentamos dados da empregabilidade dos jovens, desagregados por sexo e raça, para discussão.

O que mais nos intrigou foi o fato de conciliarmos essas respostas escritas com as obtidas na dinâmica em que cada bolsista expunha seus medos e coragens com relação ao projeto. Observamos que o maior temor no grupo era o de não conseguir ficar até o fim. Tal temor, expresso no início do projeto, surpreendeu-nos, mas, ao considerarmos o número de inscritos e participantes do grupo nesse projeto como em outros grupos da região, tal receio se justificou. A evasão foi muito pequena, pois, desde o processo de elaboração inicial, pautamo-nos na tarefa de constituir um grupo, e não só um conjunto de pessoas, de investir na vinculação dos membros entre si e com a coordenação, e de propor atividades que ampliassem as demandas individuais e grupais. Os receios expressos ratificaram nossa perspectiva metodológica.

"Hoje conhecemos pessoas no Conexão Girassol"

A maioria das bolsistas não se conhecia antes do projeto. Iniciamos com uma atividade de apresentação das/os colaboradoras/es parceiras/os (dos/as iniciais, visto que, no decorrer do semestre, conseguimos novas parcerias), das coordenadoras do grupo e das bolsistas. Buscamos propiciar atividades para a integração grupal, que resgatassem a história de vida dos sujeitos envolvidos, evidenciassem preferências musicais, de lazer, entre outros aspectos, visando propiciar formas de identificação entre os/as integrantes. No semestre, o grupo teve oportunidade de vivenciar oficinas e/ou palestras com outros/as interlocutores/as da comunidade local, professoras/es universitárias/os (que fizeram parceria no desenvolvimento do módulo Mundo do Trabalho e no de Artes), conselheiros/as tutelares, movimentos sociais da região.

Durante todo o projeto, trabalhamos as relações grupais, *partimos do pressuposto de que os conflitos fazem parte do convívio em grupos democráticos* e precisam ser explicitados (não evitados) e negociados na coletividade.

No primeiro mês, tivemos como foco principal a construção da identidade do grupo com as coordenadoras. Todas as atividades eram voltadas a esse fim e tal foco permeou todo o projeto. Julgamos que a permanência das bolsistas foi também garantida com essa metodologia.

As parcerias foram introduzidas aos poucos no grupo, visando enriquecer o debate, e toda vez que chamávamos uma/um nova/o interlocutor/a, não a/o deixávamos sozinha/o: cuidávamos da apresentação desta/e, articulando com o grupo.

Outra preocupação que tínhamos era a de pedir a uma jovem, que morasse perto de outra que tivesse faltado por mais de duas vezes consecutivas, fazer a esta uma visita para saber o motivo das ausências e, se necessário, encorajá-la a retornar. Foi assim que duas bolsistas, que tiveram seus benefícios suspensos por não freqüentarem as atividades, retornaram ao grupo, permanecendo até o término das atividades, após o empenho de duas colegas.

**"Aprendemos 'de montão',
Nosso grupo, diversão
Essa é a realidade
Do tipo que inspira alegria
E por isso estamos aqui"**

Os conteúdos pensados foram ampliados com as parcerias estabelecidas, que trouxeram diversos saberes. Dialogando com a universidade e os movimentos populares, alimentamos nossas discussões com as pesquisas recentes, tais como o mapa da vulnerabilidade, os indicadores Seade/Dieese, a partir das quais as bolsistas puderam pensar seu território, comparando-o com os demais, entender o conceito de vulnerabilidade social e discutir sobre trabalho e empregabilidade. Elas foram, também, informadas sobre a dinâmica do Orçamento Participativo e estimuladas a participar das reuniões do distrito ao qual pertenciam. Quanto aos movimentos sociais e lideranças locais, os saberes necessários para a participação e o controle social foram fomentados e temáticas específicas foram devidamente abordadas e aprofundadas. Essas parcerias foram o grande ganho no/do processo e de nossa premissa metodológica⁴.

Nos meses de agosto a novembro, foram desenvolvidas com as jovens, uma vez por semana, atividades de teatro e grafite (agosto a outubro), no Sesc Itaquera, fruto de uma parceria estabelecida. Inicialmente providenciamos a condução para as jovens, mas, devido aos problemas que enfrentamos, não pudemos garantir mais esse recurso. Porém as jovens continuaram a participar dessas atividades com os recursos da bolsa, provando o grau de envolvimento experimentado.

Tínhamos também como foco a ampliação das formas de expressão dessas jovens, utilizando instrumentos variados, como música, filmes, poesia, releituras de obras de arte, dramatizações, entre outros. Elas puderam discutir os tipos e con-

⁴ É por essa razão que termino o presente texto com os devidos agradecimentos.

dições de trabalho a partir das fotografias expostas em CD ROM do artista Sebastião Salgado (da obra *A arqueologia do trabalho*). Foram à mostra do artista plástico Alex Fleming e tiveram atividades com uma arte educadora que, a partir de dramatizações e demais instrumentos, instigou o grupo a *reler* a exposição. Fomos à Bienal, ao Teatro Municipal, à Pinacoteca do Estado. Pelo menos uma vez por mês prevíamos atividades externas com o grupo, visando abrir os horizontes na leitura da cidade e romper com os interditos sociais e culturais implícitos.

Nas oficinas, a identidade afrodescendente foi reconstruída e ressignificada por meio de vivências de arte, dança afro, penteado afro e discussões sobre raça/etnia, a partir de filmes, músicas e análise de revistas, jornais, entre outros meios. Interessava-nos problematizar o processo de construção étnico-racial em uma sociedade racista, desconstruindo o *mito da democracia racial*. As parcerias com os movimentos sociais Oriashé (que desenvolveu as oficinas de dança afro, penteados étnicos e discussões de filmes) e Fala Negão (que também contribuiu nas discussões sobre a temática do combate ao racismo e possibilitou às jovens escrever artigos para o jornal do movimento) e com a Coordenadoria Especial dos Assuntos da População Negra (que também desenvolveu oficinas com as jovens sobre identidade racial e auto-estima) foram fundamentais.

Nas diversas atividades, pretendíamos aliar o rigor metodológico do conhecimento e o lúdico, desafiando a novas buscas e pesquisas. Como diria Paulo Freire:

“O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática [...] reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se ‘aproximar’ dos objetos cognoscíveis [...]” (Freire, 1996: 28).

Ao abordarmos as diversas temáticas do projeto, partíamos das representações do grupo e problematizávamos e trazíamos diferentes fontes de informações.

A organização e trabalho em subgrupos e no coletivo foi a grande tônica. De acordo com as jovens, a maioria teve pouca experiência de trabalhos em grupo em sua vivência escolar. Muitos dos temas tratados foram novos para elas e lhes despertaram interesse.

Todas eram responsáveis pela organização do espaço: a cada semana um subgrupo ficava designado para essa organização, além da recepção das participantes, da distribuição de materiais, do auxílio às coordenadoras no recolhimento de materiais e no controle das assinaturas da lista de presença.

As atividades de monitoria foram realizadas em dois espaços: no programa Espaço Gente Jovem (atualmente denominado Núcleo Sócio-educativo) da Organização Social Joilson de Jesus e em uma creche próxima. As bolsistas foram divididas em subgrupos e tinham a incumbência de planejar atividades/oficinas com outros/as adolescentes e planejar brincadeiras e teatro de fantoche com as crianças, abordando a temática da Educação Não-sexista. Essas atividades ocorreram sob a nossa supervi-

são e acompanhamento. No módulo Criando Elos, estavam os principais conteúdos que foram trabalhados para a atuação das bolsistas na monitoria.

Um saldo interessante foi a atividade articulada por um dos grupos na escola estadual da qual faziam parte. Infelizmente não pudemos acompanhar o processo, já que se deu no período noturno, mas acompanhamos com entusiasmo os relatos das monitoras. Elas tiveram a idéia de reproduzir algumas das oficinas de prevenção na escola, pois, quando comentaram com as/os colegas os conteúdos do projeto, observaram que surgira grande interesse. Esse desdobramento, que era previsto em nosso planejamento, foi uma agradável surpresa, já que indicou o grau de apropriação que as bolsistas tiveram do conteúdo trabalhado.

"[Objetivos no futuro] queremos atingir"

Enfrentamos muitas dificuldades para concretizar o projeto. Primeiro, pelo fato de ser um programa novo e de descobrirmos algumas lacunas durante o processo, o que gerou aprendizado para ser utilizado nas próximas turmas.

No início do projeto, algumas funcionárias da CEM compraram material com os próprios recursos. Com relação aos lanches, nós, as coordenadoras do grupo, arcamos com as despesas nos primeiros meses do projeto, uma vez que o Programa não as previa. A coordenadora geral comprou os filmes para a maioria das fotos e a revelação foi doação de outra técnica (da SAS), que também coordenava o grupo. Essas doações oneraram nossos orçamentos pessoais, já comprometidos com as demais despesas.

O deslocamento até o local do projeto foi particularmente difícil. A articulação com as lideranças locais foi a estratégia pensada para continuidade dos vínculos estabelecidos e acompanhamento pós-projeto.

Avaliamos que o aspecto em que o projeto menos avançou foi no de geração de renda. Aventamos inicialmente a hipótese de, a partir das oficinas de marchetaria e penteados afro, podermos fomentar atividades de geração de renda após o término do projeto ou conseguir compor uma cooperativa com as jovens. Pudemos verificar que tais hipóteses eram ambiciosas, considerando a duração do projeto.

Conseguimos, pela parceria entre a Coordenadoria Especial dos Assuntos da População Negra e o Senac, propiciar a cada jovem uma bolsa integral nos cursos compatíveis com a escolaridade de cada uma e de acordo com os pré-requisitos dos cursos desenvolvidos. Surpreendeu-nos o fato de apenas 5 jovens das 30 integrantes do grupo terem feito a matrícula, apesar da intensa divulgação. Imaginamos que, além dos custos que teriam e arcar com condução e alimentação, outros fatores devem ser considerados. Talvez precisássemos de mais tempo...

Enfim, os tempos do projeto e do processo grupal não foram conciliados. Seriam necessários pelo menos mais seis meses de trabalho para fortalecer os vínculos das bolsistas na comunidade. O maior impedimento foi a falta de recursos

humanos cedidos por órgãos públicos para dar continuidade a um projeto de tal envergadura. Além de dar seguimento a esse grupo, seria necessário acompanhar outras turmas que estavam sendo formadas.

No último mês, fizemos uma avaliação detalhada dos conteúdos e metodologia adotados, no âmbito tanto dos/as formadores/as quanto das bolsistas. Foi feita uma entrevista individual para investigar os *ganhos* do projeto a partir da percepção das jovens. Duas perguntas foram significativas: "O que aprendi no projeto que foi importante na minha vida (O que vou levar do projeto para minha vida)?"; "O que trouxe da minha vida para o projeto?"

O grande ganho apontado por elas foi a ampliação de perspectivas. De acordo com uma das jovens, após o projeto, ela começou a sonhar com a possibilidade de fazer uma faculdade, o que até então não imaginava ser possível. Outros depoimentos apontaram elevação da auto-estima e do aprendizado, e a vivência grupal: "*Em todo grupo é preciso união, igualdade, participação, respeito... Sempre vou levar comigo essas regras*"; "*... aprendi a lidar com pessoas diferentes*"; e o sentimento de fortalecimento: "*Capaz e que posso tudo*"; "*Ser persistente e passar por cima dos obstáculos*"; "*A importância de estar bem informada...*" .

Quanto ao que teriam trazido para o projeto, as jovens em geral apontaram para seu jeito de ser, suas potencialidades: "*Eu trouxe da minha vida [...] compreensão e diálogos com todos e também sinceridade [...]*"; "*Trouxe minha forma de pensar, de agir e respeitar as pessoas*" ou "*O pouco de informações que tinha eu levei comigo para o projeto. A minha atenção, o meu respeito com outras pessoas e a minha timidez*".

Seria necessário retornar na área dois anos após o término do projeto e entrevistar as jovens bolsistas para investigar o quanto a experiência vivida incidiu em seus projetos de vida.

Considerações finais

Impactos da Conexão Girassol

Após a primeira etapa do programa, a STDS socializou os diversos projetos desenvolvidos e, a partir das experiências, foram definidos os conteúdos a serem trabalhados em todos os grupos do programa no Módulo Básico (Formação Cidadã). A elaboração foi feita inicialmente por um grupo de trabalho do qual a CEM participou, pautada na experiência vivida no Lajeado. A Coordenadoria forneceu elementos para pensar sobre a construção social das identidades de gênero/raça, bem como para incorporar na transversalidade das discussões as categorias classe, gênero e raça na abordagem das diversas temáticas.

A proposta do grupo de trabalho foi apresentada ao coletivo dos/as responsáveis pelos programas sociais em cada secretaria. A temática de gênero/raça foi incorporada neste Módulo Básico, porém julgamos que os formadores sejam preparados para focar esses conteúdos.

Na verdade, não houve só mudança na vida das jovens do Lajeado...

A experiência vivida deixou profundas marcas em minha formação e atuação profissional. Foi uma história escrita com suor e paixão. Paixão de acreditar em algo ainda não concretizado, buscar parcerias, compartilhar sonhos, investimentos financeiros e emocionais. Inspirei-me no texto de Rubem Alves para explicar a razão pela qual, a despeito de tudo, prossegui e persegui meus sonhos: as paixões impulsionam os sujeitos e criam o belo.

"A paixão é emoção gratuita. Não há causas que a expliquem. Mas, quando acontece, ela age como uma artista: da paixão surgem cenas de beleza. [...]

[...]

Meus sonhos são minhas esperanças. Os sonhos são a imagem visível das esperanças. Eles não correspondem a nada que exista. Não têm, portanto, existência no mundo da ciência. Mas os sonhos é que nos separam dos animais.[...]

Existe um mundo que acontece pelo desenrolar lógico da história, em toda a sua crueza e insensibilidade. Mas há um mundo igualmente concreto que nasce dos sonhos [...] existiram primeiro como sonho, antes de existir como fatos. Quando os sonhos assumem forma concreta [...] surge a beleza.

[...] *Não busco discípulos para comunicar-lhes saberes. Os saberes estão soltos por aí para quem quiser. Busco discípulos para neles plantar minhas esperanças"* (Alves, 1999: 07, 10 e 11).

Às *meninas*, como as chamava carinhosamente, agradeço o convívio e os desafios emergentes, a receptividade e o afeto que nos uniu. Aprendi muito com nosso grupo, escrevemos história com cumplicidade, desejo que nossa experiência fomenta esperanças...

Anexo

Conteúdos trabalhados

A. Módulo básico *Ética e cidadania*

1. *Quem somos/A identidade do grupo/Vida em grupo:*

Apresentação geral do programa, do projeto e do grupo

História de vida: construindo o "corpo social" (construção do coletivo)

Contrato didático: as regras que nortearão o grupo – esfera ética

Resgate da história local e das representações construídas sobre o distrito

Logotipo: qual será a marca do grupo?

2. *Aprendendo a ser e a conviver:*

Ética no cotidiano das relações

Jovem cidadão: o que significa ser agente na comunidade?

Educação para a cidadania: implicações

Pluralidade: convivendo, respeitando e compondo com as diferenças
A arte como apropriação do legado cultural e histórico da humanidade

3. *Criando elos:*

Exercício da monitoria: coordenar outro grupo

Escuta e respeito ao outro

Construindo dinâmicas de grupo

Convivendo em grupo e ampliando as relações

Construindo caminhos com o grupo de monitoria (discussão e acompanhamento das intervenções feitas pelos bolsistas)

B. Módulo Sexualidade e gênero

1. *Adolescência e vulnerabilidade:*

O que significa ser adolescente hoje

Conceito de vulnerabilidade

2. *Sexualidade e diversidade:*

Conceito de sexualidade

Desenvolvimento sexual

Diversidade: homossexualidade, bissexualidade e heterossexualidade

A mídia e a sexualidade

3. *Relações de gênero:*

Construção das identidades de gênero

Diversidade e pluralidade étnica, cultural e social

Rompendo estereótipias

Construindo a igualdade

4. *Corpo e auto-estima:*

Como é visto o corpo (na individualidade e na sociedade)

Corpo erótico

Corpo social

5. *Direitos sexuais e reprodutivos na esfera da ética e da cidadania:*

Interação social e comunicação: namoro ou relações eventuais, família, amizade, amor, casamento ou união estável

Aborto

Violência/abuso sexual

6. *Prevenção DST/AIDS e situações de risco:*

Droga

Redução de danos
Sociedade e violência
Sexo

7. *Gravidez na adolescência: responsabilidade compartilhada*

C. Módulo Relações com o mundo do trabalho

O jovem e as relações com o mundo do trabalho (análise conjuntural, experiências de auto-gestão)

Trabalho intelectual e manual

Ideologia/sistema político/econômico – analisando e construindo conceitos no cotidiano

Participação popular e Orçamento Participativo

Os direitos do trabalhador x trabalho informal

Economia solidária (cooperativas, associações etc)

Grafitagem, marchetaria e estética capilar afro, como possibilidades de autogestão

D. Módulo Arte, cultura e cidadania

1. *Corpo em foco:*

Ouvir

:: escuta do outro: contos, narrativas, anedotas, poesias, músicas, jograis, RAP (ouvir e construir)

:: escuta de si e expressão ao outro: nos vários gêneros do discurso/ expressões/ interlocução/comunicação

Ver

:: reconhecer

:: conhecer

:: apresentar:

cinema, teatro, mímica, ópera, dança

Construção da logomarca do grupo

Sentir

:: contato e identificação através do toque, explorando objetos

Oficina de Arte – trazer também questões de etnia e gênero pela via artística

Dança Afro.

Metodologia

Oficinas temáticas com a duração de quatro horas diárias (perfazendo um total semanal de vinte horas), divididas em: formação teórico-prática, atuação como monitor(a) nas diversas instituições da área, ateliê de arte, visitas e atividades culturais na região e na cidade, por um período de seis meses.

Garantir a articulação semanal e o diálogo dos/as bolsistas com os movimentos organizados da região e propiciar espaços para reflexão e divulgação dos recursos da área e trabalhos realizados de caráter social.

Garantir diversas formas de registro entre a equipe coordenadora, os/as bolsistas, os/as adolescentes e os/as educadores do Espaço Gente Jovem, bem como a ampliação da ação de protagonismo .

Os princípios metodológicos estarão apoiados numa perspectiva dialógica e crítica, voltados à reflexão do jovem para o exercício da cidadania: problematização, discussão, e não imposição de valores do/a orientador/a, estabelecimento do "contrato didático", ou seja, das regras que permearão as relações do grupo dos/as bolsistas e a atuação com adolescentes, dramatizações, dinâmicas, discussão, vivência e planejamento de oficinas temáticas, palestras/diálogo com os movimentos organizados locais, depoimentos. Os temas serão também abordados tendo como eixo condutor as diversas formas de manifestação artístico-cultural.

Atividades teóricas

Oficinas temáticas, palestras, vídeos e depoimentos para formação dos/as bolsistas, envolvendo profissionais de SAS-IQ/G , Coordenadoria da Mulher, Saúde do Distrito local, movimentos feministas, Conselho Tutelar da região, arte-educadores.

Atividades práticas

Essas temáticas deverão ser vivenciadas e planejadas inicialmente com os/as bolsistas para que posteriormente atuem nos grupos de adolescentes dos Espaços Gente Jovem da Casa dos Meninos I e II da Entidade Social Joilson de Jesus. Essa atuação dar-se-á nos grupos dos Espaços Gente Jovem no momento da rotina denominado Grupo de Orientação, realizando oficinas com a duração de 1h30 a 2 horas, em dois subgrupos, abordando e ampliando os temas acima descritos.

Estratégias

Realização de oficinas, tendo em vista os eixos temáticos Ética e Sexualidade, para formação do/a adolescente, garantindo o acompanhamento do desdobramento das ações desse/a adolescente como agente multiplicador.

Cronograma semanal

Segunda-feira: Ética e Cidadania

Terça-feira: Mundo do Trabalho – noções de economia solidária

Quarta-feira: Arte, Produção Cultural e Gênero/Raça/Etnia, atividades externas (ida a museus e teatros, no mínimo uma vez por mês)

Quinta-feira: Curso de Teatro/grafite no Sesc Itaquera

Sexta-feira: Sexualidade e Gênero.

Oficinas desenvolvidas:

Corpo e auto-estima
Marchetaria
Comunicação
Prevenção DST/AIDS
Métodos contraceptivos
Dança afro
Teatro (curso no Sesc)
Musicoterapia
Nutrição e saúde
Noções de recursos humanos
Violência de gênero
Trabalho e direitos do Trabalhador
Gênero e sexualidade
Saúde da mulher e participação popular
Construção social das identidades de gênero e raça

Algumas das produções obtidas:

:: O caderno do grupo, com o registro da maioria dos encontros desenvolvidos, feito por todas as bolsistas (foi rodziado no grupo semanalmente).

:: Construção de jogos de percurso com as histórias de vida do grupo.

:: Criação de músicas: sobre o distrito (com as representações do grupo) e sobre o processo vivido. O relato musical do processo vivido no projeto foi feito em duas etapas: no primeiro mês, cada subgrupo criou sua música; nos últimos meses, o grupo votou em qual das músicas o representaria e cresceram/modificaram a letra original da forma que julgaram adequada para relatar a visão do grupo.

:: Coreografia – dança afro com o Grupo Oriashé.

:: Participação com artigos no jornal *Fala Negão*.

:: Peças teatrais criadas pelas bolsistas, que foram apresentadas no Sesc e na creche (monitoria).

:: Cartilha para cada jovem com o tema corpo e auto-estima e sexualidade.

:: Um livrinho confeccionado pelo grupo sobre os conteúdos abordados na oficina DST/AIDS e métodos contraceptivos.

:: Álbum com o registro fotográfico do projeto e minutos de filmagem com registro de algumas oficinas e da monitoria realizada.

Técnicas responsáveis pelo Projeto:

Da Coordenadoria Especial da Mulher

Rosa Silvia Lopes Chaves – coordenação geral do projeto e coordenação do grupo
Coordenadoria Especial da Mulher, Coordenadora Geral: Tatau Godinho

Da SAS Itaquera/Guaianases

Maria Aparecida Paraizo Garcia: coordenação do grupo

SAS Itaquera/Guaianases, Supervisora Regional: Eliane Victorino

Agradecimentos gerais:

Como o projeto foi construído com várias "mãos", não poderia deixar de registrar meus agradecimentos a:

Tatau Godinho (coordenadora da CEM), por ter acreditado desde o início no projeto, assessorando-o);

Cida Paraizo (técnica da SAS Itaquera), minha parceira na coordenação do grupo);

Conceição (liderança local do Núcleo 1.º de Outubro), participou no projeto todas as segundas e sextas-feiras, auxiliou na coordenação de grupo e desenvolveu oficinas de sexualidade, contracepção e prevenção DST/AIDS;

Ana Paula (estagiária da CEM), acompanhou o processo de execução do projeto;

Claudia e Bel (respectivamente: técnica da Coordenadoria da Participação Popular e liderança na região de Guaianases), que auxiliaram na articulação local para viabilizar o projeto, ampliando as parcerias;

Berenice (enfermeira, técnica da CEM), coordenou oficinas de sexualidade e gênero);

João Marcos, coordenou algumas oficinas de cidadania e trabalho;

Kika (do Grupo Oriashé), coordenou as oficinas de dança afro e discussões sobre identidade étnica-racial e auto-estima, dentre outras;

Penha (do Movimento Fala Negão), coordenou oficinas sobre o combate ao racismo;

Denise e Edson (Sesc Itaquera);

Claudia Megale, coordenou algumas das oficinas de Cidadania e Trabalho;

Éride, oficina de marchetaria;

Marcia (arte-educadora), coordenou oficinas de arte anteriores e posteriores à mostra do artista plástico Alex Fleming;

Neusa (técnica da SAS-Sé), no momento do projeto, desenvolveu oficina de musicoterapia;

Gina (SAS-Itaquera), acompanhou diariamente a fase inicial do projeto e ofereceu oficinas sobre recursos humanos;

Maria Luiza (vice-coordenadora da CEM), desenvolveu oficinas sobre jornal;

Mana (técnica da CEM na época do projeto), pelo acompanhamento e apoio dado;

Tathy e Zina (na época, técnicas da CEM e atualmente na Secretaria da Saúde e na SAS-ST, respectivamente), coordenaram oficinas sobre construção das identidades de gênero);

Maria (era, no momento do projeto, técnica da CEM), coordenou as oficinas de saúde da mulher e participação popular;

Graziela e Lenira (da Casa Eliane de Grammont), assessoria no módulo Violência de Gênero;

Pat, Sonia Cristina e Sandra (assessoria administrativa da CEM);

Luzia, Regiane, Malu, Padre Melo e demais trabalhadores da Instituição Joilson de Jesus, que cederam o espaço para o projeto e foram solidários com o nosso percurso;

Bete Goçalves (do GTPOS), que cedeu os álbuns seriados para trabalho com o corpo e auto-estima, indicou bibliografia e listou as principais temáticas a serem discutidas no módulo Sexualidade, que foram desenvolvidos;

Juliana, Willian, Bia e Carol (estagiárias/os da CEM), que, com a orientação e participação da Zina, ajudaram a efetuar a entrevista final de cada bolsista);

Enfim a todos/as que de alguma forma viabilizaram o projeto.

Bibliografia

ALVES, Rubem. "Paixão pela Educação". In ALVES, Rubem. *Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação*. São Paulo, : Edições Loyola, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, : Paz e Terra, 1996.

POCHMANN, M. (org.). *Outra cidade é possível*. São Paulo, : Cortez, 2003.